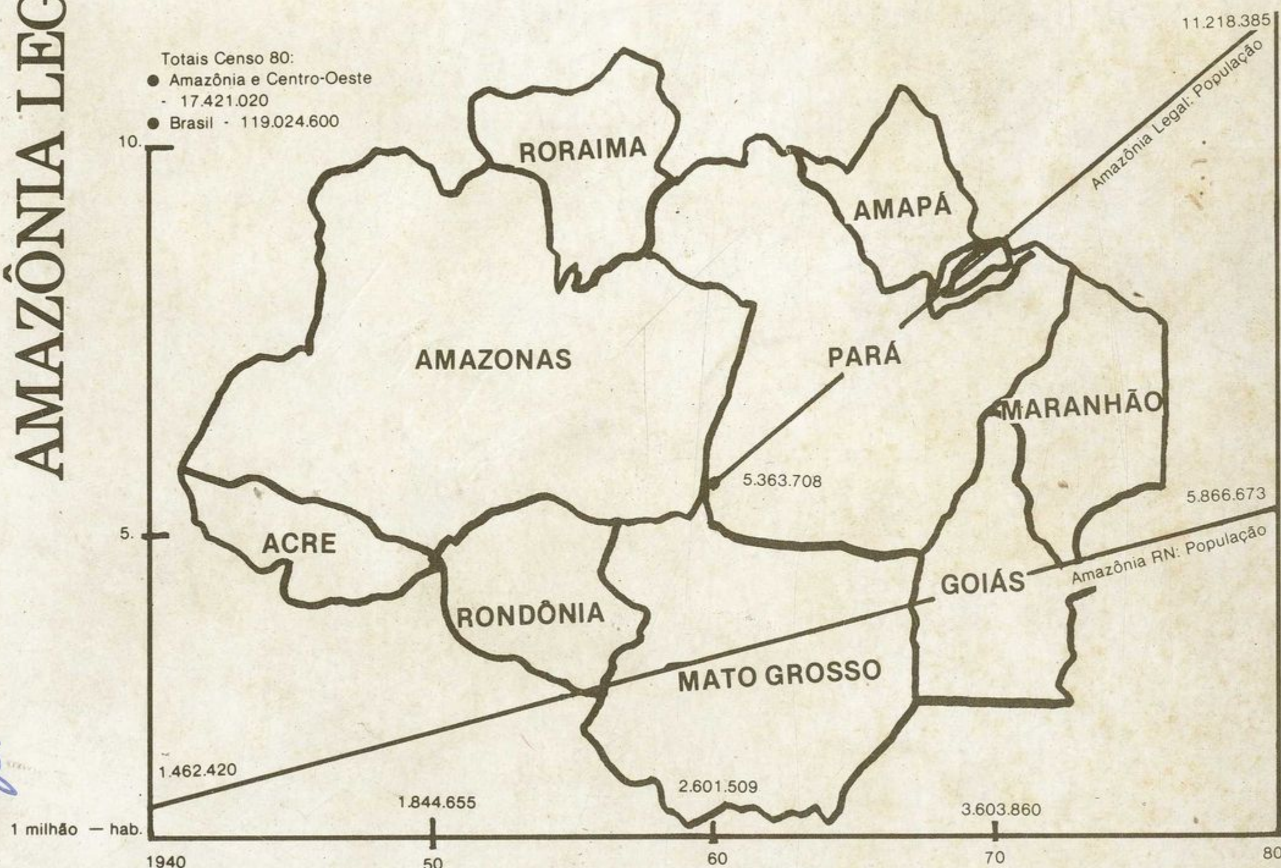
AMAZÔNIA LEGAL NA DÉCADA 70/80

SAMUEL BENCHIMOL

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA



COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS DA AMAZÔNIA — CEDEAM
UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

SAMUEL BENCHIMOL
Professor de Introdução à Amazônia
Universidade do Amazonas

Ao ilustre pesquisador e cientista Mario Ypiranga Monteiro,
com grande admiração e estima
do
Samuel Benchimol
Manaus 10/8/81

Amazônia Legal na Década 70/80

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA



Edição da Universidade do Amazonas
Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia — Cedeam
Julho 1981

Lay-out de capa,
diagramação, revisão
e editoria: Bernardino de Carvalho

Composição IBM 895 - C72/10: Tei Ihára

Fotolitos e Impressão:
Gráfica Universitária e Imprensa Oficial

Convênio SUFRAMA/UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/CEDEAM

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Setorial da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM.

B457 Benchimol, Samuel. - 1923-
Amazônia legal na década 70/80: expansão e concentração demográfica. Manaus, CEDEAM/UA, 1981.
p.

1. Amazônia - Demografia 2. Amazônia - Geografia humana I. Título.
CDU - 312(811)
911.3(811)
CDD - 312.811
910.031811

Edição da Universidade do Amazonas/CEDEAM - Julho 1981

Aos meus netinhos Ilana e Denis
e às gerações surgentes, que irão
viver e trabalhar na Amazônia do
terceiro milênio.

S.B.

ÍNDICE

Apresentação

Este livro do Professor Samuel Benchimol, Coordenador da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM, inicia um programa editorial da nossa Universidade voltado para a sua clientela interna de consumo educacional e para o amplo mercado externo da sociedade, que, dia a dia, acresce necessidades e aspirações sócio-culturais em seu painel de demandas.

Livro atualíssimo de pacientes mensurações estatísticas, embasado em dados preliminares do Censo de 80, ensejará não só conhecimentos básicos sobre nossas realidades como prognoses para a Amazônia até ou além do ano 2.000. Exaustivo em números demográficos e percentuais de variações, intercalados de índices econômicos, Amazônia Legal na década 70/80: Expansão e Concentração Demográfica leva-nos a reflexões otimistas sobre a área geral e, particularmente, sobre determinadas regiões de assentamentos agrícolas e projetos de mineração, atraentes de fluxos migratórios e de vultosos investimentos.

Com certeza, esta obra do amazonólogo Samuel Benchimol há de servir de livro-texto para as Universidades amazônicas e de livro-de-cabeceira para pesquisadores e planejadores da Amazônia.

Octávio Hamilton Botelho Mourão
Reitor da Universidade do Amazonas

Apresentação

Este livro do Professor Samuel Benchimol, Coordenador da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM, inicia um programa editorial da nossa Universidade voltado para a sua clientela interna de consumo educacional e para o amplo mercado externo da sociedade, que, dia a dia, acresce necessidades e aspirações sócio-culturais em seu painel de demandas.

Livro atualíssimo de pacientes mensurações estatísticas, embasado em dados preliminares do Censo de 80, ensejará não só conhecimentos básicos sobre nossas realidades como prognoses para a Amazônia até ou além do ano 2.000. Exaustivo em números demográficos e percentuais de variações, intercalados de índices econômicos, _Amazônia Legal na década 70/80: Expansão e Concentração Demográfica_ leva-nos a reflexões otimistas sobre a área geral e, particularmente, sobre determinadas regiões de assentamentos agrícolas e projetos de mineração, atraentes de fluxos migratórios e de vultosos investimentos.

Com certeza, esta obra do amazonólogo Samuel Benchimol há de servir de livro-texto para as Universidades amazônicas e de livro-de-cabeceira para pesquisadores e planejadores da Amazônia.

Octávio Hamilton Botelho Mourão
Reitor da Universidade do Amazonas

1. INTRODUÇÃO

Nestes últimos quarenta anos, a população da Amazônia, compreendida na Região Norte - Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia - deu um salto quantitativo de 300%, passando de 1.462.420 habitantes em 1940 para 5.866.673 em 1980. Considerada a Amazônia Legal como base demográfica, a população dobrou com sobras de quase quinhentos mil em vinte anos: de 5.363.708 habitantes em 1960 passou a contar 11.218.385 em 1980.

Vivemos, sem dúvida, uma nova realidade humana e social na Amazônia, sobretudo agora, no momento em que novos e sucessivos fluxos migratórios do Nordeste e do Centro-Sul a redescobrem para ocupação dos seus grandes vazios demográficos. Não há como deixar de entender esse fenômeno migratório senão como alternativa de mobilidade de massas urbanas e rurais que tentam aliviar tensões sociais e econômicas causadas por vários fatores, como o minifúndio improdutivo, o desemprego estrutural gerado pela mecanização de lavouras, como as de soja e trigo, a transformação de cafezais em pastos, nas regiões mais desenvolvidas do país, e, ainda, a recorrência crônica das secas e da penúria do sofrido Nordeste. Ou como uma opção para as rotas da aventura nos garimpos, da especulação fundiária e da exploração silvestre predatória, ou para os caminhos do trabalho e do pioneirismo, visando a fundar um novo lar e a ter o seu próprio chão nas frentes de colonização desta última fronteira agrícola, mineral e hidrelétrica do país.

Enquanto isso, contraditoriamente, contingentes populacionais nativos, tradicionais, desamparados e desesperançados, abandonam seu chão de subsistência e fogem do interior caboclo, procurando concentração promíscua nos médios e grandes centros urbanos da região, assumindo todos os seus onus e bonus, azares e pezares, sequelas e mazelas.

Registrar, medir e avaliar essa nova realidade demográfica da Amazônia tornou-se uma necessidade inadiável e urgente, para melhor conhecimento básico dos eventos e das mudanças sociais e

econômicas ocorridas nesta última década. Por isso, particularmente, aguardávamos com muita ansiedade a revelação dos primeiros dados do Censo de 1980. Publicados alguns resultados preliminares, sujeitos embora a revisões e retificações, apressamo-nos em realizar este trabalho de meditação sobre números, de mensuração e de inferências, o que exigiu esforços para o agrupamento das populações municipais nas suas respectivas micro-regiões, cálculos das taxas de variação relativa de crescimento no decênio, demonstrados em quadros descritivos, verificação e interpretação das suas origens e consequências do processo de expansão, concentração e urbanização, abrangendo toda a Amazônia Legal.

Como os resultados definitivos e minuciosos do Censo de 1980 somente serão publicados e conhecidos dentro de um a dois anos, esperamos que este estudo, nesse interim, preencha lacunas e sirva aos planejadores, pesquisadores, estudantes e mestres universitários para atualização do conhecimento da realidade regional, nesta década de profundas transformações e mudanças.

Manaus, Julho/1981

2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA

A pesquisa do desenvolvimento e da expansão demográfica da Amazônia está intimamente ligada à dos movimentos, fluxos migratórios e expansão do Nordeste e do Centro-Oeste. Os nordestinos, especialmente os "cearenses", foram os pioneiros do povoamento amazônico, quando, no período do rush da borracha, a partir dos meados do século passado, e com maior força durante as célebres secas de 1877 e 1888 e décadas subsequentes, afluiram em massa, como flagelados e retirantes, para ocupar os seringais nos baixos e altos rios, até que a depressão econômica dos anos 20 e 30 estancou o então fluxo ininterrupto.

Todo esse primeiro movimento migratório de massa nordestina, sociologicamente constituída de indivíduos atomizados e indiferenciados no comportamento, ficou registrado em números nas estatísticas dos Censos. Comparando a população amazônica de 1872, de 332.847 habitantes, com a de 1920, quando foram recenseados 1.439.052 habitantes, verificamos uma expansão de 332,0% em menos de 50 anos. De 1920 a 1940, durante a depressão causada pela grande crise dos seringais silvestres, motivada pela ascensão dos seringais de cultivo da Malásia, para onde foram levadas por concorrentes as sementes da nossa *hevea brasiliensis*, a população ficou estagnada, ou entrou em recesso.

Durante essas duas décadas, o Estado do Pará perdeu 38.863 habitantes e o Acre 12.611 habitantes. Somente o Estado do Amazonas obteve pequeno ganho populacional nesse período, que encerra a fase da excessiva dispersão humana e assinala o início do período da regressão da fronteira demográfica para ocupação e povoamento ralo da calha central, o que estimulou o êxodo rural subsequente responsável pela densa concentração urbana nas capitais dos Estados e Territórios amazônicos.

A partir de 1940, com a reativação dos seringais, decorrente dos Acordos de Washington, que induziram consideráveis investimentos públicos e privados no que viria a ser conhecido como

a "segunda batalha da borracha", reiniciou-se o fluxo migratório. Então, a população amazônica voltaria a crescer. Os censos de 1950 e 1960 registraram populações de 1.844.665 e 2.601.519 habitantes, respectivamente, acusando incrementos de 26,0% e 77,0% sobre a base demográfica de 1940. Calcula-se que, desde o início da ocupação nordestina da Amazônia, mais de 500.000 migrantes se deslocaram de suas terras para povoar a Amazônia.

Em 1960 o mediterrâneo amazônico sofreria impactos com a construção dos grandes eixos rodoviários, começando com a Belém-Brasília, seguida de Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus e Manaus-Caracaraí-Boa Vista, além da Transamazônica. A região passou a receber novas correntes populacionais provenientes do Maranhão, Nordeste, região Centro-Oeste e do Centro-Sul. Os programas de colonização no sudoeste amazônico, ao longo da BR-364, tiveram um grande impacto no Território de Rondônia, cuja população aumentou 596,0% no período de 1960 a 1980. Surgiram importantes cidades e vilas às margens daquela estrada, como Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Vilhena, cujos municípios registraram taxas excepcionais de crescimento, acima de 1.000% em 10 anos, entre 1970/1980. Exemplos: Cacoal - 5.536,4%; Ji-Paraná - 1.271,5%; Pimenta Bueno - 1.046%. Na Belém-Brasília surgiria também um grande número de novos núcleos populacionais, enquanto velhas cidades se expandiam, como Imperatriz, no Maranhão, que na década 1970/1980 teve um crescimento de 173% na população do seu município.

Na periferia amazônica, nas bordas da hileia, na zona do escudo sul amazônico, em contato com a região do cerrado do planalto central, também a fronteira humana passou a deslocar-se, atraída para as fazendas de gado, trabalhos de desmatamento e exploração madeireira, ou para assentamentos agrícolas nos projetos de colonização oficial ou espontânea. Já agora, atraída pelos projetos de mineração e construção de barragens, como bem as estatísticas do Censo registraram em Conceição do Araguaia (+310%); Tucuruí (+517%), Jacundá (+568%) e Paragominas (+241%), no período 1970/1980.

Como resultado desse redirecionamento dos fluxos migra-

tórios brasileiros, que passaram a deslocar-se para a Amazônia, a região teve a mais alta taxa de crescimento (5,04% ao ano) demográfico registrada pelo Censo de 1980. A população cresceu 38,5% entre 1960/1970, e 62,7% entre 1970/1980, obtendo um ganho líquido absoluto de 3.256.154 habitantes nos últimos vinte anos.

Assim, em pouco mais de um século, entre 1872 e 1980, no seu espaço geo-botânico e fluvial, a população da Amazônia da Região Norte saltou de 332.847 para 5.866.673 habitantes, equivalentes a 1.662%, conforme demonstram os seguintes Quadros 1, 2, 3, 4 e 4a.

[illegible]

Brasília, seguida da Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus e Humaitá-Cascavel-Boa Vista, além da Transamazônica. A região passou a receber novas correntes populacionais provenientes do Maranhão, Nordeste, região Centro-Oeste, e do Centro-Sul. Os programas de colonização no sudoeste amazônico, ao longo da BR-364, tiveram um grande impacto no Território de Rondônia, cuja população aumentou [illegible]% no período de 1970 a 1980. Surgiram inúmeros núcleos e vilas às margens daquela estrada, como Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Vilhena, cujos municípios registraram taxas excepcionais de crescimento, acima de 1.000% em 10 anos, entre 1970/1980. Exemplos: Cacoal - [illegible]%; Ji-Paraná - [illegible]%; Pimenta Bueno - [illegible]%. Na Belém-Brasília surgiram também um grande número de novos núcleos populacionais, enquanto velhas cidades se expandiam, como Imperatriz, no Maranhão, que na década 1970/1980 teve um crescimento de [illegible]% na população do seu município.

Na periferia amazônica, nas bordas da região, na zona do [illegible], em contato com a região de cerrado do planalto central, também a fronteira humana passou a deslocar-se, ainda para as fazendas de gado, trabalhos de desmatamento e exploração madeireira, ou para assentamentos agrícolas nos programas de colonização oficial ou particulares. Já agora, através de projetos de irrigação e construção de barragens, [illegible] Conceição do Araguaia ([illegible]), [illegible] ([illegible]) e Paragominas ([illegible]), no [illegible].

[illegible]

Quadro 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA DA REGIÃO NORTE (CENSOS 1872 a 1980)

P O P U L A Ç Ã O   R E C E N S E A D A

	ÁREA KM2.	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
PARÁ	1.248.042	275.237	328.455	445.356	983.507	944.644	1.123.273	1.550.935	2.167.018	3.411.235
AMAPÁ	140.276	-	-	-	-	-	37.477	68.889	114.359	175.634
AMAZONAS	1.564.445	57.610	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099	721.215	955.235	1.406.354
RORAIMA	230.104	-	-	-	-	-	18.116	29.489	40.885	79.078
ACRE	152.589	-	-	-	92.379	79.768	114.755	160.208	215.299	301.628
RONDÔNIA	243.044	-	-	-	-	-	36.935	70.783	111.064	492.744
TOTAIS	3.578.500	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.420	1.844.655	2.601.519	3.603.860	5.866.673

Fonte: Anuários Estatísticos, IBGE

Obs:- De 1890 a 1920, a população triplicou em função da imigração nordestina no período da primeira batalha da borracha. De 1920 a 1940, a população ficou estacionária, e em muitos Estados houve regressão demográfica, como no Pará e Acre, em função da depressão mundial e regional. A partir de 1940, com o reinício da imigração nordestina, durante o período da segunda batalha da borracha, a população começou a expandir-se. De 1940 a 1960 houve um crescimento da ordem de 77%, e novamente de 1960 a 1980 o incremento foi considerável, expresso pela variação relativa de 125,5%, sendo que Rondônia contribuiu com o maior índice de crescimento - 200,7% (1950/1970) e 343,6% (1970/1980), resultado da expansão da fronteira agrícola e da imigração oriunda, na sua maioria, da região sudeste e do centro-sul. A população urbana na Amazônia que em 1940 (405.792 hbs.) representava apenas 27,7% do total passou para 1.626.600 em 1970, equivalente a 45%, e 3.046.129 em 1980, correspondente a 52%. A população de Mato Grosso, pelo Censo de 1980, era de 1.141.236; a de Mato Grosso do Sul - 1.368.803; a de Goiás - 3.864.881 e a do Maranhão - 4.002.679.

Quadro 2

EXPANSÃO DEMOGRÁFICA NA REGIÃO AMAZÔNICA E NO CENTRO-OESTE NA DÉCADA 1970/1980

	População Residente		População Urbana	Crescimento Relativo	
	1970	1980	1980 %	1980/70 %	1970/60 %
1. AMAZÔNIA ORIENTAL					
- PARÁ	2.161.316	3.411.235	48,9	57,8	41,7
- AMAPÁ	114.687	175.634	59,1	53,1	53,6
	2.276.003	3.586.869	49,4	57,6	
2. MARANHÃO (todo o Estado)	2.997.576	4.002.679	31,4	33,5	21,2
3. AMAZÔNIA OCIDENTAL					
- AMAZONAS	955.394	1.406.354	59,9	47,2	34,8
- RORAIMA	40.915	79.078	61,7	93,2	44,4
- ACRE	216.209	301.628	43,8	39,5	36,1
- RONDÔNIA	113.659	492.744	47,3	333,5	59,1
	1.326.177	2.279.804	54,7	71,9	
4. MATO GROSSO (Norte)	601.042	1.141.236	57,5	89,8	84,3
5. MATO GROSSO DO SUL	999.452	1.368.803	67,0	36,9	74,5
6. GOIÁS (todo o Estado)	2.941.107	3.864.881	62,1	31,4	53,6
7. DISTRITO FEDERAL	538.351	1.176.748	96,7	118,5	283,6
TOTAL AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE	11.679.708	17.421.020	53,9	49,1	-
BRASIL - TOTAL	93.215.311	119.024.600	67,5	27,6	32,9

Obs: Dados preliminares do Censo de 1980, IBGE.
Para uma população total da Amazônia e Centro-Oeste de 17.421.020 a população urbana em 1980 era de 9.421.333 habitantes (54,0%). Na região Sudeste a população urbana representava 82,79%, na região Sul 62,41%, no Centro-Oeste 67,75%, no Nordeste 50,44% e no Norte 51,69%. O crescimento médio anual da população brasileira, na década 70/80, foi de 2,48% contra 2,89% em 60/70, enquanto que na região Norte o crescimento foi de 5,04% e 3,4%, respectivamente, e na região Sul o crescimento médio anual foi de 1,43% no período 1970/1980.

Quadro 3

SÍNTESE GEO-DEMOGRÁFICA DA AMAZÔNIA LEGAL

	Área Terrestre km 2	População Presente Recenseada		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980 %	Taxas Geométricas de incremento anual por 100 hab.
		1970	1980		
PARÁ	1.227.530	2.161.316	3.411.235	57,8	4,67
AMAPÁ	139.068	114.687	175.634	53,1	4,35
MARANHÃO AMAZÔNICO	257.451	2.458.616	3.341.842	35,9	3,12
REGIÃO A SER DEMARCADA AM/PA	2.680	-	-	-	-
AMAZONAS	1.558.987	955.394	1.430.314	49,7	4,12
RORAIMA	230.104	40.915	79.078	93,2	6,81
ACRE	152.589	216.200	301.628	39,5	3,39
RONDÔNIA	243.044	113.659	492.744	333,5	15,80
MATO GROSSO	881.001	601.042	1.141.236	89,8	6,62
GOIÁS AMAZÔNICO	285.793	594.822	844.674	42,0	3,57
TOTAIS	4.978.247	7.256.651	11.218.385	54,5	4,45

Fonte: Anuários Estatísticos FIBGE.

Obs: Os dados conhecidos e publicados da taxa geométrica de incremento anual da população da Região Norte foi de 5,04%, porém quando incluídas as populações de Mato Grosso, Goiás Amazônico e Maranhão Amazônico, a taxa cai para 4,45%, mesmo assim ainda superior às taxas das demais regiões brasileiras.

A Amazônia Legal (área da SUDAM) teve a sua área ampliada de 4.874.167 km2 para 4.978.247 km2, em conseqüência da Lei Complementar nº 31/1977, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, desdobrado do Estado de Mato Grosso, que ficou com toda a sua área incluída na Amazônia. Assim, a Amazônia Legal passou a deter 58,86% da área terrestre do Brasil e 9,4% de sua população, de acordo com os dados preliminares do Censo de 1980.

Quadro 4

INVENTÁRIO GEO-BOTÂNICO DA AMAZÔNIA LEGAL

KM2

Estados Territórios	Área Terrestre km2.	Floresta Úmida e Super-Úmida Amazônica					Sub-Tropical Floresta Úmida Extra Amazônica	Floresta Sub-úmida do Interior	Cerrado e Cerradão	Complexo do Pantanal	Complexo do Cachimbo	Campos	Campo Inundável	Vegetação Litorânea (mangues, dunas, restingas e praias
		Total	Super-úmida do Alto Amazonas	Terra Firme	Igapó	Várzea								
PARÁ	1.227.530	1.156.648	-	1.081.868	38.456	36.324	-	-	-	-	12.132	33.333	14.559	10.858
AMAPÁ	139.068	110.567	-	108.466	2.101	-	11.076	-	-	-	-	9.739	-	7.686
MARANHÃO	324.616	99.907	-	99.907	-	-	-	-	183.788	-	-	-	25.653	15.268
AMAZONAS	1.558.987	1.532.939	364.408	898.824	23.044	246.663	-	-	-	-	-	26.048	-	-
RORAIMA	230.104	172.924	-	166.340	-	6.584	-	-	-	-	-	57.180	-	-
ACRE	152.589	152.006	-	134.650	-	17.356	-	-	-	-	-	583	-	-
RONDÔNIA	243.044	207.986	-	191.514	-	16.472	-	-	20.701	-	-	14.357	-	-
MATO GROSSO	881.001	504.667	-	504.667	-	-	-	1.321	294.189	72.987	1.219	6.618	-	-
GOIÁS	642.036	31.916	-	31.916	-	-	-	68.573	531.172	-	-	10.375	-	-
TOTAIS	5.398.975	3.969.560	364.408	3.218.152	63.601	323.399	11.076	69.894	1.029.850	72.987	13.351	158.233	40.212	33.812

Fonte: Departamento de Estudos Geográficos do IBGE.

Obs: Os dados dos Estados de Goiás e Maranhão referem-se à totalidade dos seus territórios, inclusive a parte não pertencente à Amazônia Legal, ao sul do paralelo 13º e à leste do meridiano de 44º, respectivamente.

Quadro 4a.

GEO-HIDROGRAFIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Estados e Territórios	Total	Área das Bacias Hidrográficas (km2)					
		Amazônica	Tocantins Araguaia	Nordeste	S.Francisco	Paraguai	Paraná
PARÁ	1.248.042	1.049.002	166.893	32.147	-	-	-
AMAPÁ	140.276	140.276	-	-	-	-	-
MARANHÃO	328.663	-	30.485	298.178	-	-	-
AMAZONAS	1.564.445	1.564.445	-	-	-	-	-
REGIÃO A SER DEMARCADA AM/PA	2.680	2.680	-	-	-	-	-
RORAIMA	230.104	230.104	-	-	-	-	-
ACRE	152.589	152.589	-	-	-	-	-
RONDÔNIA	243.044	243.044	-	-	-	-	-
MATO GROSSO	881.001	602.327	110.140	-	-	168.534	-
GOIÁS	642.092	-	494.675	-	2.779	-	144.638
TOTAIS	5.432.936	3.984.467	802.193	330.325	2.779	168.534	144.638

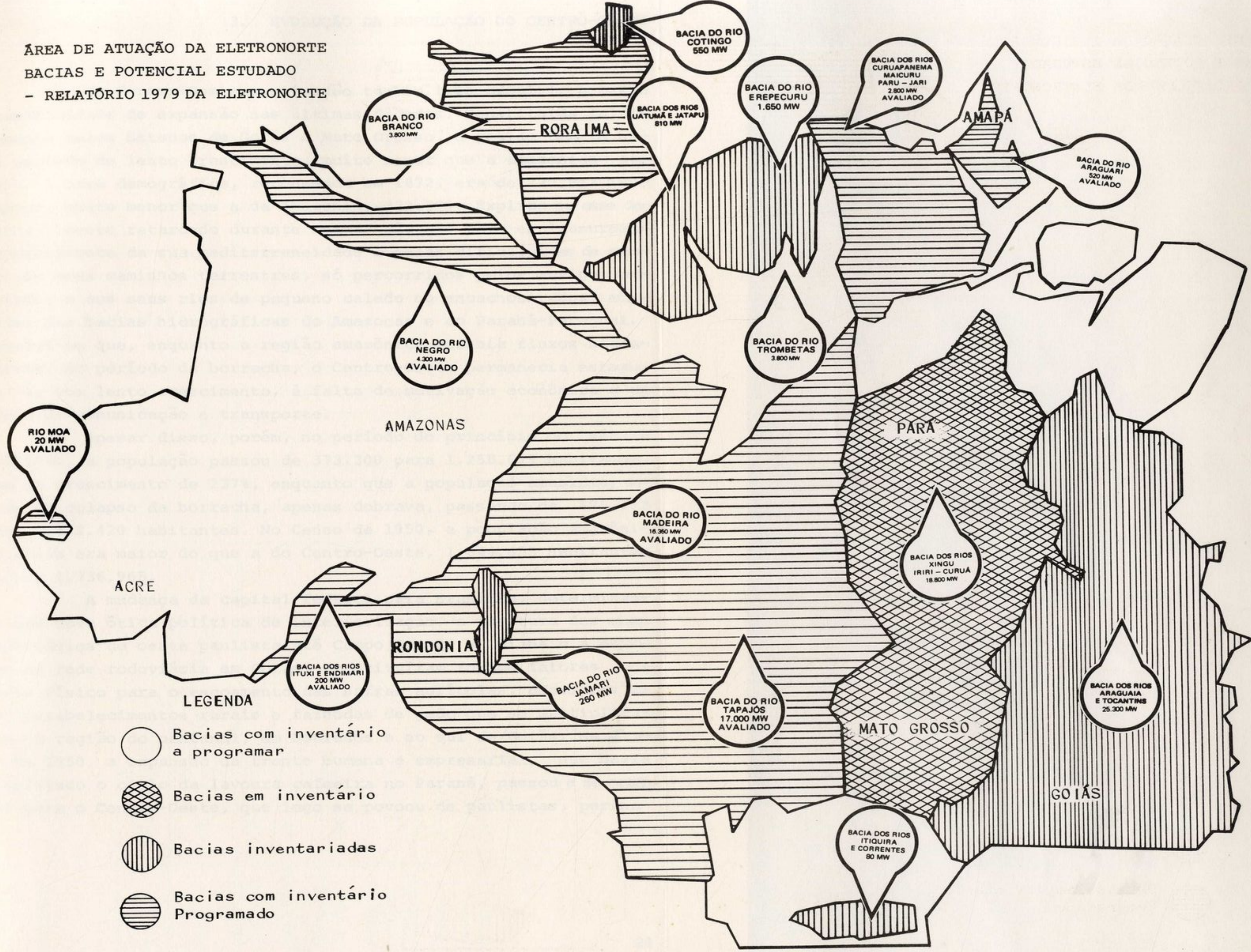
Fonte: Departamento de Estudos Geográficos do IBGE.

Obs: A área abrangida pela Amazônia Legal (SUDAM) é de 4.978.247 km2. O quadro acima inclue a totalidade dos territórios dos Estados do Maranhão e de Goiás, cuja área abrangida pela Amazônia Legal é de 79,31% e 44,51%, respectivamente. No caso do Amapá o estudo do IBGE incluiu a totalidade de seu território na bacia hidrográfica amazônica, não discriminando as áreas das bacias dos rios Oiapoque, Uaçá, Caciporé, Cunani, Calçoene, Amapá Grande, Araguari e outros que desembocam diretamente na costa atlântica, acima do delta-estuário, e que a rigor não pertencem à bacia hidrográfica amazônica. O mesmo deve ter ocorrido com as bacias hidrográficas do Nordeste Paraense, a oeste do rio Gurupi.

REGIÃO/BACIAS	VALORES EM MW MÉDIOS						
	INVENTARIADO			ESTIMADO			TOTAL GERAL
	Aproveitado até 1990	Disponível após 1990	Soma	Individualizado	Remanescente	Soma	
3.2 - MARGEM DIREITA							
. Juruá	–	–	–	10	–	10	10
. Purús	–	–	–	130	–	130	130
. Madeira	60	–	60	6.560	620	7.180	7.240
. Parauari	–	–	–	–	10	10	10
. Tapajós	–	–	–	8.580	1.030	9.610	9.610
. Curuá-Una	10	–	10	–	–	–	10
. Xingú	–	9.500	9.500	70	890	960	10.460
. Madeira *	–	–	–	930	–	930	930
SUB-TOTAL	70	9.500	9.570	16.280	2.550	18.830	28.400
4. NORTE/Bacia Tocantins							
. Tocantins	4.250	6.520	10.770	1.300	600	1.900	12.670
TOTAL GERAL	4.400	18.520	22.920	21.200	5.290	26.490	49.410

(*) Binacional, considerado somente os 50% brasileiros do Potencial

Fonte: O Potencial Hidrelétrico do Brasil, Mauricio Schulman, II Simpósio de Energia do Hemisfério Ocidental, Eletrobrás, setembro/1980.


ÁREA DE ATUAÇÃO DA ELETRONORTE
BACIAS E POTENCIAL ESTUDADO
- RELATÓRIO 1979 DA ELETRONORTE
BACIA DO RIO COTINGO 550 MW
BACIA DO RIO BRANCO 3.800 MW
BACIA DOS RIOS UATUMÃ E JATAPU 810 MW
BACIA DO RIO EREPECURU 1.650 MW
BACIA DOS RIOS CURUAPANEMA MAICURU PARU - JARI 2.800 MW AVALIADO
BACIA DO RIO ARAGUARI 520 MW AVALIADO
RORAIMA
AMAPÁ
BACIA DO RIO NEGRO 4.300 MW AVALIADO
BACIA DO RIO TROMBETAS 3.800 MW
RIO MOA 20 MW AVALIADO
AMAZONAS
PARÁ
BACIA DO RIO MADEIRA 16.350 MW AVALIADO
BACIA DOS RIOS XINGU IRIRI - CURUÁ 18.800 MW
ACRE
RONDONIA
BACIA DOS RIOS ITUXI E ENDIMARI 200 MW AVALIADO
BACIA DO RIO JAMARI 260 MW
BACIA DO RIO TAPAJÓS 17.000 MW AVALIADO
BACIA DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS 25.300 MW
MATO GROSSO
GOIÁS
BACIA DOS RIOS ITIQUIRA E CORRENTES 80 MW
LEGENDA
Bacias com inventário a programar
Bacias em inventário
Bacias inventariadas
Bacias com inventário Programado

3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CENTRO-OESTE

No Centro-Oeste a situação também iria adquirir a mesma dramaticidade de expansão nas últimas décadas. Constituída inicialmente pelos Estados de Goiás e Mato Grosso, a região teve um longo período de lento crescimento, muito menor que a amazônica até 1950. A base demográfica, recenseada em 1872, era de 220.812 habitantes, muito menor que a da Amazônia, 332.399. Explica-se esse desenvolvimento retardado durante muitas décadas pelo enclausuramento decorrente da sua mediterraneidade e pelas dificuldades de acesso aos seus caminhos terrestres, só percorridos pelos antigos tropeiros, e aos seus rios de pequeno calado ou encachoeirados, afluentes das bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraná-Paraguai. Conclui-se que, enquanto a região amazônica recebia fluxos migratórios, no período da borracha, o Centro-Oeste permanecia estagnado, ou com lento crescimento, à falta de motivação econômica e de meios de comunicação e transporte.

Apesar disso, porém, no período do princípio do século até 1940, a população passou de 373.300 para 1.258.679 habitantes, com um crescimento de 237%, enquanto que a população amazônica, devido ao colapso da borracha, apenas dobrava, passando de 695.112 para 1.462.420 habitantes. No Censo de 1950, a população amazônica ainda era maior do que a do Centro-Oeste, 1.844.655 habitantes contra 1.736.965.

A mudança da capital federal para Brasília, determinando uma nova ótica política de interiorização, a abertura dos eixos rodoviários do oeste paulista até Campo Grande e Cuiabá e a expansão da rede rodoviária em Goiás, constituíram fortes fatores de apoio físico para o escoamento das safras agrícolas, produzidas pelos estabelecimentos rurais e fazendas de gado que se multiplicaram na região do pantanal, em Dourados e no sul de Goiás. Na década de 1950, a expansão da frente humana e empresarial, que havia completado o ciclo da lavoura cafeeira no Paraná, passou a se orientar para o Centro-Oeste, que logo se povoou de paulistas, parana-

enses e gauchos. Esse movimento seria registrado no Censo de 1960, cujos dados mostraram que quando a população do Centro-Oeste já ultrapassava, pela primeira vez, a população amazônica em 341.473 habitantes. Nas décadas subsequentes, essa tendência permaneceria constante, pois nas décadas de 1970 e 1980, a sua população evoluiria para 5.079.952 e 7.659.668 habitantes, respectivamente, enquanto a Amazônia registrava, nesses mesmos censos, populações de 3.603.860 e 5.866.673.

Todavia, é de salientar-se o fato de que as sub-regiões norte matogrossense (+345%), norte goiano e baixo araguaia, incluídas na Amazônia Legal, mostraram excepcionais ganhos demográficos, sobretudo em Mato Grosso, que na década 1970/1980 cresceu 89,9%, passando a sua população de 601.042 para 1.141.236, muito maior que o crescimento do Goiás amazônico nesse período, expresso pela taxa de crescimento decenal de 39,3%.

O Quadro 5 demonstra o movimento de expansão demográfica da região Centro-Oeste, que tende a se acelerar, na medida em que a expansão da fronteira agrícola do Centro-Sul for ocupando o cerrado e a floresta tropical chuvosa da Amazônia.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (CENSOS 1872 a 1980)

POPULAÇÃO RECENSEADA RESIDENTE

	ÁREA KM2	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
GOIÁS	642.092	160.395	227.572	255.284	511.919	826.414	1.214.921	1.913.289	2.941.107	3.864.881
MATO GROSSO (antes da divisão)	-	60.417	92.827	118.025	246.612	432.265	522.044	889.539	-	-
MATO GROSSO	881.001	-	-	-	-	-	-	-	601.042	1.141.236
MATO GROSSO DO SUL	350.548	-	-	-	-	-	-	-	999.452	1.386.803
DISTRITO FEDERAL (Brasilia)	5.814	-	-	-	-	-	-	140.164	538.351	1.176.748
TOTAIS	1.879.455	220.812	320.399	373.309	758.531	1.258.679	1.736.965	2.942.992	5.079.952	7.569.668

Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE.

Obs:- O Estado de Mato Grosso do Sul, cuja capital é Campo Grande, foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977, desdobrado do Estado de Mato Grosso, com a capital em Cuiabá. As estatísticas demográficas acima, no entanto, já registram a população desses dois Estados desde 1970.

4. MIGRAÇÕES E FLUXOS POPULACIONAIS

O movimento migratório entre Estados brasileiros indica que o Nordeste, no período 1950/1970, serviu, logisticamente, como grande almoxarifado de exportação de contingente de populações para outros Estados brasileiros, tendo apresentado no período um saldo migratório negativo de 6.636.403 habitantes. As secas, a pobreza e a penúria econômica continuaram como fatores ostensivos e predominantes nessa tendência histórica.

A Amazônia, após a longa depressão das décadas 20/30/40, passou novamente a atrair imigrantes de outros Estados, sobretudo do Nordeste, e já agora, também do Sudeste e do Sul, apresentando um saldo migratório positivo de 263.166 habitantes, sendo que os resultados preliminares conhecidos do Censo de 1980, já indicam que foi a região que mais cresceu demograficamente - 5,04% ao ano, na década 1970/1980 - comparada com 1,43% no Sul, 2,64% no Sudeste, 2,16% no Nordeste e 4,04% aa. no Centro-Oeste, que também passou a beneficiar-se do processo de expansão da fronteira humana. O Censo revelou ainda que a unidade que mais se beneficiou com as migrações internas foi Rondônia, cuja população saltou de 113.659 para 492.744 habitantes, entre 1970 e 1980, saldo migratório oriundo, na sua maior parte, do Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina.

O Estado do Amazonas, no período de 1950/1970, tornou-se uma exceção na Amazônia, apresentando um saldo migratório negativo de 15.613 habitantes, invertendo-se, porém, esta tendência na década subsequente de 1971/1980, em função da Zona Franca de Manaus, revelando o Censo de 1980 um crescimento de 47,2% em sua população, relativamente aos dados de 1970. Agora, tudo indica que o Amazonas será a última fronteira e unidade da Federação a receber o impacto migratório mais acentuado, devido à sua posição excêntrica, às distâncias e dificuldades a enfrentar e vencer, e à indefinição de sua verdadeira vocação econômica, se florestal gomífera ou madeireira, se agrícola de várzeas, ou de terra firme, se

mineral ou industrial.

O Censo de 1980 revela, ademais, em seus dados preliminares, uma dramática mudança dos fluxos migratórios brasileiros. Historicamente eles se dirigiam no sentido do norte/nordeste para o sul, mas na década de 1970/1980 passaram à inversão de movimento, dirigindo-se às regiões do pantanal, do cerrado e da floresta tropical chuvosa, assim ocorrendo povoamento no planalto central, no centro-oeste e na Amazônia.

Considerando que nesta década a população da Amazônia (Região Norte) aumentou cerca de 1.266.000 habitantes, e levando em conta que o crescimento vegetativo deve ter contribuído com a metade, podemos desde já intuir que a região recebeu cerca de 600.000 imigrantes no decênio. As correntes migratórias mais influentes continuaram sendo as do Nordeste e do Maranhão para as micro-regiões paraenses: Guajarina, Bragantina, Marabá, Araguaia, Baixo e Médio Amazonas. Penetraram pela rodovia Belém-Brasília, ou por vias fluviais, recrutadas ou atraídas para trabalhos nas áreas de garimpo, extração madeireira, fazendas de gado, projeto Jari, e, também, pelas novas frentes de mineração no Trombetas, em Carajás e de construção da hidrelétrica de Tucuruí. Provavelmente, uma grande parte desse fluxo incorporou-se como mão-de-obra volante para desmatamento e formação de pastos, ou contratada por tempo certo, como no caso das barragens e eclusas de Tucuruí, ou das obras civis dos projetos Trombetas e Jari. Uma outra parcela terá sido atraída para os projetos de colonização em Altamira e Itaituba, ou dispersa nos assentamentos da Transamazônica.

No Estado do Amazonas, a maior atração de migrantes, foi, sem dúvida, o grande painel da oferta de 40.000 empregos gerados pelo Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. É de registrar-se o fato de que parte desse fluxo foi constituído de mão-de-obra semi-qualificada ou técnica, dado o caráter desse empreendimento, e que a maioria dos trabalhadores, de pequena qualificação, na sua maioria foi recrutada em Manaus, ou no interior do próprio Estado do Amazonas. Os programas de heveicultura e de dendê em áreas do interior, por não apresentarem reflexos a curto prazo, nem provo-

carem forte motivação ou dinamismo para atração de fluxos migratórios de porte, perdem oportunidade de inversão do processo, o que seria desejável para a desconcentração de Manaus. Por outro lado, a economia hinterlandina amazonense, tanto a agrícola como a do setor tradicional extrativista, continua em declínio: as taxas de crescimento da população rural registraram um aumento menor do que o potencial do seu crescimento vegetativo, indicando a persistência do êxodo rural e o consequente aumento do processo de urbanização na capital.

Um grande fato que o Censo de 80 nos permite assinalar na década foi o registrado no Território de Rondônia. Sua população saltou de 111.064 habitantes em 1970 para 492.744 em 1980, enquanto a população estimada pelo IBGE deveria ser de apenas 172 mil pessoas, se mantida a tendência histórica do crescimento vegetativo e a precisão de ingresso de pequenos fluxos migratórios. Deste modo, tudo indica que Rondônia deve ter absorvido cerca de 300.000 imigrantes no decênio, ou seja, a metade do fluxo migratório calculado para toda a Amazônia Clássica.

As correntes povoadoras que se dirigiram para Rondônia tiveram específica motivação: assentamento agrícola nos projetos de colonização do INCRA, voltados para a pequena e média propriedade familiar. Em lotes de, no máximo, 100 hectares, localizados em manchas de terras férteis da BR-364, os migrantes, provenientes, na sua maioria, do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, estão reproduzindo em Rondônia o mesmo fenômeno da conquista do oeste do Paraná, no <u>rush</u> do café, na década dos anos 40 e 50, quando fizeram surgir dezenas de cidades no interior paranaense. Em Rondônia também.

Em menos de dez anos, Rondônia ganhou e expandiu vilas e povoados. Nasceram, cresceram, criaram novos topônimos, e começaram a fazer história econômica e social (e também policial), como Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Colorado, Jarú, Ouro Preto, Alvorada D'Oeste. Cerca de 30.000 novas propriedades rurais foram criadas, abrangendo uma área cultivada de cerca de 300.000 hectares, que representa cerca de um terço de área plan-

tada em toda a Amazônia da Região Norte. Segundo a Secretaria de Agricultura de Rondônia, estão plantadas cerca de 100.000.000 de covas de café, que devem produzir um milhão de sacas de café em grãos; 10.000 hectares de cacau, 100.000 hectares de arroz, e 100.000 hectares de milho e feijão.

A despeito das cenas de violência que compõem o drama da luta pela posse e propriedade da terra em Rondônia, o modelo agrário lá adotado indica um princípio de solução e exemplo para outras regiões da Amazônia, onde, secularmente, tem prevalecido a grande propriedade latifundiária extrativista, e agora, a bovina, extremamente concentradora e provocadora de tensões e conflitos sociais entre índios, caboclos, jagunços, coroneis, fazendeiros, migrantes e arrivistas.

Na região do Centro-Oeste a corrida imigrantista do Centro-Sul processou-se com maior intensidade, haja vista que o Censo de 1970 registrou 5.079.952 habitantes em 1970 e 7.569.668 em 1980, o que dá um ganho líquido de 2.590.000 pessoas. Mesmo retirando a população de Brasília, que distorce a análise, esse ganho populacional é da ordem de 1.850.000 habitantes no decênio, muito superior ao verificado na Amazônia.

Os fluxos migratórios para o Centro-Oeste, na sua maioria, têm origem nos Estados mais desenvolvidos do sudeste e do sul, provenientes, sobretudo, dos centros e zonas rurais de populações empobrecidas pela substituição do colonato das lavouras de café e das culturas da soja, do trigo e do arroz, em regime de capital intensivo por força da mecanização e tratorização agrícola. Essas populações rurais, geralmente conhecidas como boias-frias, transformaram-se em grupos de trabalhadores volantes ou sub-empregados, e entre estes, perdida a identidade, pequenos minifundiários desassistidos de créditos. Resolveram partir em busca das oportunidades surgidas nas frentes agrícolas do sul de Goiás e de Mato Grosso, na região de Dourados. Subiram o planalto e baixaram para ocupar o limbo da floresta amazônica no norte goiano e norte de Mato Grosso, criando novos núcleos de colonização como Colider, Alta Floresta, Sinop, Porto dos Gauchos, muitos deles decuplicando o

seu crescimento no decênio.

É preciso, todavia, alertar para o fato de que o mero aumento de população *per se* não significa desenvolvimento. Geralmente, a expansão demográfica em uma região é um mero reflexo e consequência de graves problemas oriundos de outras regiões, decorrentes tanto de fatores climáticos recorrentes, a exemplo do Nordeste, como de desemprego estrutural, de excesso populacional, de ausência de oportunidades e empregos, quando não oriunda de angústias e tensões sociais geradas no bojo de uma péssima distribuição de renda e de anacrônicos tipos de propriedade fundiária. As migrações, muitas vezes, servem mais para transferir problemas de um lugar para outro do que para ensejar soluções econômicas aqui e ali.

Os Quadros 6 e 7 referem-se a migrações e a populações estimadas e recenseadas. Os movimentos migratórios do Censo de 1980 ainda não foram divulgados.

seu crescimento desordenado.

É preciso, todavia, alertar para o fato de que o aumento da população per se não significa desenvolvimento. Geralmente, a expansão demográfica em uma região é um mero reflexo e consequência de graves problemas oriundos de outras regiões, decorrentes tanto de fatores climáticos recorrentes, a exemplo do Nordeste, como de desemprego estrutural, de excesso populacional, de ausência de oportunidades e empregos, quando não oriunda de espoliação e tensões sociais geradas no bojo de uma péssima distribuição de renda e de anacrônicos tipos de propriedade fundiária. As migrações, muitas vezes, servem mais para transferir problemas de um lugar para outro do que para ensejar soluções econômicas aqui e ali.

Os quadros 6 e 7 referem-se a migrações e a populações estimadas e recenseadas. Os movimentos migratórios do Censo de 1980 ainda não foram divulgados.

Quadro 6

MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA (REGIÃO NORTE) E NAS OUTRAS REGIÕES DO BRASIL

1950/1970

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES	IMIGRAÇÃO (1)			EMIGRAÇÃO (2)			SALDO MIGRATÓRIO		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
PARÁ	71.770	108.407	171.111	81.432	89.611	130.395	- 9.662	18.796	40.716
AMAPÁ	30.063	21.222	37.500	117	935	6.389	29.946	20.287	31.111
AMAZONAS	49.605	53.020	65.676	53.378	54.465	76.071	- 3.773	- 1.445	- 10.395
RORAIMA	13.844	5.836	8.326	116	984	3.134	13.728	4.852	5.192
ACRE	29.309	29.024	25.762	13.313	18.666	29.479	15.996	10.358	- 3.717
RONDÔNIA	29.061	31.552	48.501	299	1.658	5.981	28.762	29.894	42.520
TOTAIS REGIÃO NORTE	223.652	249.061	356.876	148.655	166.319	251.449	74.997	82.742	105.427
NORDESTE	984.029	1.400.215	1.666.646	1.920.209	3.627.480	5.139.604	- 936.180	-2.227.265	-3.472.958
SUDESTE	2.663.266	4.147.701	6.603.818	2.668.524	3.898.944	5.963.629	- 5.258	248.757	640.189
SUL	857.542	1.977.763	2.886.972	395.634	802.694	1.521.434	461.908	1.175.069	1.365.538
CENTRO-OESTE	359.434	864.661	1.665.945	73.297	143.964	304.141	286.137	720.697	1.361.804

Fonte: FIBGE - Anuário 1978. (1) Naturais de outras unidades da Federação, presentes na Unidade da Federação indicada.
(2) Naturais da Unidade da Federação, presentes em outras unidades.

Quadro 7

POPULAÇÃO ESTIMADA E RECENSEADA DA AMAZÔNIA (REGIÃO NORTE) EM 1980

1.000 HABITANTES

	ESTIMADA	RECENSEADA	INCREMENTO %
PARÁ	2.980,8	3.411,2	14,4
AMAPÁ	1742	175,6	0,8
AMAZONAS	1.251.7	1.406,3	12,3
RORAIMA	56,4	79,0	40,0
ACRE	288,1	301,6	4,6
RONDÔNIA	172,2	492,7	186,1
TOTAL	4.923,4	5.866,4	19,1

Fonte: Anuários Estatísticos IBGE e Censo de 1980.

Obs:- A estimativa do IBGE da população amazônica para a Região Norte foi projetada considerando as tendências históricas do crescimento da região na década anterior. As mudanças havidas na região na década 1970/1980, decorrentes da abertura da BR-364 e expansão das frentes de ampliação agrícola em Rondônia, que acusou o maior crescimento, seguida de Roraima, em função da abertura da estrada BR-174, constituem dados novos que refletiram e se confirmaram no Censo de 1980. O Amazonas e Pará apresentaram um pequeno aumento sobre a estimativa, de 12,3% e 14,4%, respectivamente, apesar da Zona Franca de Manaus e dos grandes projetos de mineração e hidreletricidade no Pará. O Acre e Amapá, praticamente, tiveram confirmadas as estimativas do IBGE. A Região Norte, como um todo, apresentou uma variação relativa a maior de 19,1% sobre a população estimada.

5. CONCENTRAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O crescimento quantitativo da população amazônica é muito mais produto dos fluxos migratórios do Nordeste e do Centro-Sul do que da expansão vegetativa da população local. Com base nos índices de natalidade e mortalidade, podemos estimar que a população nativa contribuiu para esse crescimento com cerca de 50%, enquanto os fluxos migratórios somaram a outra metade.

A localização espacial destes novos contingentes populacionais, que calculamos em torno de 3 milhões de pessoas nos últimos vinte anos, seguiu um curso mais ou menos definido, privilegiando as áreas do mediterrâneo amazônico. Fixaram-se nas melhores manchas de terra fértil, às margens dos eixos rodoviários recém-abertos, atraídos pelos projetos de colonização oficial, privada ou espontânea, e pelas ofertas de trabalho nas áreas de garimpo, construção de barragens, fazendas de gado, serviços de desmatamento, abertura de estradas, projetos de mineração, implantação de indústrias, ou, simplesmente, deslocaram-se à procura de trabalho e de nova vida nas médias e grandes cidades e capitais da Amazônia.

Em consequência dessa preferência locacional, as áreas da periferia meridional amazônica foram intensamente procuradas, provocando expansão acima ou pouco abaixo de 100%, das populações dos municípios de Jacundá, Marabá e Tucuruí, na micro-região de Marabá; de Conceição do Araguaia, no Araguaia Paraense; de Paragominas e S. Domingos do Capim, na zona guajarina; de Almerim e Prainha, no Baixo Amazonas Paraense; de Altamira e S. Félix do Xingú, na micro-região do Xingú; de Itaituba, no Tapajós; de Caracaraí em Roraima; de Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena, em Rondônia; de Alta Floresta, Aripuanã, Colider, Porto dos Gauchos, Rio Claro e Sinop, no norte matogrossense; de Quatro Marcos, Pontes e Lacerda, no Alto Guaporé; de Araguaina e S. Sebastião, no extremo norte goiano; de Couto Magalhães, Colinas e Arapoema, no Baixo Araguaia goiano; de Miranorte, Paraiso e Presidente Kennedy, no Mé-

dio Tocantins-Araguaia; de Minaçu, no Alto Tocantins; de Turiaçú, no Gurupi maranhense; de Santa Helena e Imperatriz, no Maranhão.

Nos Estados do Acre e do Amazonas e nos Territórios do Amapá, com exceção dos municípios de capitais, o crescimento de quase todas as micro-regiões foi moderado, indicando a ausência de fluxos migratórios importantes, e, em muitos casos, registrando até recessão populacional, como a verificada em nove micro-regiões amazonenses. Mesmo na calha central do rio Amazonas não ocorreu explosão populacional, a não ser nas capitais dos Estados do Amazonas e Pará.

A expansão da população amazônica foi feita, assim, de modo polarizado, concentrando-se os maiores efetivos em áreas que ofereciam maiores atrativos e oportunidades. Enquanto se realizava esse processo de ruralização, seguida pelos novos contingentes recém-chegados à Amazônia, que acabaram também criando novas cidades e vilas no mediterrâneo amazônico, a população nativa do interior, anteriormente acomodada na sua inércia, perdida nos roçados e sítios dos beiradões, desassistida e entregues à sua própria sorte e sina, ao receber o impacto dos meios de comunicação de massa, e persistindo a ausência de apoio infraestrutural iniciou o seu deslocamento para os centros urbanos.

A urbanização realizou-se em três fases. Na primeira, coroneis de barranco, de seringa ou de castanha, donos de barracões, flutuantes, proprietários de sítios e fazendas, comerciantes, aviadores e regatões, que, de alguma forma, conseguiram capitalizar recursos, mandavam os seus filhos e esposas para as cidades grandes, geralmente a capital do Estado, abrindo caminho para a sua própria transferência logo após. Na segunda fase, a massa rural de caboclos e de antigos nordestinos migrantes dos anos 40 e seus descendentes, frustrados nos seus objetivos de melhoria de vida, agora ainda mais desamparados com o êxodo dos seus antigos patrões, deslocaram-se para as sedes dos municípios mais próximos, à procura de sobrevivência, inchando as pequenas e médias cidades do interior, que se expandiram da rua da frente para a rua dos fundos e da periferia, e criando as primeiras favelas rurbanas municipais.

Na terceira fase, após um estágio, mais ou menos curto, na capital dos municípios, seguiu-se novo êxodo, desta vez para a cidade grande das capitais dos Estados e Territórios, tentando os migrantes melhor sorte para si e seus filhos.

Através dessas fases sucessivas, a urbanização adquire ímpeto e notoriedade quando se analisa as estatísticas dos censos decenais, de 1940 a 1980. Nesses quarenta anos, a população urbana da região amazônica dos três Estados e três Territórios evoluiu de 405.792 habitantes para 3.046.129 habitantes, passando de 27,7% em 1940, para 51,7% da população total em 1980.

Década por década, os saltos evolutivos dessa urbanização estão demonstrados no Quadro 8 abaixo, compreendendo os Estados do Pará, Amazonas e Acre, e Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia:

Quadro 8

Anos	População Urbana	%	População Rural	%	População Total
1940	405.792	27,7	1.056.628	72,3	1.462.400
1950	580.867	31,5	1.263.788	68,5	1.844.655
1960	957.718	37,4	1.604.064	62,6	2.561.782
1970	1.626.600	45,1	1.977.260	54,9	3.603.860
1980	3.046.129	51,7	2.847.007	49,3	5.893.136

Montando-o como painel geral, tivemos que elaborar os demais Quadros 9, 10 e 11; o primeiro mostrando como se distribuiu e evoluiu, por Estados e Territórios amazônicos, a população urbana entre 1970 e 1980, período em que o fenômeno adquiriu maior intensidade na região. Por ele se observa que os maiores índices de urbanização, em 1980, foram registrados em Roraima (61,76%), Amazonas (59,93%) e Amapá (59,17%). Nos Territórios, o fenômeno urbanizador se deve ao fato de que, com a criação desses TF em 1943, a infraestrutura montada em Boa Vista e Macapá, e a expansão da administração pública, atrairam desde logo grande parte de sua população para o exercício da atividade burocrática, sem a contrapar-

tida do crescimento das atividades do setor primário. Assim é que o município de Boa Vista é responsável por 84,4% da população de Roraima, e o de Macapá por 78,4% do Amapá.

No caso do Amazonas, a população urbana do Estado, recenseada em 1980, representou 59,93% da população do Estado, em grande parte devido à preponderância e à influência que Manaus sempre exerceu sobre o povo do interior, sobretudo depois da geração de novos empregos e oportunidades de trabalho, resultante da implantação da Zona Franca de Manaus em 1967. Somente o município de Manaus, em 1980, detinha 45,1% da população total. No Estado do Pará, graças às atividades agrícolas no interior, onde a população é muito mais numerosa do que a do Amazonas (3,4 milhões e 1,4 milhão), a urbanização foi menos acentuada, porém, mesmo assim, já contribuindo com 48,94% da população do Estado. É oportuno esclarecer que Belém, como o maior centro metropolitano da Amazônia Legal desde os tempos em que se constituiu, no período da borracha, como o grande entreposto comercial da economia extrativista, também exerceu uma forte atração sobre toda a sua população interiorana. Embora o município de Belém detenha apenas 27,3% da população do Estado, se considerarmos a região metropolitana que inclue o vizinho município de Ananindeua, e se somarmos a essa região a sua área de influência nas micro-regiões vizinhas de Guajarina, Bragantina e Salgado, que, juntos, somam 767.987 habitantes, a população da Grande Belém e dessas micro-regiões vizinhas e satélites, passa a ser de 1.790.656, ou seja, 52,4% da população do Estado do Pará.

O Quadro 10 mostra a série histórica do crescimento demográfico dos municípios das capitais dos Estados e Territórios da Amazônia Legal, com exceção de Goiás, por ter a sua capital situada fora do território amazônico. Sem dúvida, verifica-se em números um crescimento dramático.

Desde o princípio do século (1900 a 1980), o município de Belém passou de 96.560 para 934.330 habitantes, o de São Luis, de 36.798 para 449.877 habitantes, e o de Manaus, de 50.300 para 634.759 habitantes, praticamente decuplicando a sua população. Enquanto isso, o município de Cuiabá passou de 34.339 para 212.929, apesar do

desdobramento do município de Várzea Grande, do outro lado da ponte, na verdade um subúrbio de Cuiabá, com 77.053 habitantes, o qual, se incluído na zona cuiabana, fará com que a sede do Estado de Mato Grosso passe a figurar com uma população de 289.982 habitantes, equivalente a 25,4% da população do Estado, mesmo assim, um dos menores índices de concentração populacional nas capitais dos Estados amazônicos.

Seguindo essa mesma tendência de urbanização e concentração populacional nos municípios das capitais dos Estados e Territórios, no período de 1950 a 1980 o município de Rio Branco cresceu 314%, o de Porto Velho 394%, o de Boa Vista 287% e o de Macapá 568%.

A urbanização excessiva que se observa, hoje, na região amazônica, sobretudo a ocorrida nos municípios de suas capitais, criou um sério problema para a administração pública e para a qualidade de vida de seus habitantes. Os investimentos de infraestrutura social e econômica, nos setores de educação, saúde, saneamento básico, previdência social, habitação, transporte, eletrificação, lazer e, sobretudo, criação de novos empregos constituem necessidades imperiosas e urgentes. Um desafio quase impossível de atender a médio e curto prazo, face ao montante dos investimentos públicos e privados requeridos para dar a essas populações um padrão de vida que lhes assegure um mínimo de bem estar e dignidade humana.

Enquanto isso ocorre, os fluxos migratórios que descobriram a Amazônia na década dos anos 60 e 70, continuam a sua inexorável marcha para ocupar o interior e o mediterrâneo, em busca do chão, do trabalho e da fortuna, repetindo a antiga andança dos pioneiros nordestinos que os antecederam um século atrás.

desdobramento do município de Várzea Grande, do outro lado da ponte, na verdade um subúrbio de Cuiabá, com 77.053 habitantes, o qual, se incluído na zona cuiabana, fará com que a sede do Estado de Mato Grosso passe a figurar com uma população de 289.982 habitantes, equivalente a 25,4% da população do Estado, mesmo assim, um dos menores índices de concentração populacional nas capitais dos Estados amazônicos.

Seguindo essa mesma tendência de urbanização e concentração populacional nos municípios das capitais dos Estados e Territórios, no período de 1950 a 1980 o município de Rio Branco cresceu 314%, o de Porto Velho 394%, o de Boa Vista 287% e o de Macapá 383%.

A urbanização excessiva que se observa, hoje, na região amazônica, sobretudo a ocorrida nos municípios de suas capitais, criou um sério problema para a administração pública e para a qualidade de vida de seus habitantes. Os investimentos de infraestrutura social e econômica, nos setores de educação, saúde, saneamento básico, previdência social, habitação, transporte, eletrificação, lazer e, sobretudo, criação de novos empregos constituem necessidades imperiosas e urgentes. Um desafio quase impossível de atender a médio e curto prazo, face ao montante dos investimentos públicos e privados requeridos para dar a essas populações um padrão de vida que lhes assegure um mínimo de bem estar e dignidade humana.

Enquanto isso ocorre, os fluxos migratórios que descobriram a Amazônia na década dos anos 60 e 70, continuam a sua inexorável marcha para ocupar o interior e o mediterrâneo, em busca do chão, do trabalho e da fortuna, repetindo a antiga andança dos pioneiros nordestinos que os antecederam um século atrás.

Quadro 9

CONCENTRAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA E DO BRASIL

	1970			1980			CRESCIMENTO MEDIO ANUAL 1970/1980
	TOTAL	URBANA	% URBANA	TOTAL	URBANA	% URBANA	
PARÁ	2.167.018	1.021.966	47,16	3.411.868	1.669.662	48,94	4,67
AMAPÁ	114.359	62.451	54,61	175.634	103.926	59,17	4,35
AMAZONAS	955.235	405.831	42,48	1.432.066	858.181	59,93	4,12
RORAIMA	40.885	17.481	42,76	79.153	48.885	61,76	6,81
ACRE	215.299	59.307	27,55	301.605	132.174	43,82	3,39
RONDÔNIA	111.064	59.564	53,63	492.810	233.301	47,34	15,80
REGIÃO NORTE	3.603.860	1.626.600	45,13	5.893.136	3.046.129	51,69	5,04
NORDESTE	28.111.927	11.752.977	41,81	34.861.907	17.585.618	50,44	2,16
SUDESTE	39.853.498	28.964.601	72,68	51.752.651	42.848.230	82,79	2,64
SUL	16.496.493	7.303.427	44,27	19.036.429	11.880.533	62,41	1,43
CENTRO-OESTE	5.073.259	2.437.379	48,04	7.554.869	5.118.092	67,75	4,04
BRASIL	93.139.037	52.084.984	55,92	119.098.992	80.478.602	67,57	2,48

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970 e 1980. Jornal do Brasil, edição 31/5/1981.

Quadro 10

SÉRIE HISTÓRICA DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

1872 - 1980

MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
BELÉM (PARÁ)	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.949	399.222	633.379	934.330
MACAPÁ (AMAPÁ)	-	-	-	-	-	20.594	46.777	86.307	137.698
SÃO LUIZ (MARANHÃO)	31.604	29.308	36.798	52.929	85.583	119.785	158.292	265.595	449.877
MANAUS (AMAZONAS)	29.334	38.720	50.300	75.704	106.399	139.620	173.703	312.160	634.759
BOA VISTA (RORAIMA)	-	-	-	-	-	17.247	25.705	36.491	66.769
RIO BRANCO (ACRE)	-	-	-	19.930	16.038	28.246	47.437	70.959	117.113
PORTO VELHO (RONDONIA)	-	-	-	-	-	27.244	50.695	64.522	134.621
CUIABÁ (MATO GROSSO)	35.987	17.815	34.339	33.678	54.394	56.204	56.828	100.865	212.929
TOTAIS	158.922	135.907	217.997	418.643	398.313	663.889	958.659	1.570.648	2.688.096

Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos

Quadro 11

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA LEGAL, NA DÉCADA 1970-1980

	1970	1980	Variação relativa (%) na década 1970/80	Percentagem da População do Município da Capital sobre o total do Estado
BELEM (Pará)	633.749	934.330	47,4	27,3
MACAPÁ (Amapá)	86.307	137.698	59,5	78,4
SÃO LUIZ (Maranhão)	265.595	449.877	69,3	11,2
MANAUS (Amazonas)	312.160	634.759	103,3	45,1
BOA VISTA (Roraima)	36.491	66.769	82,9	84,4
RIO BRANCO (Acre)	70.959	117.113	65,0	38,8
PORTO VELHO (Rondônia)	64.522	134.621	108,6	27,3
CUIABÁ (Mato Grosso)	100.865	212.929	111,1	18,6
TOTAL	1.570.648	2.688.096	71,1	24,4

Fonte: Censos Demográficos 1970 e 1980 (Resultados Preliminares), FIBGE.

Obs:- Os percentuais da participação dos municípios das capitais na população dos Estados foram baseados nos resultados preliminares do Censo de 1980. A população de Mato Grosso, hoje integralmente incluída na Amazônia Legal, pelo referido Censo era de 1.141.236. A participação de São Luiz foi calculada sobre toda a população do Estado do Maranhão (4.002.679). A capital de Goiás está situada fora da Amazônia Legal.

6. DEMOGRAFIA E GEOGRAFIA FISCAL

Ao longo do tempo e da história, as populações têm servido a muitos senhores, objetivos e propósitos. São consideradas como fator geopolítico para domínio, ocupação e segurança; massa de manobra para recrutamento militar nas guerras de conquista, defesa e revolução; multidão de fieis e leigos para doutrinação e catequese; base eleitoral para fins político-partidários; força de trabalho e mão-de-obra para fins econômico-produtivos; mercado de consumo e clientela no marketing de produtos e serviços; contribuintes de direito ou de fato, ativos ou passivos, para obrigações tributárias e para-fiscais.

Por isso, o vazio demográfico da Amazônia sempre constituiu fonte de preocupação para estadistas, políticos, militares, administradores, empresários e todos quantos se dedicam à análise dos contingentes populacionais, procurando conhecer os fluxos migratórios, composição etária, qualificação, densidade, dispersão e concentração humana locacional.

Do ponto de vista estritamente fiscal, a escassez ou o vazio demográfico correspondem quase-sempre a gravidade-zero no espaço tributário, pois muitas vezes o esforço e o custo da exação superam o valor do contributo fiscal, sobretudo nas regiões carentes de infraestrutura, de capital e mão-de-obra como a amazônica, onde os ônus tributários agravam os empreendimentos e atividades pioneiras, face aos custos maiores, à competição e ao poder de atração exercidos pelas regiões vizinhas mais desenvolvidas.

A criação dos instrumentos de isenção e desoneração fiscal na Amazônia, a partir da institucionalização da SUDAM e SUFRAMA, foi um passo avançado no sentido de atrair para a área atividades econômicas que ensejassem a criação de empresas e a geração de empregos e oportunidades que viabilizassem a área e contribuissem para a diminuição das disparidades de renda e das desigualdades regionais.

Mesmo assim, apesar da existência de um elenco de ins-

trumentos e mecanismos de política fiscal, sobretudo no campo tributário federal, que concentra o maior poder fiscal da Federação, a Amazônia apresentou significativa contribuição para o Tesouro Nacional e para as Fazendas dos Estados.

A arrecadação da Receita Federal na Amazônia (2a. Região Fiscal), compreendendo os Estados do Pará, Amazonas, Acre e Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, durante o exercício financeiro de 1980, elevou-se a Cr$17,4 bilhões, conforme mostra o Quadro 12, montado com base em informações fidedignas da Superintendência da 2a. Região Fiscal.

O crescimento de arrecadação federal na Amazônia Clássica, em 1980, foi de 111%, sendo o real de 20% sobre o apurado no exercício anterior. A nível nacional, a participação da região na receita tributária federal vem apresentando, também, uma persistente e continua elevação. Enquanto em 1976 essa participação se expressava por 1,32% do total arrecadado no país, em 1980 o percentual se elevou para 1,75%, o que é um indício positivo do crescimento da economia e da renda regional, como também maior eficiência do aparelho arrecadador.

Segundos cálculos efetuados pela Fundação Getulio Vargas (Divisão de Análise Econômica), a renda regional per capita da Amazônia Clássica em 1970 foi equivalente a US$438, e já em 1980 alcançava US$830, enquanto que para o Brasil, como um todo, a renda interna por habitante passava de US$852 para US$1,459 no decênio. Em termos correspondentes a Amazônia atingiu a 56,9% da renda média brasileira em 1980, contra 51,4% em 1970.

Se em termos macro-fiscais houve ganhos regionais, embora ainda pouco expressivo, em nível sub-regional e setorial observa-se algumas mudanças significativas que necessitam de maior análise. Assim é que, enquanto a Amazônia Oriental contribuiu com 52,4% do total arrecadado, com uma população de 3.586.869 habitantes, a Amazônia Ocidental aumentou a sua participação para 47,6%, com uma população de 2.279.804 habitantes, equivalentes a uma contribuição anual per capita de Cr$2.545 e Cr$3.634, respectivamente. Isto indica que a Amazônia Ocidental, a despeito das maiores

franquias e isenções oriundas da Zona Franca de Manaus, apresenta uma economia mais dinâmica, pelo menos a curto prazo, até que os grandes projetos de mineração e eletrificação no Estado do Pará venham a superar o atual quadro de menor crescimento relativo de sua economia.

Continua, no entanto, o alto nível de concentração fiscal e de arrecadação na área, pois a Delegacia da Receita Federal em Belém contribuiu com 48,43%, e a de Manaus (inclusive a do porto de Manaus) com 37,27%, que somam 85,70% do total da arrecadação federal nas sete principais exatorias regionais. Porto Velho contribuiu com 8,46%, graças à intensificação das atividades econômicas dos novos contingentes imigratórios e à mineração de cassiterita, vindo logo a seguir, em modo decrescente, Macapá com 2,7%, Santarém com 1,3%, Rio Branco com 0,98% e Bôa Vista com 0,86% do total arrecadado.

A nível setorial, a maior arrecadação foi a do Imposto sobre Produtos Industrializados, com Cr$5,3 bilhões, sendo este o maior contributo do Estado do Pará, devido à localização da fábrica de cigarros da Cia. Souza Cruz. O Imposto de Importação participou com uma arrecadação de Cr$3,5 bilhões, cabendo a Manaus a maior parcela, com Cr$3,1 bilhões, em função da Zona Franca de Manaus.

O segundo tributo federal da região foi o Imposto de Renda, com uma arrecadação global de Cr$5,02 bilhões no exercício de 1980, sendo que o Imposto de Renda na Fonte arrecadou Cr$3,1 bilhões, o Imposto de Renda Pessôa Física - Cr$410 milhões, e o Imposto de Renda Pessôa Jurídica - Cr$1,44 bilhão. Neste último, é importante assinalar que, pela primeira vez, Manaus assumiu a liderança com uma arrecadação de Cr$628 milhões contra Cr$608,5 milhões da Delegacia de Belém, o que revela também o maior índice de lucratividade das empresas sediadas na capital do Amazonas, sujeitas ao referido imposto, a despeito das empresas industriais, que constituem o setor mais dinâmico da economia, dele estarem isentas. É bem provável que esse fato também tenha ocorrido pela existência de maior número de empresas com domicílio fiscal localizado em Manaus, en-

quanto que, provavelmente, no Pará, muitos contribuintes desse imposto, que possuem estabelecimentos localizados em Belém, tenham as matrizes e domicílios fiscais situados fora da região.

O quarto tributo em importância é o Imposto Único sobre Minerais, com uma arrecadação de Cr$896 milhões, do qual o maior contribuinte é o Território de Rondônia, com Cr$557 milhões - resultado de uma produção de 7.500 ton. de cassiterita, equivalente a cerca de US$70 milhões - que produziu maior receita do que o manganês do Amapá, que registra um contributo de Cr$174 milhões, e a bauxita do Trombetas e o ouro de Itaituba e Serra Pelada, produtos que, somados, geraram uma arrecadação de Cr$93 milhões em Belém e Cr$66 milhões em Santarém. Este setor está destinado a um importante papel no futuro da arrecadação tributária da Amazônia, na medida em que forem se expandindo as minerações de bauxita em Trombetas, Paragominas e Imperatriz, implantado o grande Projeto Carajás de mineração de ferro, cobre, manganês, e expandida a produção das áreas de garimpo em Serra Pelada, Conceição do Araguaia, Itaituba, Maués, rio Madeira e Roraima.

Neste particular, é urgente uma reformulação da política fiscal do Imposto Único sobre Minerais, de modo a que venha representar um papel dinâmico no processo de desenvolvimento regional e contribuir para o fortalecimento das finanças dos Estados e Municípios onde esses minerais são extraídos. Os Estados e Municípios amazônicos não podem abrir mão do numeroso potencial de recursos que podem ser gerados através de exploração da maior província mineral brasileira em que está se transformando a Amazônia. Por enquanto, essa participação é modesta apesar de sua crescente produção, exportação e geração de divisas. Em 1980, a exportação da bauxita de Trombetas foi da ordem de 1.898.398 toneladas, que geraram cerca de US$70 milhões, e a produção de ouro alcançou 11,3 ton. (de um total de 15 ton. produzidas no Brasil), equivalente a cerca de US$165 milhões, com base na cotação média de US$500 por onça troy (31,1 gramas), e a produção de cassiterita em Rondônia alcançou o equivalente a US$70 milhões.

O Imposto Único sobre Combustíveis produziu uma arreca-

dação de Cr$317 milhões em 1980, comparado com Cr$282 milhões em 1970, apresentando, portanto, uma grande redução em termos reais, não só devido à estagnação da produção da Refinaria de Manaus como, também, à redução das alíquotas desse imposto. Em contraste, aumentou consideravelmente a arrecadação da Taxa Única Rodoviária, cuja receita passou de Cr$258 para Cr$681 milhões, resultado da elevação da alíquota tributária e do aumento da frota de veículos. O mesmo ocorreu em relação à Taxa de Melhoramento dos Portos, que passou de Cr$261 para Cr$734 milhões, sendo que o porto de Manaus contribuiu com Cr$489 milhões e o de Belém com Cr$245 milhões, o que indica a maior dependência do transporte marítimo e fluvial do Estado do Amazonas.

Enquanto a arrecadação dos tributos federais na Amazônia Clássica, em 1980, produziu Cr$17,4 bilhões de receita, o campo tributário de jurisdição estadual, que hoje praticamente se concentra na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), produziu apenas Cr$9,4 bilhões nos Estados do Pará, Amazonas e Acre, e Cr$722 milhões nos Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, já incluídos no quadro da arrecadação federal. A partilha tributária, decorrente da atribuição e limitação constitucional, constitue um grave problema que os Estados da Federação enfrentam para a execução de seus programas de governo e de custeio das suas despesas orçamentárias. Tanto é assim que a receita tributária própria dos Estados da Amazônia representa, hoje, menos de 50% dos seus orçamentos, que são complementados à custa de transferência de recursos federais do Fundo de Participação dos Estados, cobertos através de diferentes programas de custeio, investimentos de outros fundos mediante convênios, tornando as unidades federativas extremamente dependentes do poder tributário da União. De outro lado, sendo um imposto não cumulativo, que incide sobre o valor adicionado, tende a favorecer os Estados produtores, geralmente localizados nas regiões mais desenvolvidas do país, em detrimento dos Estados importadores e consumidores dos seus produtos, situadas nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas.

A geografia fiscal do ICM na Amazônia, mostrada no Qua-

dro 12, revela que, mesmo assim, nem sempre maior população significa maior arrecadação, pois o fato gerador da obrigação fiscal está intimamente ligado aos níveis de renda, de produção, de comercialização e de consumo per capita. Deste modo, possuindo uma economia mais dinâmica, o Estado do Amazonas apresentou, mesmo em termos absolutos, a mais alta arrecadação de ICM na Amazônia Clássica, expressa pela importância de Cr$4,6 bilhões, comparada com Cr$4,4 bilhões no Pará e apenas Cr$300 milhões no Acre, Cr$123 milhões em Amapá, Cr$72 milhões em Roraima e Cr$527 milhões em Rondônia. Feita a capitação do tributo, iremos encontrar que a arrecadação do ICM no Amazonas representou uma contribuição anual de Cr$3.328 por habitante, comparada com Cr$1.305 no Pará, Cr$995 no Acre e Cr$966 nos Territórios. O Estado de Mato Grosso, incluído na Amazônia Legal, teve um excelente desempenho, com uma participação de Cr$3.115 per capita, comparada com Cr$3.021 de Goiás, enquanto o Estado do Maranhão, que é o Estado mais pobre da Amazônia, participaria com um contributo de Cr$755 por habitante/ano.

No exercício de 1980, a arrecadação do ICM em todo o Brasil elevou-se a Cr$607 bilhões, correspondente a uma média per capita de Cr$5.104, que nenhum Estado da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste atingiu, com exceção de Mato Grosso do Sul (Cr$5.176). Isto se deve à excessiva concentração desse imposto no Estado de São Paulo (população de 25 milhões de habitantes), que arrecadou Cr$255 bilhões, equivalente a 42,03% do total do país, correspondente a Cr$10.200 per capita.

É importante, pois, para o futuro do país em geral e da região amazônica em particular, a reformulação de uma política demográfica e fiscal visando a corrigir a excessiva concentração populacional, as disparidades de renda, os desequilíbrios regionais e setoriais, e tornar mais equitativa a repartição dos ônus tributários.

O Quadro 13 reune demografia e geografia fiscal do ICM, mostrando níveis de arrecadação bruta e per capita.

Quadro 12

GEOGRAFIA FISCAL DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA FEDERAL NA AMAZÔNIA (2a. REGIÃO) EM 1980

Cr$1.000 - VALORES NOMINAIS

TRIBUTOS FEDERAIS	BELEM	SANTAREM	MACAPÁ	MANAUS (e porto)	BOA VISTA	RIO BRANCO	PORTO VELHO	T O T A L
IMP. IMPORTAÇÃO	429.363	122	16.368	3.134.569	28	525	2.339	3.583.315
IMP. PROD. INDUST.	4.787.573	8.247	11.519	493.164	5	798	1.908	5.303.213
IMP. RENDA PESSOA FÍSICA	216.599	10.870	4.193	138.027	4.797	13.787	21.844	410.118
IMP.RENDA PESSOA JURÍDICA	608.522	30.038	15.750	628.006	17.742	42.286	104.184	1.446.527
IMP. RENDA FONTE	1.547.975	69.166	83.953	1.155.051	41.656	79.266	187.819	3.164.886
IMP.ÚNICO E. ELÉTRICA	-	16.352	16.211	-	-	-	-	32.564
IMP.ÚNICO S/MINERAIS	93.636	66.709	174.308	3.330	405	210	557.687	896.286
IMP.ÚNICO S/COMBUSTÍVEIS	58.496	35	-	258.607	-	352	-	317.490
IMP. TERRITÓRIOS (ICM)	-	-	126.186	-	70.978	-	525.463	722.627
IMP.S/TRANSP.RODOVIÁRIOS	88.963	2.575	78	19.799	54	3.255	9.152	123.876
TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA	358.415	22.343	20.565	172.086	14.618	30.870	62.415	681.312
TAXA MELHORAMENTO PORTOS	244.984	-	-	489.689	26	2	3	734.704
TOTAIS 1980	8.434.526	226.457	469.131	6.492.328	150.309	171.351	1.472.814	17.416.918
ARRECADAÇÃO 1979	4.270.915	82.206	225.220	3.008.103	63.102	84.214	617.350	8.254.963

Fonte: M.F.-Secretaria da Receita Federal - Supt. 2a. R.F.

Obs:- A 2a. Região Fiscal compreende a arrecadação da receita tributária federal nos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia.

são 13, [illegible] maior população econô-
mica deixa arrecadar, pois o fato gerador da tributação fiscal está intimamente ligado aos níveis de renda, de produção, de comercialização e de consumo per capita. Desse modo, constituindo uma economia mais dinâmica, o Estado do Amazonas apresentou, em termos absolutos, a mais alta arrecadação de ICM na Amazônia Clássica, expressa pela importância de Cr$[illegible] bilhões, comparado com Cr$4,0 bilhões no Pará e apenas Cr$300 milhões no Acre, Cr$123 milhões no Amapá, Cr$77 milhões em Roraima e Cr$727 milhões em Rondônia. Feita a equação do tributo, tem-se [illegible] que a arrecadação do ICM no Amazonas representou uma contribuição anual de Cr$5.328 por habitante, comparado com Cr$1.305 no Pará, Cr$[illegible] no Acre e Cr$96[illegible] nos Territórios. O Estado de Mato Grosso, incluído na Amazônia Legal, teve um excelente desempenho, com uma participação de Cr$3.115 per capita, comparada com Cr$3.[illegible] de Goiás, enquanto o Estado do Maranhão, que é o Estado mais pobre da Amazônia, participaria com uma contribuição de Cr$763 por habitante/ano.

No exercício de 1980, a arrecadação do ICM em todo o Brasil elevou-se a Cr$[illegible] bilhões, correspondendo a uma média per capita de Cr$5.104, que nenhum Estado da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste atingiu, com exceção de Mato Grosso do Sul (Cr$5.1[illegible]). Isso deve-se à excessiva concentração [illegible] do Estado de São Paulo (população de 25 milhões de habitantes), que arrecadou Cr$[illegible] bilhões, equivalente a 42,03% do total do país, correspondendo a Cr$10.250 per capita.

É importante, pois, [illegible] do país em geral e da Região Amazônica em particular, a reformulação de uma política tributária e fiscal visando a corrigir a excessiva concentração geo-[illegible] das disponibilidades de renda, os desequilíbrios regionais [illegible] para equilibrar a [illegible] dos seus tributos.

O Quadro 13 reúne demografia e geografia fiscal do ICM, [illegible] níveis de arrecadação bruta e per capita.

Quadro 13

DEMOGRAFIA E GEOGRAFIA FISCAL DO ICM

	POPULAÇÃO RESIDENTE CENSO 1980	ARRECADAÇÃO ICM 1980 - Cr$1.000	ICM PER CAPITA Cr$1,00
PARÁ	3.411.235	4.454.214	1.305
AMAZONAS	1.406.354	4.680.930	3.328
ACRE	301.628	300.144	995
TERRITÓRIOS AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA	747.456	722.627	966
MARANHÃO	4.002.679	3.023.532	755
MATO GROSSO	1.141.236	3.556.010	3.115
MATO GROSSO DO SUL	1.308.803	6.774.922	5.176
GOIÁS	3.864.881	11.677.386	3.021

Fonte: Censo 1980 (Resultados preliminares), IBGE.
Boletim do ICM, Ministério da Fazenda, Janeiro 1981.

Obs:- O ICM é um tributo que depende do nível de produção, da renda e do consumo. A mais alta taxa per capita de arrecadação no Centro-Oeste (Cr$5.176) coube a Mato Grosso do Sul, em função da grande produção de cereais e de carne. Na Amazônia Clássica, o Estado do Amazonas colocou-se em primeiro lugar, com uma arrecadação de Cr$3.328 por habitante, tendo em vista ser um Estado altamente importador e possuir uma economia comercial e industrial mais dinâmica em função da Zona Franca de Manaus. É preciso, ainda, acrescentar que a arrecadação do Amazonas, com uma população de apenas 1.406.354 superou, em termos absolutos, a arrecadação do Pará com 3.411.235 e a do Maranhão com 4.002.679 habitantes, a despeito dos incentivos fiscais do ICM terem restituído, em 1980, Cr$5.169.772 aos contribuintes do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Ressalte-se, ainda, o contraste entre a explosão demográfica e a penúria fiscal do Maranhão, que bem se traduz no menor índice per capita de arrecadação - Cr$.. 755,00.

7. POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Constituída pelos Estados do Pará e Maranhão, a oeste do meridiano de 44º, e Território do Amapá, a Amazônia Oriental é a área de povoamento mais antigo, nela se registrando os principais eventos históricos da ocupação e conquista do espaço regional.

As vantagens locacionais resultantes de sua frente atlântica, permitindo o mais fácil intercâmbio com o exterior, as facilidades de contato vizinho com a populosa região nordestina, a construção da Belém-Brasília, e, agora, os grandes projetos econômicos decorrentes da descoberta da maior província mineral e energética brasileira, permitiram a atração de maiores fluxos migratórios. A sua população atual, de 6.928.711 habitantes, cresceu 46,3% na década 1970/1980, e já representava 61,74% do total da Amazônia Legal. É o que o Quadro 14 abaixo demonstra:

Quadro 14

	Área Terrestre km.2	População Presente Recenseada		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980 %	População da Amazônia Legal %
		1970	1980		
PARÁ	1.227.530	2.161.316	3.411.235	57,8	30,40
AMAPÁ	139.068	114.687	175.634	53,1	1,56
MARANHÃO AMAZÔNICO	257.451	2.458.616	3.341.842	35,9	29,78
TOTAIS	1.624.049	4.734.619	6.928.711	46,3	61,74

Nesta última década, o Estado do Pará apresentou uma expansão populacional de 58,0%, superando a taxa de aumento de 41,7% da década anterior. Esta variação relativa significou um incremento absoluto de cerca de 1.250.000 habitantes no decênio, atribuído tanto ao aumento vegetativo como ao movimento migratório.

Alguns fatos podem ser identificados como responsáveis pelo crescimento:

a) a corrida ao Projeto Jari, no município de Almerim, que fez saltar a sua população em 177,5%, com reflexos nos municípios vizinhos de Porto de Moz e Prainha, na micro-região do Baixo Amazonas;

b) a corrida do ouro em Serra Pelada e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, que fizeram crescer a população de Jacundá em 568,7%, de Tucuruí em 517,1% e de Marabá em 144,3%, beneficiando toda a zona do Médio Tocantins;

c) as micro-regiões do Araguaia Paraense e do Xingu sofreram o impacto das correntes migratórias, em função da implantação de fazendas agropecuárias, da abertura da Transamazônica e projetos de colonização, sendo que Conceição do Araguaia experimentou um aumento de 310,6%, Altamira 213,5% e S. Felix do Xingu 233,9% nos seus contingentes populacionais;

d) a abertura do eixo rodoviário Cuiabá-Santarém favoreceu a expansão de Santarém, com um incremento de 41,6%, e da micro-região do Tapajós, na qual se destaca Itaituba, com um aumento de 201,2%, decorrente também da corrida do ouro;

e) a micro-região do Médio Amazonas, a mais populosa do Estado, com 377.736 habitantes, foi beneficiada com a construção do polo de mineração de bauxita no rio Trombetas, no município de Oriximinã, que cresceu 55,8%;

f) as micro-regiões de bragantina, guajarina e Tomé-Açu, dadas as suas proximidades de Belém e aos projetos agrícola e de madeira, tiveram um aumento médio de 46,5%, 74,5% e 76,7%, res-

pectivamente. A micro-região de Belém teve um incremento de 352.271 habitantes, equivalente a 54,5% sobre a década anterior. A rodovia BR-316, que se conecta com a Belém-Brasília, atravessando o nordeste paraense, deve ter concorrido para esse crescimento e concentração;

g) a micro-região de Campos de Marajó, praticamente, não se expandiu. Ao contrário, os municípios de Santa Cruz do Arari e Breves perderam 10,1% e 25,9%, respectivamente, de suas populações. O latifúndio da pecuária extensiva tem uma parcela de responsabilidade nesse recesso populacional, coadjuvado pelo poder de atração da região metropolitana de Belém.

O crescimento populacional de cerca de 1.250.000 habitantes verificado nesta década, não foi, contudo, correspondido por uma maior dinamização da área econômica, tanto no setor primário-agrícola como no secundário-industrial, com exceção do setor mineral, que começou a mostrar o seu potencial no início dos anos 80 com a exportação da bauxita de Trombetas, a produção de ouro de Serra Pelada e a extração e indústria madeireira. Mesmo assim, o valor da produção exportada pelo Estado do Pará apresentou notável crescimento, tendo evoluído de US$150 milhões em 1977 para US$233 milhões em 1979, devendo ter se aproximado dos US$350 milhões em 1980, com a exportação de 1.898.000 ton. de bauxita, que proporcionou uma geração de divisas da ordem de US$70 milhões. A produção de ouro dos garimpos de Serra Pelada, Tapajós e Conceição do Araguaia atingiu 11.300 kg em 1980; se fosse exportada deveria ter proporcionado um ingresso adicional de US$165 milhões.

Apesar desse notável contributo para o balanço de pagamento do país, grande parte dessa atividade, sobretudo do setor mineral, por ser concentradora e poupadora de mão-de-obra - com exceção da área garimpeira e do projeto agro-silvicultor do Jari - não conseguiu dar à economia do Estado um maior impulso para o seu desenvolvimento, nem criar suficiente emprego para a mão-de-obra local e para os contingentes dos êxodos rurais do interior e dos fluxos migratórios extra-regionais.

De outro lado, os investimentos no setor pecuário nas mi-

cro-regiões do sul paraense e na região do Araguaia, promovidos e induzidos pela SUDAM a partir de 1966 até o final da década dos anos 70, apesar do alto vulto, não tiveram o efeito multiplicador esperado. Do total dos 337 projetos aprovados, de 1966 a novembro de 1978, com um total de incentivos fiscais comprometidos equivalentes a US$881 milhões, o Estado do Pará absorveu, nos seus 95 projetos, cerca de US$250 milhões, dos quais US$135 milhões já haviam sido loberados. O modelo pecuário da grande fazenda latifundiária, do projeto que denominamos de Mega-boi, talvez tenha criado mais problemas do que soluções, tendo em vista as tensões, os conflitos, as disputas e a especulação fundiária que essa ocupação proporcionou, sem contar os irreversíveis danos ecológicos e ambientais. Atividade poupadora de mão-de-obra, essas fazendas, quando completado o ciclo dos investimentos - e muitas delas já foram desativadas - terão criado apenas 4.212 empregos, conforme a previsão dos projetos aprovados.

Criar empregos, oportunidades de trabalho e novas atividades produtivas constituem uma enorme sobrecarga, quando uma população, como a do Pará, cresce de 1.860.000 pessoas em vinte anos, entre 1960 a 1980, e rapidamente se urbaniza, como bem atesta a região metropolitana de Belém, que evoluiu de 656.351 em 1970 para 1.016.451 habitantes em 1980.

Segundo dados recentemente divulgados pela SUDAM e apresentados no Relatório de 1980 da Diretoria do BASA, o movimento de empregos de toda a Região Norte, medido pelo número de admissões, menos as dispensas, resultou num saldo positivo de 289.346 oportunidades de trabalho no triênio 1978/1980, sendo importante assinalar a sua cadente desaceleração. Assim é que, enquanto em 1978 a região como um todo criou 100.124 empregos, em 1979 a oferta caiu para 46.005, e em 1980 mostrava uma outra redução para 43.217, valendo assinalar que grande parte desse contingente de mão-de-obra ocupada deve ter sido uma contribuição do setor industrial da Zona Franca de Manaus. Essas estatísticas oficiais provavelmente não incluem os empregos criados nas frentes pioneiras agrícolas.

As perspectivas para a atual década dos anos 80 são, con-

tudo, animadoras, e tudo induz a uma reversão das expectativas na Amazônia Oriental, sobretudo no Estado do Pará e Maranhão, em consequência da próxima energização proveniente da hidrelétrica de Tucuruí, e o seu aproveitamento para a redução da bauxita no polo mínero-metalúrgico da Albrás e Alunorte, a ser instalado em Barcarena, e no complexo da Alcoa em São Luis, destinado à produção de alumina e alumínio metálico. O Projeto Carajás, que revelou a maior província de ferro e cobre do país, se realizado dentro da atual década, inclusive o seu ambicioso programa de colonização agrícola, apesar das dificuldades do balanço de pagamento e da dívida externa, abrirá novas perspectivas para a economia paraense, desde que internalizados e interiorizados os seus efeitos. Tanto maior será a sua repercussão e o seu efeito-multiplicador quanto maior for a expansão desse polo mínero-metalúrgico e agrícola, retendo a maior parcela do valor adicionado na área e conseguindo atrair novos empreendimentos ligados ao setor de manufaturados de alumínio e da agro-indústria. Por sua vez, a energização rural, possível a partir de Tucuruí, poderá revolucionar a atividade interiorana quer ao longo da estrada de ferro Carajás-Ponta da Madeira, que passará a contar com transporte de massa, quer ao longo das linhas de transmissão e distribuição da área servida por essa usina da Eletronorte, sem contar com a livre navegação que o rio Tocantins irá proporcionar quando concluídas as suas eclusas.

Se as perspectivas, a médio e longo prazo, são bastante otimistas, é preciso acrescentar, todavia, que do ponto de vista interiorano é urgente a promoção de programas de colonização para a pequena e média propriedade naquelas áreas que já possuem infraestrutura rodoviária, eletrificação, navegação, portos e serviços, numa tentativa de fixação das populações nos seus municípios de origem e criação de uma forte classe média rural, evitando a avalanche de urbanização e concentração que caracterizou a década 1970/1980 nos Estados do Pará e do Amazonas. Não somente naquelas áreas pioneiras da fronteira agrícola, que atraem os fluxos migratórios do sul e do nordeste, mas também nas áreas de ocupação tradicional, sobretudo do Médio Amazonas Paraense, cujo incremento demográfico

modesto é um referencial da desaceleração de sua economia e ausência de motivação para a fixação de sua população ribeirinha.

O extenso Quadro 15 que montamos mostra os números e percentuais da expansão e concentração no Pará, colocados por microrregiões e municípios.

Quadro 15

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO PARÁ
POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS
DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980 %
	1970	1980	
1. MÉDIO AMAZONAS PARAENSE (012)			
. ALENQUER	34.949	44.617	27,6
. FARO	10.069	12.655	25,6
. JURITI	18.694	22.551	20,6
. MONTE ALEGRE	28.317	37.906	33,8
. OBIDOS	26.504	38.112	43,7
. ORIXIMINÁ	19.056	29.692	55,8
. SANTARÉM	135.690	192.203	41,6
	273.279	377.736	38,2
2. TAPAJÓS (013)			
. AVEIRO	8.839	12.779	44,5
. ITAITUBA	12.836	38.671	201,2
	21.675	51.450	137,3
3. BAIXO AMAZONAS (014)			
. ALMERIN	12.024	33.374	177,5
. PORTO DE MOZ	7.435	11.889	59,9
. PRAINHA	12.327	45.397	268,2
	31.786	90.660	185,2
4. XINGÚ (015)			
. ALTAMIRA	15.345	48.164	213,8
. S.FELIX DO XINGU	2.331	7.785	233,9
	17.676	55.949	216,5

	POPULAÇÃO RESIDENTE 1970	1980	VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980 %
5. FUROS (016)			
. AFUÁ	17.899	23.442	30,9
. ANAJÁS	10.147	11.787	16,1
. BREVES	38.234	55.975	46,4
. CURRALINHO	10.592	12.707	19,9
. GURUPÁ	13.983	15.610	11,6
. MELGAÇO	6.157	10.704	73,8
. PORTEL	16.438	43.229	162,9
. S.SEBASTIÃO DA BOA VISTA	11.471	12.639	10,1
. SENADOR JOSÉ PORFIRIO	3.031	6.340	109,1
	127.952	192.433	50,3
6. CAMPOS DE MARAJÓ (017)			
. CACHOEIRA DO ARARI	10.369	11.423	10,1
. CHAVES	20.790	15.414	-(25,9)
. MUANÁ	15.001	18.746	24,9
. PONTA DE PEDRAS	11.008	12.955	17,6
. SALVATERRA	9.163	10.087	10,0
. STA. CRUZ DO ARARI	5.268	4.736	-(10,1)
. SOURE	13.855	16.311	17,7
	85.454	89.672	4,9
7. BAIXO TOCANTINS (018)			
. ABAETETUBA	57.791	74.630	29,1
. BAGRE	4.451	8.316	86,8
. BAIÃO	12.094	16.349	35,1
. BARCARENA	17.456	20.056	14,8
. CAMETÁ	60.115	79.372	32,0
. IGARAPÉ-MIRI	31.236	39.340	25,9
. LIMOEIRO DO AJURU	10.102	13.793	36,5
. MOCAJUBA	9.154	13.285	45,1
. MOJU	18.060	28.679	58,7
. OEIRAS DO PARÁ	11.089	12.579	13,4
	231.548	306.399	32,3

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980
	1970	1980	%
8. MARABÁ (019)			
. ITUPIRANGA	5.354	15.633	191,9
. JACUNDÁ	2.225	14.879	568,7
. MARABÁ	24.491	59.842	144,3
. S.JOÃO DO ARAGUAIA	15.341	35.804	133,3
. TUCURUÍ	9.936	61.319	517,1
	57.347	187.477	226,9
9. ARAGUAIA PARAENSE (020)			
. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	27.372	112.397	310,6
. SANTANA DO ARAGUAIA	7.757	12.678	63,4
	35.129	125.075	256,0
10. TOMÉ-AÇU (021)			
. ARACA	24.387	35.348	44,9
. TOMÉ-AÇU	18.600	40.461	117,5
	42.887	75.809	76,7
11. GUAJARINA (022)			
. BUJARU	15.781	26.079	65,2
. CAPITÃO POÇO	25.534	32.827	28,5
. IRITUIA	33.405	44.985	34,6
. OURÉM	27.625	37.909	37,2
. PARAGOMINAS	14.171	48.359	241,2
. S. DOMINGOS DO CAPIM	29.387	64.513	119,5
	145.903	254.672	74,5

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980
	1970	1980	%
12. SALGADO (023)			
. COLARES	6.347	7.124	12,2
. CURUÇÁ	22.575	24.249	7,4
. MAGALHÃES BARATA	5.079	5.961	17,3
. MARACANÃ	18.091	21.129	16,7
. MARAPANIM	16.960	17.767	4,7
. PRIMAVERA	21.571	26.498	22,8
. SALINÓPOLIS	9.681	14.415	48,8
. SANTARÉM NOVO	4.003	4.764	19,0
. STO. ANTONIO DO TAUÁ	10.916	11.493	5,2
. S.CAETANO DE ODIVELAS	14.324	20.859	45,6
. VIGIA	19.276	24.848	28,9
	148.823	179.107	20,3
13. BRAGANTINA (024)			
. AUGUSTO CORRÊA	18.342	26.420	44,0
. BONITO	6.007	8.516	41,7
. BRAGANÇA	62.026	85.275	37,4
. CAPANEMA	26.752	40.149	50,0
. CASTANHAL	37.921	65.343	72,3
. IGARAPÉ-AÇU	15.973	23.031	44,1
. INHANGAPI	6.622	7.344	10,9
. NOVA TIMBOTEUA	8.277	9.988	20,7
. PEIXE BOI	6.146	7.279	18,4
. STA. ISABEL DO PARÁ	15.650	24.097	53,9
. S. FRANCISCO DO PARÁ	6.824	10.484	53,6
. S. MIGUEL DO GUAMÁ	17.473	26.272	50,3
	228.013	334.208	46,5

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980
	1970	1980	%
14. BELÉM (025)			
. ANANINDEUA	22.602	66.027	192,1
. BELÉM	633.749	934.330	47,4
. BENEVIDES	14.047	22.312	58,8
	670.398	1.022.669	52,5
15. VISEU (026)			
. VISEU	33.377	57.196	71,3
TOTAIS	2.151.247	3.400.512	58,1

12. SALGADO (023)			
. COLARES	[illegible]	7.124	[illegible]
. CURUÇÁ	[illegible]	24.249	[illegible]
. MAGALHÃES BARATA	[illegible]	5.561	[illegible]
. MARACANÃ	[illegible]	21.129	16,[illegible]
. MARAPANIM	16.960	17.767	4,7
. PRIMAVERA	21.571	26.498	22,[illegible]
. SALINÓPOLIS	[illegible]	14.415	[illegible]
. SANTARÉM NOVO	4.007	4.764	19,0
. SÃO ANTONIO DO TAUÁ	10.916	11.483	5,2
. S. CAETANO DE ODIVELAS	14.324	20.859	45,6
. VIGIA	19.276	24.848	28,9
	148.823	179.207	20,3
13. BRAGANTINA (024)			
. AUGUSTO CORRÊA	18.342	26.420	44,0
. BONITO	6.007	8.516	41,7
. BRAGANÇA	62.026	85.275	37,4
. CAPANEMA	26.752	40.149	50,0
. CASTANHAL	37.921	65.343	72,3
. IGARAPÉ-AÇU	15.973	23.031	44,1
. INHANGAPI	6.622	7.344	10,9
. NOVA TIMBOTEUA	8.277	9.988	20,7
. PEIXE BOI	6.146	7.279	18,4
. STA. ISABEL DO PARÁ	15.660	24.097	53,9
. S. FRANCISCO DO PARÁ	6.826	10.484	53,6
. S. MIGUEL DO GUAMÁ	17.473	26.272	50,3
	228.013	334.208	46,5

Criado pelo Dec-lei nº 5.812, em 1943, por desdobramento do Estado do Pará, o Território Federal do Amapá tem sua base geográfica em terras que outrora pertencenram à antiga Capitania do Cabo do Norte, conforme carta régia de 1634, doada a Bento Maciel Parente em reconhecimento aos seus serviços de guerra prestados na expulsão dos franceses e holandeses. Sua população indígena foi praticamente exterminada, na época colonial, pelas tropas de resgate e descimentos.

Nos períodos subsequentes, a atração exercida, na parte sul do delta-estuário do rio Amazonas, por Belém e micro-regiões vizinhas mais dinâmicas, muito contribuiu para que o seu povoamento se fizesse de forma muito lenta. No Censo de 1950, sete anos após a sua criação, o Território do Amapá possuia apenas 37.477 habitantes. Nos censos decenais seguintes, a população evoluiria para 68.889 em 1960, 114.359 em 1970 e 175.634 em 1980. Portanto, durante esse período de trinta e sete anos, a sua base populacional aumentou 368%, sendo que na última década, 1970/1980, o crescimento registrado foi da ordem de 53,1%. Observa-se, no entanto, extrema concentração humana no município de sua capital, Macapá, onde o Censo de 80 registrou 137.698 habitantes, correspondentes a 78,4% da população de todo o Território, somente superada, em termos de concentração, por Bôa Vista, que detinha 84,4% da população de Roraima.

A exploração mineral de manganês, a partir de 1956, resultado dos investimentos da empresa Ind. e Com. de Minérios S/A. (ICOMI), do Grupo Azevedo Antunes (51% do controle acionário) em associação com o grupo norte-americano da Betlehem Steel (49%); a construção da estrada de ferro de 194 km de extensão, partindo das suas jazidas da Serra do Navio, no rio Amapari, até o canal Norte do rio Amazonas, e o terminal do porto de Santana, em Macapá, para o embarque do minério, enfim, todo esse complexo industrial minerador, que produziu durante esses vinte e cinco anos mais de um

bilhão de dólares de exportação, não chegou a criar um polo de crescimento para a economia territorial, mormente agora que as jazidas estão próximas da exaustão.

É que a economia da mineração de manganês, tendo por finalidade o fornecimento desse minério básico para a produção de aço, usado pelas grandes siderurgias, e o não surgimento de um polo metalúrgico na área, que agora vai ser possível em função de Carajás, Tucuruí e Barcarena, fez com que o empreendimento, voltado apenas para a exportação, com reduzida criação de emprego pelo alto índice de mecanização e automação, se tornasse praticamente um enclave, sem maiores repercussões e concatenações - laterais, retrospectivas e prospectivas - para a economia regional. Mesmo assim, ajudou a criar uma infraestrutura urbana, que muito beneficiou a capital do Território, que passou a atrair e concentrar 78,4% de sua população.

A análise do Quadro 16 indica, também, o esvaziamento das micro-regiões do Amapá e Oiapoque, situadas mais ao norte, no litoral atlântico e na fronteira da Guiana Francesa. Essas micro-regiões perderam 2,4% de sua população no decênio 1970/1980, passando de 17.833 para 17.417 habitantes no período. Enquanto isso, o município de Macapá, sede da capital, crescia 59,5%, ao passo que o município de Mazagão apresentava uma expansão de 94,5% no decênio. Talvez devido ao Projeto Jari, que tem uma parte de seus empreendimentos situada em suas terras e que é vizinho de Almerim, sede daquele projeto agro-industrial, de mineração de caulim, silvicultura, celulose, orizicultura e pecuária bubalina.

Quadro 16

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO AMAPÁ

POR MICRO-REGIÕES E MUNICÍPIOS

DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980 %
	1970	1980	
1. MACAPÁ (027)			
. MACAPÁ	86.307	137.698	59,5
. MAZAGÃO	10.547	20.519	94,5
	96.854	158.217	63,3
2. AMAPÁ E OIAPOQUE (028)			
. AMAPÁ	10.426	9.527	-(8,7)
. CALCOENE	2.823	2.845	0,7
. OIAPOQUE	4.584	5.045	10,0
	17.833	17.417	-(2,4)
TOTAIS	114.687	175.634	53,1

7.3 MARANHÃO AMAZÔNICO

A história da conquista da Amazônia começa no Maranhão dos Tupinambás, em 1615. Expulsos os franceses de São Luis, sonho colonial da França desde setembro de 1612, o Governador Alexandre de Moura, sucessor de Jerônimo de Albuquerque, capitão vitorioso da feroz batalha de Guaxenduba, determinou a Francisco Caldeira Castelo Branco tomada de conquista litoral acima até a foz do rio Amazonas. Em 1616 estava construído no delta o Forte do Presépio, origem de Belém do Pará.

O espaço político português assim extendeu-se à Amazônia litorânea, consolidado com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, sob o governo de Francisco d'Albuquerque Coelho de Carvalho. Para melhor conhecer a terra e conquistar o gentio, o novo Estado, independente do Governo Geral do Brasil, organizou "entradas", sendo a mais famosa a que o então Governador Jácome Raimundo de Noronha mandou fazer sob a chefia de Pedro Teixeira. Saindo de Belém em 28 de outubro de 1637, com setenta soldados e cerca de mil indígenas em quarenta e cinco grandes canoas, Pedro Teixeira subiu o rio Amazonas, entrou pelo Napo, chegou a Quito, no Equador, em outubro de 1638, e regressou a Belém, chegando de volta a 12 de dezembro de 1639. Seguiram-se outras, como a de Bento Maciel Parente (1657), para o Cabo do Norte. Construiram-se cerca de quarenta fortes, fortins, fortalezas, baterias e casas-forte que transformaram a Amazônia na maior praça de guerra e de conquista portuguêsa no trópico úmido. A invasão holandesa de São Luis, em 1641, durou menos de três anos, acabando em fevereiro de 1644 com a vitória portuguesa de Antonio Teixeira de Melo.

Assegurada a posse de terra, o Tratado de Madrid, de 1750, e o confirmatório Tratado de S. Ildefonso, de 1777, reconheceriam o domínio português, culminado com a instalação da Capitania de São José do Rio Negro por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão e irmão do Marquês de Pombal. Conforme carta régia de D. João I, de 3 de março

de 1755, a sede da Capitania deveria ser instalada em S. José do Javari, nos confins da linde ocidental do Solimões, mas acabou sendo em Mariuá (Barcelos), no médio rio Negro, escolhida como local de encontro dos ministros plenipotenciários da Espanha e Portugal, responsáveis pela demarcação das fronteiras.

Esboçava-se, assim, a estratégia geopolítica colonial de conquista lusitana, baseada nos quatro polos político-militares de São Luis, Belém, Barcelos e Vila Bela das Minas de Cuiabá e Mato Grosso.

O povoamento do Estado do Maranhão e Grão-Pará, bem como o da Capitania do Rio Negro, foi iniciado de modo traumático. As lutas de conquista e escravização de mão-de-obra indígena, empreendidas pelas tropas de resgates, guerras justas e reduções missionárias, determinaram a perda e destruição de grande parte da humanidade índia das nações timbira e tabajara no Maranhão; tupinambás em Belém; aruans e nheengaibas em MArajó e Cabo Norte; tarumãs, barés, banibas, passés e mayapenas no rio Negro; tapajós no médio Amazonas; e muras no Solimões, para citar apenas os que conseguiram fazer história insurreicional.

A destruição da maior parte da base demográfica nativa da Amazônia explica, primariamente, o grande vazio populacional que durante séculos retardou o processo de ocupação humana, lentamente realizado pela substituição da humanidade indígena por novos senhores e colonos de ultra-mar. Daí, a resultante miscegenação portuguesa com os remanescentes das nações primitivas deu origem às atuais populações caboclas.

Somente no final do século XIX, com a imigração nordestina, oriunda do agreste e do sertão, é que a região iria adquirir uma nova dimenção demográfica, porém insuficiente para a sua grandeza física e territorial. Até que a abertura dos grandes eixos de integração rodóviária nos flancos oriental e ocidental, e também no centro, facilitou a atração e a penetração dos fluxos migratórios de outras regiões brasileiras. Deste modo, a população amazônica, que no início deste século era de 695.112 habitantes, oitenta anos mais tarde apresentava um contingente humano de 5.866.673

habitantes na Amazônia Clássica e 11.218.385 habitantes na Amazônia Legal.

De todas as unidades federativas que constituem a Amazônia Legal, o Maranhão é a que apresenta o maior coeficiente de densidade populacional. Já em 1872 a sua população de 359.040 habitantes era maior que toda a população da Região Norte (332.847 habitantes). Nos censos subsequentes, evoluiria, contudo, lentamente, passando para 430.854 habitantes em 1890, e 499.308 em 1900. Isto se explica porque durante esse período de vinte anos, quando se iniciou a conquista nordestina da Amazônia, os maranhenses contribuiram com uma grande parcela nessa transferência de populações, sendo mesmo pioneiros nessa transumância, antecedendo à própria imigração cearense. Muitos deles, inclusive, assumiram liderança política no Pará e Amazonas, bem simbolizado neste último, com a ascensão de Eduardo Ribeiro ao Governo do Estado, no final do século passado.

O Censo de 1920 já acusava um grande crescimento no Maranhão, passando a sua população para 874.437 habitantes, o mesmo ocorrendo em 1940, quando passou a contar 1.235.169. Praticamente dobraria a sua população nos seguintes vinte anos, evoluindo para 2.469.447 em 1960 e para 4.002.679 em 1980, comparados com os 5.866.673 habitantes de toda a Amazônia compreendida na Região Norte.

Esse afluxo e concentração populacional no Estado do Maranhão deve-se à sua posição geográfica intermediária entre a populosa região oriental nordestina do polígono das secas e os vales úmidos dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Gurupi e Tocantins, da chamada pré-amazônia maranhense. Esses vales, com a perenidade de seus rios, sempre serviram de refúgio às populações sertanejas durante as grandes estiagens, e muitas delas se fixaram para sempre, contribuindo para que apresentasse, dentro da região nordestina (34.855.745 habitantes em 1980), um contingente populacional somente ultrapassado pela Bahia, Pernambuco e Ceará.

O povoamento do Maranhão seguiu, nas suas grandes linhas de penetração, os cursos d'água mais importantes das suas bacias hidrográficas que desembocam no Atlântico. Os mais importantes e

antigo deles, na época colonial, foram os vales do Mearim, até Ipixuna, onde se localizaram os engenhos de açucar e os canaviais nos séculos XVII e XVIII, e o vale do Itapecurú, onde, no século XIX, se registrou o grande rush do algodão na época da revolução textil-industrial, e também o do gado; ao longo do seu curso, surgiram os velhos núcleos de povoamento de Rosário, Itapecurú-Mirim, Coroatá, Codó e Caxias, até alcançar Timon, já no vale do rio Parnaíba, nos limites do Piauí.

O povoamento dos vales do Pindaré, do Turiaçú e do Gurupi resultaria da expansão nordestina no século atual, realizando-se um grande esforço de colonização oficial da SUDENE, ao tempo do Superintendente Celso Furtado, para acolher as populações tangidas do agreste e do sertão, afinal localizado naqueles vales com as suas culturas de arroz, graças às facilidades criadas com a construção da rodovia BR-316, que interconectou Belém com Bacabal, São Luis e Terezina.

As populações locais da zona tocantina de Imperatriz, Porto Franco e Carolina, que viviam em função do babaçu, sofreriam intenso impacto de povoamento com a abertura das rodovias BR-153 e BR-010, que liga Brasília a Belém atravessando o planalto central goiano e a micro-região maranhense de Imperatriz para atingir o Estado do Pará, passando pela antiga área de colonização da zona bragantina do chamado nordeste paraense, e terminando na região metropolitana de Belém.

Com o advento da Lei nº 1806, de 1953, a área do Maranhão a oeste do meridiano de 44º passou a ser incluída na Amazônia Legal, para fins de planejamento e favorecimento de incentivos fiscais da antiga SPVEA e da atual SUDAM, ao mesmo tempo que continuava incluído na área nordestina da SUDENE, partilhando, assim, dos benefícios constantes dos dois programas governamentais, destinados a superar os desequilíbrios regionais e a defasagem econômica e social em relação às áreas mais desenvolvidas do país.

Em termos físicos, foram incluídos 79,31% do território maranhense na Amazônia Legal, correspondente a 257.451 km2 da totalidade de 324.616 km2, os quais são cobertos pela floresta ama-

zônica tropical chuvosa, úmida e de terra firme (99.907 km2), pelo cerrado e cerradão de suas chapadas (183.788 km2), pelos campos inundáveis (25.653 km2), e pela vegetação litorânea de mangues, dunas, restingas e praias (15.268 km2). Do ponto de vista hidrográfico, distribuem-se pela bacia amazônica do Tocantins-Araguaia (30.845 km2) e bacias nordestinas dos rios Gurupi, Turiaçú, Pindaré, Mearim, Itapecurú e Parnaíba, que desaguam no Atlântico (298.178 km2); do ponto de vista da organização do espaço político, dos 130 municípios maranhenses apenas 28 situam-se a leste do meridiano de 44º, pertencentes às micro-regiões do Baixo Parnaíba e Alto Munim, fora, portanto, do espaço supervisionado pela SUDAM.

O quadro demográfico maranhense-amazônico apresenta diferenças contrastantes entre as diversas micro-regiões do Estado. Das 15 micro-regiões analisadas, a que obteve maior taxa de crescimento foi a de Imperatriz, com uma média de 112,9% na década 1970/1980, enquanto o município de Imperatriz, por situar-se na zona tocantina, e graças aos efeitos polarizadores do rio e da BR-153, tornou-se um grande centro produtor de madeira, arroz e gado, diversificando a sua antiga economia baseada no babaçú. Esse município cresceu 173,1% no período, subindo a sua população de 80.722 habitantes em 1970 para 220.469 em 1980. Os demais municípios dessa micro-região tiveram expansão variável de 22,8% a 55,0%.

A segunda micro-região de maior crescimento foi a de Gurupi, liderada pelo município de Turiaçú, onde, nos anos 60, a SUDENE realizou experiência de colonização visando a abrigar as populações nordestinas castigadas pelas secas periódicas. Esse município teve uma expansão populacional de 141% na década, evoluindo de 23.886 habitantes em 1970 para 57.574 em 1980. Seguiram-se os municípios de Cândido Mendes e Carutapera, que cresceram 96,8% e 73,2%, respectivamente. No total, o crescimento médio dessa micro-região foi da ordem de 94,2%.

Por sua vez, a micro-região de São Luis teve um crescimento médio de 62,4% na década, passando de 325.595 habitantes em 1980. A maior parcela desse incremento é atribuída ao município de São Luis, que registrou uma população de 449.877 habitantes em 1980.

Cabe aqui uma oportuna indagação: por que o processo de urbanização e concentração populacional na Amazônia, em torno dos municípios das capitais das unidades federadas, constituindo um fenômeno de ordem geral, foi menos intenso no Maranhão? A resposta está no passado: é que a sua capital teve menor efeito polarizador, centralizando apenas 11,2% de toda a população do Estado, enquanto que, comparativamente, Manaus acusava 45,1%, Macapá 78,4%, Bôa Vista 84,4% e Belém 27,3% da população total dos respectivos Estados e Territórios.

Tudo indica, ainda, que o crescimento da micro-região de São Luis ocorreu em detrimento dos municípios vizinhos da Baixada Oriental, que apresentou um crescimento de 15,2%, e dos da Baixada Ocidental, que teve um incremento populacional médio de 22,7%, taxas abaixo das normais da reprodução vegetativa, significando óbvia perda demográfica e êxodo rural em direção à capital do Estado. Somente o município de Sta. Helena, no rio Turiaçú, na Baixada Ocidental, apresentou um crescimento bastante significativo, da ordem de 100,7% na década, explicável em função do seu poder de polarização colonizadora sobre os municípios vizinhos.

A micro-região de Pindaré, que recebeu povoamento nordestino em décadas passadas, teve um crescimento médio de 32,8%, sendo que Santa Inês e Santa Luzia registraram crescimentos exponenciais de 79,4% e 96,8% no decênio, à custa, certamente, do esvaziamento dos outros municípios próximos, notadamente de Vitorino Freire, que perdeu 24,0% de sua população.

Na zona mais antiga de povoamento do Mearim, o fato mais importante a assinalar é o recesso de Bacabal, às margens da BR-316. Na década dos anos 60, por ocasião da feitura do plano quinquenal da antiga SPVEA, tornou-se centro e entrocamento rodoviário, ganhando status de maior polo de atração da região amazônica, superior mesmo ao de Belém e Manaus. Entre 1970 e 1980, porém, a população de Bacabal apresentou um crescimento de apenas 17,0%. Provavelmente a sua população terá sido em parte atraída para Esperantinópolis, que cresceu 86,4% no decênio, devido à cultura e produção de arroz. Colocados em foco todos os municípios do Mearim,

verifica-se que o crescimento médio registrado foi de 16,3%, tendo o município de Olho D'Água das Cunhãs perdido 32,3% de sua população.

Enquanto isso, registrou-se uma expansão de 47,9% na micro-região do Alto Mearim e Grajau, com destaque para Grajaú e Sítio Novo, que obtiveram ganhos populacionais de 74,3% e 52,7%, atribuídos ao menor desenvolvimento relativo da população do Médio Mearim, cuja taxa foi de apenas 19,7%.

Outra micro-região afetada foi a de Itapecurú, a mais antiga no processo de povoamento do Estado. Acrescentou apenas 22,8% na sua população, a maior parte concentrada nos municípios de Caxias e Itapecurú-Mirim, que devem ter atraído as populaçoes vizinhas, como sugerem suas taxas incrementais de 41,7% e 39,6%. No Alto Itapecurú o aumento verificado foi de 39,7%, devido à posição de Colinas e Fortuna, que ganharam, conjuntamente, mais 12.423 habitantes no decênio, à custa dos municípios vizinhos de Buriti Bravo e Passagem Franca, situados na linha divisória do meridiano de 44º.

Na antiga zona pecuária do Estado, onde se situam as micro-regiões da Chapada Sul Maranhense, Baixo Balsas e Pastos Bons, o aumento populàcional foi de 24,0%, 10,6% e 14,1%, respectivamente, implicando perda populacional. A proximidade da região tocantina, o desenvolvimento de Imperatriz e as atrações dos núcleos populacionais bem próximos, às margens da BR-153, devem ter contribuído para a redução censitária.

Afinal, considerando toda a população do Maranhão amazônico, chega-se à conclusão de que, na década 1970/1980, embora o aumento de 883.226 habitantes, extraído da evolução de 2.458.616 habitantes em 1970 para 3.341.842 em 1980, a variação relativa média foi de somente 35,9%, a mais baixa das taxas de crescimento demográfico verificadas em toda a Amazônia Legal.

A despeito das suas vantagens locacionais geográficas, dos diferenciados ecossistemas de suas favoráveis bacias hidrográficas, e dos programas da SUDAM e SUDENE, o Maranhão continua sendo o mais pobre Estado da região amazônica. Sua renda per capita

fica muito abaixo da renda média anual de US$830, registrada em 1978 na Região Norte. Pelo parâmetro da contribuição fiscal do ICM na receita arrecadada pelo Estado, a população maranhense teve uma participação de Cr$755 por hab/ano, comparada com os Cr$3.328 do Amazonas e Cr$1.305 do Pará.

O apoio recebido da SUDAM, em termos de colaboração financeira, foi também modesto. Dos 337 projetos agropecuários aprovados, apenas 6 deles situavam-se no Maranhão, nas micro-regiões de Imperatriz, Olho D'Água, Santa Luzia e Cantanhede, que absorveram 1,2% dos incentivos comprometidos, e 0,9% dos liberados, equivalentes a US$4,6 milhões, que deveriam ter gerado apenas 260 empregos no setor rural. No entanto, o Maranhão possuia um efetivo de rebanho bovino da ordem de 2.209.000 cabeças, em 1978, comparado com 2.800.000 de cabeças de toda a Região Norte, sua produção de arroz totalizava, naquele mesmo ano, 1.070.000 ton., somente ultrapassada no país pela produção do Rio Grande do Sul e Goiás, e sua produção de babaçú em amêndoas somava 179.510 ton. Estes três setores, juntamente com os demais da produção agropecuária, inclusive o setor da pesca de camarão no litoral das duas Baixadas, foram resultado do trabalho conjunto dos seus 498.737 estabelecimentos rurais, que ocupavam, em 1975, uma área de 12.409.068 hectares, o maior índice registrado por um Estado em toda a área das Regiões Norte e Nordeste, produto muito mais de iniciativa privada do que induzido pelos programas governamentais.

Apesar disso, a pobreza de sua população contrasta com o potencial do Estado, atribuindo-se o pauperismo às condições estruturais decorrentes da baixa produtividade do setor rural, ao insuficiente nível de industrialização, e, sobretudo, ao excesso populacional que faz baixar o rendimento por habitante, quando comparados com os números absolutos de sua produção.

Esta situação de sub-desenvolvimento vem sendo, todavia, paulatinamente rompida desde a construção dos eixos rodoviários da BR-153 e BR-010, que liga Porto Franco e Imperatriz, na região tocantina, a Belém do Pará, e da BR-316, que estabeleceu o vínculo terrestre entre Belém, São Luis e Terezina, atravessando os vales

úmidos do Gurupi, Turiaçú, Pindaré, Mearim, Itapecurú e Parnaíba, onde se concentra a maior parte de sua população. Também pela energização iniciada com a hidrelétrica de Bôa Esperança, no rio Parnaíba, e, em pouco tempo mais, pelo funcionamento de Tucuruí.

A reversão da tendência secular de estagnação repousa, agora, no Grande Projeto Carajás, a partir da estrada de ferro que o ligará até Ponta da Madeira, no porto de Itaqui, em adequação para o escoamento da produção de minério de ferro, e, também, adicionalmente, na implantação do polo mínero-metalúrgico da Alcoa/ Shell, destinado à produção de alumina e alumínio metálico, originados da bauxita de Imperatriz e Paragominas. Desde, é claro, que se consiga interiorizar e internalizar os efeitos-multiplicadores, germinativos e sinérgicos da combinação do complexo energia hidrelétrica-mineração-metalurgia com os setores agrícola, pecuário e industrial.

O Quadro 17, adiante, mostra os índices da expansão e concentração demográfica no Maranhão amazônico, por micro-regiões e municípios.

midos do Gurupi, Turiaçu, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Parnaíba, onde se concentra a maior parte de sua população. Também pela operação iniciada com a hidrelétrica de Boa Esperança, no rio Parnaíba, e, em pouco tempo mais, pelo funcionamento de Tucuruí.

A reversão da tendência secular de estagnação repousa, agora, no Grande Projeto Carajás, a partir da estrada de ferro que o ligará até Ponta da Madeira, no porto de Itaqui, em adequação para o escoamento da produção de minério de ferro, e, também, adicionalmente, na implantação do polo mínero-metalúrgico da Alcoa/Shell, destinado à produção de alumina e alumínio metálico, originados da bauxita de Imperatriz e Paragominas. Desde, é claro, que se consiga interiorizar e internalizar os efeitos-multiplicadores, germinativos e sinérgicos da combinação do complexo energia hidrelétrica-mineração-metalurgia com os setores agrícola, pecuário e industrial.

O Quadro 17, adiante, mostra os índices da expansão e concentração demográfica no Maranhão amazônico, por micro-regiões e municípios.

Quadro 17

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO MARANHÃO AMAZÔNICO (a oeste do meridiano de 44º)

POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS

DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
1. GURUPI (029)			
. CÂNDIDO MENDES	10.207	20.092	96,8
. CARUTAPERA	10.293	17.834	73,2
. GODOFREDO VIANA	7.625	11.033	44,6
. LUIS DOMINGUES	5.955	6.091	2,2
. TURIAÇU	23.886	57.574	141,0
	57.966	112.624	94,2
2. BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE (030)			
. ALCÂNTARA	16.653	18.563	11,4
. ANAJATUBA	16.350	19.207	17,4
. ARARI	17.892	22.118	23,6
. BACURI	17.059	18.874	10,6
. BEQUIMÃO	18.746	20.237	7,9
. CAJAPIO	11.055	12.328	11,5
. CAJARI	13.455	16.518	22,7
. CEDRAL	11.439	12.837	12,2
. CURURUPU	33.919	38.073	12,2
. GUIMARÃES	9.665	12.487	29,1
. MATINHA	18.509	15.015	-(18,9)
. MIRINZAL	12.255	16.109	31,4
. PALMEIRANDIA	10.631	14.140	33,0
. PENALVA	22.658	26.085	15,1
. PERI-MIRIM	10.828	11.415	5,4
. PINHEIRO	53.969	68.698	27,2
. STA. HELENA	16.490	33.105	100,7
. S. BENTO	18.684	23.589	26,2
. S. JOÃO BATISTA	21.245	23.078	8,6
. S. VICENTE FERRER	15.988	19.237	20,3
. VIANA	36.636	43.592	18,9
. VITÓRIA DO MEARIM	34.192	50.525	47,7
	438.318	535.830	22,7

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
3. SÃO LUIZ (031)			
. PAÇO DO LUMIAR	13.518	17.300	27,9
. ROSÁRIO	22.096	28.391	28,4
. SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	23.861	32.357	35,6
. SÃO LUIZ	265.595	449.877	69,3
	325.070	527.925	62,4
4. BAIXADA ORIENTAL MARANHENSE (032)			
. AXIXA	7.646	8.912	16,5
. ICATU	15.170	19.519	28,6
. MORROS	15.698	17.220	9,6
. PRESIDENTE JUSCELINO	6.122	5.807	-(5,2)
	44.636	51.458	15,2
5. PINDARÉ (034)			
. ALTAMIRA DO MARANHÃO	21.339	24.877	16,5
. BOM JARDIM	24.969	32.026	28,2
. LAGO DA PEDRA	43.819	44.849	2,3
. MONÇÃO	50.133	67.098	33,8
. PINDARÉ-MIRIM	23.586	26.514	12,4
. SANTA INÊS	27.592	49.522	79,4
. SANTA LUZIA	47.866	94.201	96,8
. VITORINO FREIRE	37.186	28.268	-(24,0)
	276.490	367.355	32,8

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
6. MEARIM (035)			
. BACABAL	69.384	81.685	17,7
. ESPERANTINÓPOLIS	23.110	43.098	86,4
. IGARAPÉ GRANDE	14.974	15.977	6,6
. JOSELÂNDIA	16.106	16.526	2,6
. LAGO DO JUNCO	17.845	18.544	3,9
. LAGO VERDE	10.688	10.531	-(1,5)
. LIMA CAMPOS	10.678	12.663	18,5
. OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	22.468	15.224	-(32,3)
. PEDREIRAS	33.214	48.607	46,3
. PIO XII	26.425	24.236	-(8,3)
. POÇÃO DE PEDRAS	30.376	35.990	18,4
. STO. ANTONIO DOS LOPES	19.761	21.941	11,0
. S. LUIZ GONZAGA DO MARANHÃO	29.932	28.661	-(4,3)
. S. MATEUS DO MARANHÃO	17.578	25.005	42,2
	342.539	398.688	16,3
7. ITAPECURU (036)			
. CATANHEDE	15.437	17.304	12,0
. CAXIAS	88.703	125.771	41,7
. CODO	93.134	109.168	17,2
. COROATÁ	65.976	66.922	1,4
. ITAPECURU MIRIM	31.615	44.160	39,6
. PIRAPEMAS	12.375	14.853	20,0
. STA. RITA	12.310	16.944	37,6
. TIMBIRAS	18.665	20.271	8,6
	338.215	415.393	22,8
8. ALTO MUNIM (037)			
. PRESIDENTE VARGAS	6.272	7.945	26,6
. VARGEM GRANDE	27.554	33.460	21,4
	33.826	41.405	22,4

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
9. IMPERATRIZ (038)			
. AMARANTE DO MARANHÃO	13.859	17.026	22,8
. IMPERATRIZ	80.722	220.469	173,1
. JOÃO LISBOA	27.032	41.976	55,2
. MONTES ALTOS	11.849	15.787	33,2
. PORTO FRANCO	16.046	23.132	44,1
	149.508	318.390	112,9
10. ALTO MEARIM E GRAJAU (039)			
. BARRA DO CORDA	58.060	76.834	32,3
. GRAJAU	33.139	57.772	74,3
. SÍTIO NOVO	6.494	9.919	52,7
	97.693	144.525	47,9
11. MÉDIO MEARIM (040)			
. DOM PEDRO	16.119	18.555	15,1
. GONÇALVES DIAS	15.817	18.624	17,7
. GOVERNADOR ARCHER	10.728	12.068	12,4
. GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	20.284	21.837	7,6
. GRAÇA ARANHA	6.012	5.586	-(7,1)
. PRESIDENTE DUTRA	30.860	39.868	29,1
. S. DOMINGOS DO MARANHÃO	20.567	29.088	41,4
. TUNTUM	30.254	34.820	15,0
	150.641	180.446	19,7
12. ALTO ITAPECURU (041)			
. COLINAS	22.831	31.414	37,5
. FORTUNA	8.437	12.277	45,5
	31.268	43.691	39,7

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
13. CHAPADA DO SUL MARANHENSE (042)			
. ALTO PARNAÍBA	7.210	7.747	7,4
. BALSAS	19.429	23.780	22,3
. CAROLINA	28.945	35.170	21,5
. FORTALEZA DAS NOGUEIRAS	7.279	9.757	34,0
. RIACHÃO	17.912	24.769	38,2
. TASSO FRAGOSO	5.005	5.219	4,2
	85.780	106.442	24,0
14. BAIXO BALSAS (043)			
. BENEDITO LEITE	7.373	8.447	14,5
. LORETO	7.666	8.055	5,0
. SAMBAIBA	5.191	5.522	6,3
. S. FELIX DE BALSAS	4.859	5.981	23,0
. S. RAIMUNDO DAS MANGUEIRAS	11.356	12.319	8,4
	36.445	40.324	10,6
15. PASTOS BONS (044)			
. MIRADOR	13.465	15.511	15,1
. NOVA IORQUE	4.644	4.764	2,5
. PARAIBANO	10.085	13.566	34,5
. PASTOS BONS	12.721	13.278	4,3
. SUCUPIRA DO NORTE	9.306	10.227	9,8
	50.221	57.346	14,1
TOTAIS	2.458.616	3.341.842	35,9

Obs: De acordo com a listagem da SUDAM, os municípios de Buriti Bravo, Caxias, Codo, Colinas, Coroatá, Fortuna, Governador Eugenio Barros, Icatú, Morros, Nova Iorque, Paraibano, Pastoris, Pirapemas, Presidente Juscelino, Presidente Vargas, Timbiras e Vargem, por se situarem no campo do meridiano de 44º, pertencem parcialmente à Amazônia Legal.

8. POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A Amazônia Ocidental, constituída pelos Estados do Amazonas e Acre e Territórios de Roraima e Rondônia, originados da antiga Capitania de São José do Rio Negro, criada pela carta régia de 3 de março de 1755, pela sua condição mediterrânea, em contato com o grande arco da fronteira cisandina e guiana, e isolada pelas distâncias dos centros mais populosos e dinâmicos do país, sempre enfrentou as maiores dificuldades para o seu desenvolvimento.

Nestas duas últimas décadas, essas desvantagens locacionais vêm sendo diminuídas através da construção da BR-364, que interligou o Acre e Rondônia com o Centro-Oeste, da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, e da BR-174, que rompeu o isolamento terrestre entre Manaus e Bôa Vista, permitindo a conexão com a Venezuela e a República da Guiana. Instituída pelo Dec-lei nº 288, de 1967, a Zona Franca de Manaus criou condições especiais para a implantação de um importante centro industrial, enquanto os projetos de colonização em Rondônia e Acre expandiram a fronteira agrícola.

Desta forma, a sua população evoluiu de 1.326.168 para 2.303.764 habitantes, crescendo 73,7% na década 1970/1980, o que representa 20,51% do total da Amazônia Legal, conforme o quadro abaixo:

Quadro 18

	Área Terrestre km.2	População Presente Recenseada		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980 %	População da Amazônia Legal %
		1970	1980		
AMAZONAS	1.558.987	955.394	1.430.314	49,7	12,74
RORAIMA	230.104	40.915	79.078	93,2	0,70
ACRE	152.589	216.200	301.628	39,5	2,68
RONDÔNIA	243.044	113.659	492.744	333,5	4,39
TOTAIS	2.184.724	1.326.168	2.303.764	73,7	20,51

O crescimento relativo da população do Amazonas foi da ordem de 47,2% na década 70/80, contra 34,8% no período anterior de 60/70, sendo o menor incremento de todos os registrados nos demais Estados e Territórios da Amazônia (com exceção do Acre - 39,5%), tendo Rondônia crescido 333,5%, Roraima 93,2%, Mato Grosso 89,8%, Pará 57,8% e Amapá 53,1%.

Esse pouco crescimento teve, ainda, distribuição desigual, indicando forte movimento de migrações internas, com o deslocamento de parte das populações de municípios mais pobres e desassistidos para outros centros e polos de convergência e atração amazonenses ou amazônicos. Assim é que 9 dos 44 municípios do Amazonas apresentaram declínio populacional absoluto.

A maior perda populacional ocorreu na micro-região do Rio Negro, onde o município de Novo Airão perdeu 39,6% e o de Barcelos 5,9%, provavelmente devido ao incremento demográfico de Santa Isabel e São Gabriel e à atração exercida pelo vizinho Território de Roraima, notadamente Caracaraí e Bôa Vista, ou ainda, por Manaus. Na micro-região do Purús, P uini perdeu 2,7% de seus habitantes, provavelmente registrando-se transferência para o Estado do Acre, ou para Lábrea e Boca do Acre. Na micro-região do Madeira, o município de Novo Aripuanã também perdeu 35,4% de sua população, explicável pela atraente colonização no norte matogrossense, onde o município de Aripuanã cresceu 631,8% na década, ou em Rondônia, que cresceu 333,5%. Na micro-região do Solimões-Juruá, o município de Codajás teve igualmente diminuída a sua população em 10,9%, havendo deslocamento provável para Manacapurú ou Anori, bem como o município de Japurá, que perdeu 11,2% de seus habitantes talvez em proveito de Maraã ou das cidades do Solimões.

Ainda no campo da migração interna no Estado do Amazonas, um fato demográfico importante a assinalar é o registrado na mais populosa e importante micro-região do Médio Amazonas. Nesta, o município de Autazes perdeu 9,7%, o do Careiro 13,9%, cujos contin-

gentes devem ter se deslocado para Manaus, e o de Nhamundá 14,1%, com deslocamentos previsíveis para Parintins ou para os municípios paraenses vizinhos, Faro, Juruti ou Oriximinã

O caso do recesso populacional nos nove municípios amazonenses é um problema específico do Estado dentro da Amazônia, pois nesta, com exceção de dois municípios dos Campos de Marajó - Chaves e Arari - e do Amapá, nenhum outro município da Amazônia Clássica sofreu redução populacional na década 70/80.

Sem dúvida, é de ressaltar-se a forte fascinação de Manaus, que apresentou um crescimento de 103,3% na década, devido à Zona Franca de Manaus, que, pela demanda de mão-de-obra e facilidades de infraestrutura social, foi a maior beneficiária da concentração demográfica.

Em seguida, a micro-região do Madeira - com exceção de Novo Aripuanã - apresentou um forte incremento de população, não só devido ao fato de ser a via natural de penetração das frentes de colonização que avançam de Rondônia, como, também, em decorrência do asfaltamento da BR-319, que liga Manaus a Humaitá e Porto Velho. Os três municípios dessa micro-região, Borba (+42,1%), Humaitá (+64,5%) e Manicoré (+51,4%), apresentaram um crescimento absoluto de 26.942 habitantes na década, totalizando uma população de 78.492 pessoas em 1980, contra 51.550 habitantes em 1970, ou seja, cresceram 52,2%.

Na micro-região do Solimões, os municípios de Tefé, com mais 59,3% de população, e de Coari, com mais 54,1%, polarizam as atividades do Médio Solimões, e somente estão sendo suplantadas pelos municípios da micro-região do Alto Solimões, onde Benjamin Constant registrou um aumento de 63,6% de habitantes, Sto. Antonio do Içá 59,4%, e Jutaí 137,1%. A expansão demográfica de Jutaí e Benjamin Constant é explicada pela grande atividade madeireira na região, em função do comércio com a vizinha República do Perú, e da presença dos comandos militares, que induzem investimentos de infraestrutura. A outra hipótese, no caso de Jutaí, ainda não confirmada, atribue o seu excepcional crescimento ao estabelecimento de comunidades agrícolas inspiradas e lideradas pelo movimento quase

messiânico da Irmandade da Cruz que empolga a população cabocla do Alto Solimões.

Quanto à micro-região do Médio Amazonas, perdeu posição relativa, pois sempre liderava o povoamento do Estado, não só pela sua excepcional posição geográfica na calha do Amazonas e proximidade dos grandes centros urbanos de Manaus e Santarém, como também pela maior atividade agrícola proveniente da juticultura e dos programas de investimento do Estado do Amazonas e do Programa do Médio Amazonas da SUDAM. Excluído o município de Manaus, que exerce forte pressão concentradora sobre a sua área, a micro-região 10 possuía uma população de 273.284 habitantes em 1970, passando a ter 321.015 habitantes em 1980, havendo, assim, uma insignificante expansão de 17,4% no período, abaixo do crescimento vegetativo, o que claramente indica perda populacional no decênio. Esta micro-região foi também sensível à forte pressão desencadeada pelas atividades do polo de mineração de bauxita em Oriximiná e aos apelos urbanos de Santarém, no Médio Amazonas paraense.

Afinal, o quadro relativo aos valores da arrecadação do ICM revela a grande concentração de população e renda exercida por Manaus e pela micro-região do Médio Amazonas, que respondem por 68,0% da população do Estado, e 97,1% da arrecadação do ICM. À figura do contribuinte-substituto, fazendo concentrar, ainda mais, à arrecadação em Manaus, contribui, também, para reduzir a arrecadação interiorana. De qualquer modo, a penúria fiscal dos municípios do interior demonstra, claramente, o enfraquecimento do poder municipal, que se traduz em menor peso na geografia eleitoral e termina por gerar no seu bojo o êxodo rural e a implosão demográfica na capital do Estado.

Na conjuntura atual, o Estado do Amazonas sobrevive em função do núcleo industrial da Zona Franca de Manaus, cujo parque compreende cerca de 220 empresas operantes nos setores eletro-eletrônico, bicicletas, ciclomotores, motocicletas, relojoaria, joalheria, lentes oftálmicas, indústrias têxtil, laminados, compensados e construção naval. Em 1980, essas empresas do setor secundário possuiam um imobilizado técnico de Cr$13,6 bilhões e 42.000

empregados. No setor terciário, o comércio importador da Zona Franca de Manaus compreendia 702 empresas, com um imobilizado de Cr$3,1 bilhões e 14.830 empregados.

A perda do dinamismo do interior fez desacelerar o setor primário da agricultura de subsistência, extração florestal e produção de matérias primas, eis que ainda não foi identificada no Estado uma província mineral de porte que justifique investimentos de vulto, estando a silvita de Nova Olinda e o gás do Juruá ainda em fase de prospecção e avaliação.

Apesar dos esforços recentes para a implantação de distritos agropecuários e dos programas de heveicultura e dendê, e do redirecionamento da política fiscal do ICM para o setor primário do interior, que poderiam constituir alternativas válidas para fixar as populações, por serem de recente introdução, ainda não adquiriram intensidade nem poder de atração para gerar reversão de expectativas no atual processo de urbanização e concentração.

A modificação da estrutura fundiária do Estado, baseada no grande latifúndio quase-improdutivo, e a presença de um vigoroso programa de colonização oficial e privado, para pequenos e médios agricultores, são necessários para viabilizar e definir uma nova vocação rural, no interior do Estado, que passaria a atrair os novos migrantes que já cercam a periferia e os flancos do Estado. Esse esforço, a nosso ver, deveria se concentrar, com prioridade, no vale do rio Madeira, que é a mais próxima frente de expansão de Rondônia, e na calha central do rio Amazonas, pelas facilidades de navegação e fertilidade de seus varzeados.

Quadro 19

POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO AMAZONAS

CENSO 1980

POR MICRO-REGIÕES E MUNICÍPIOS

	População Residente	População Urbana (Cidades e Vilas)	%	População Rural	%
1. ALTO SOLIMÕES (004)					
. ATALAIA DO NORTE	6.738	1.297	19,2	5.441	80,8
. BENJAMIN CONSTANT	24.696	6.620	26,8	18.076	73,2
. FONTE BOA	13.477	3.448	25,6	10.029	74,4
. JUTAÍ	9.350	3.014	32,2	6.336	67,8
. STO. ANTONIO DO IÇÁ	15.179	3.497	23,0	11.682	77,0
. S. PAULO DE OLIVENÇA	19.410	3.858	19,9	15.552	80,1
	88.850	21.734	24,5	67.116	75,5
2. JURUÁ (005)					
. CARAUARÍ	20.074	5.536	27,6	14.538	72,4
. EIRUNEPÉ	14.771	8.321	56,3	6.450	43,7
. ENVIRA	14.632	1.422	9,7	13.210	90,3
. IPIXUNA	18.813	941	5,0	17.872	95,0
. JURUÁ	6.932	650	9,4	6.282	90,6
	75.222	16.870	22,4	58.352	77,6
3. PURÚS (006)					
. BOCA DO ACRE	21.840	7.220	33,0	14.620	67,0
. CANUTAMA	6.250	1.834	29,3	4.416	70,7
. LÁBREA	21.716	7.726	35,6	13.990	64,4
. PAUINÍ	9.433	1.247	13,2	8.186	86,8
. TAPAUÁ	16.869	2.158	12,8	14.711	87,2
	76.108	20.185	26,5	55.923	73,5

	População Residente	População Urbana (Cidades e Vilas)	%	População Rural	%
4. MADEIRA (007)					
. BORBA	23.648	6.985	29,5	16.663	70,5
. HUMAITÁ	24.546	10.177	41,5	14.369	58,5
. MANICORÉ	30.298	9.719	32,0	20.579	68,0
. NOVO ARIPUANÃ	10.379	2.522	24,2	7.857	75,8
	88.871	29.403	33,0	59.468	67,0
5. RIO NEGRO (008)					
. BARCELOS	9.123	2.213	24,3	6.910	75,7
. NOVO AIRÃO	3.678	1.200	32,6	2.478	67,4
. STA. ISABEL	4.791	1.037	21,6	3.754	78,4
. S. GABRIEL	19.565	3.917	20,0	15.648	80,0
	37.157	8.367	22,5	28.790	77,5
6. SOLIMÕES-JAPURÁ (009)					
. ANORI	14.994	3.822	25,5	11.172	74,5
. COARI	42.708	14.971	35,1	27.737	64,9
. CODAJÁS	10.805	4.924	45,6	5.881	54,4
. JAPURÁ	2.137	122	5,7	2.015	94,3
. MARAÃ	10.041	1.044	10,4	8.997	89,6
. TEFÉ	30.783	15.501	50,4	15.282	49,6
	111.468	40.384	36,2	71.084	63,8

	População Residente	População Urbana (Cidades e Vilas)	%	População Rural	%
7. MÉDIO AMAZONAS (010)					
. AUTAZES	16.107	3.053	19,0	13.054	81,0
. BARREIRINHA	15.442	3.266	21,2	12.176	78,8
. CAREIRO	35.078	1.377	3,9	33.701	96,1
. ITACOATIARA	52.936	27.097	51,2	25.839	48,8
. ITAPIRANGA	5.605	2.275	40,6	3.330	59,4
. MANACAPURÚ	61.101	18.478	30,2	42.623	69,8
. MANAUS	634.759	611.041	96,3	23.718	3,7
. MAUÉS	29.813	11.196	37,6	18.617	62,4
. NHAMUNDÁ	13.349	1.889	14,2	11.460	85,8
. NOVA OLINDA	12.703	4.007	31,5	8.696	68,5
. PARINTINS	51.457	30.316	58,9	21.141	41,1
. SILVES	6.502	1.108	17,0	5.394	83,0
. URUCARÁ	8.797	3.516	40,0	5.281	60,0
. URUCURITUBA	10.843	2.856	26,3	7.987	73,7
	954.492	721.475	75,6	233.017	24,4
TOTAIS	1.432.168	858.418	59,9	573.750	40,1

Fonte: Censo 1980 (Resultados Presliminares), IBGE.

Quadro 20

DEMOGRAFIA E GEOGRAFIA FISCAL NO ESTADO DO AMAZONAS

CONCENTRAÇÃO, RECESSÃO POPULACIONAL E ARRECADAÇÃO FISCAL DO ICM

POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS

	População Residente		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980	Arrecadação do ICM 1980	
	1970	1980		Cr$1.000	%
1. ALTO SOLIMÕES (004)					
. ATALAIA DO NORTE	6.058	6.738	11,2	3.310	
. BENJAMIN CONSTANT	15.094	24.696	63,6	6.172	
. FONTE BOA	11.757	13.477	14,6	1.131	
. JUTAI	3.942	9.350	137,1	1.763	
. S. ANTONIO DO IÇÁ	9.517	15.179	59,4	1.808	
. S. PAULO DE OLIVENÇA	18.852	19.410	2,9	596	
	65.220	88.850	36,2	14.780	0,3
2. JURUÁ (005)					
. CARAUARI	16.994	20.074	18,1	6.740	
. EIRUNEPÉ	10.962	14.771	34,7	8.748	
. ENVIRA	11.701	14.632	25,0	2.144	
. IPIXUNA	12.857	18.813	46,3	3.928	
. JURUÁ	6.799	6.932	1,9	757	
	59.313	75.222	26,8	22.317	0,5
3. PURÚS (006)					
. BOCA DO ACRE	20.085	21.840	8,7	9.871	
. CANUTAMA	5.758	6.250	8,5	1.160	
. LÁBREA	16.798	21.716	29,2	11.481	
. PAUINI	9.693	9.433	-(2,7)	3.411	
. TAPAUÁ	10.598	16.869	59,1	2.919	
	62.932	76.108	20,9	28.842	0,7

	População Residente		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980	Arrecadação do ICM 1980	
	1970	1980		Cr$1.000	%
4. MADEIRA (007)					
. BORBA	16.632	23.648	42,1	3.039	
. HUMAITÁ	14.916	24.546	64,5	10.060	
. MANICORÉ	20.002	30.298	51,4	4.280	
. NOVO ARIPUANÃ	16.052	10.379	-(35,4)	1.592	
	67.602	88.871	31,4	18.971	0,4
5. RIO NEGRO (008)					
. BARCELOS	9.685	9.123	-(5,9)	1.556	
. NOVO AIRÃO	6.087	3.678	-(39,6)	3.640	
. S. ISABEL	3.655	4.791	31,0	305	
. SÃO GABRIEL	13.352	19.565	46,5	100	
	32.779	37.157	13,3	5.601	0,1
6. SOLIMÕES-JAPURÁ (009)					
. ANORI	12.249	14.994	22,4	1.079	
. COARI	27.707	42.708	54,1	7.816	
. CODAJÁS	12.115	10.805	-(10,9)	13.861	
. JAPURÁ	2.405	2.137	-(11,2)	-	
. MARAÃ	8.305	10.041	20,9	421	
. TEFÉ	19.313	30.783	59,3	19.117	
	82.094	111.468	35,7	42.294	0,9

	População Residente		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980	Arrecadação do ICM 1980	
	1970	1980		Cr$1.000	%
7. MÉDIO AMAZONAS (010)					
. AUTAZES	17.824	16.107	-(9,7)	2.296	
. BARREIRINHA	13.991	15.442	10,3	3.540	
. CAREIRO	40.699	35.078	-(13,9)	4.231	
. ITACOATIARA	37.346	52.936	41,7	94.294	
. ITAPIRANGA	2.645	5.605	111,9	2.762	
. MANACAPURÚ	49.780	61.101	22,7	52.520	
. MANAUS	312.160	634.759	103,3	4.324.785	
. MAUÉS	24.128	29.813	23,5	12.154	
. NHAMUNDÁ	15.537	13.349	-(14,1)	2.845	
. NOVA OLINDA	11.886	12.703	6,8	3.476	
. PARINTINS	38.104	52.739	38,4	40.466	
. SILVES	4.464	6.502	45,6	1.165	
. URUCARÁ	6.589	8.797	33,5	2.772	
. URUCURITUBA	10.291	10.843	5,3	779	
	585.444	955.774	63,2	4.548.085	97,1
TOTAIS	955.384	1.433.450	50,0	4.680.890	

Fonte: Censo 1980 (Resultados Preliminares, IBGE, e Serviço Controle Arrecadação (Mensagem do Governador do Amazonas à Assembleia Legislativa, 1981)

Criado em 1943 pelo Dec-lei nº 5.812, por desdobramento do Estado do Amazonas, originário da antiga Capitania de São José do Rio Negro, o Território Federal de Roraima é a unidade amazônica que apresenta o menor índice populacional. O Censo de 1980 revelou que possuía uma população de apenas 79.078 habitantes. Regressivamente, contava 40.885 em 1970, 29.489 em 1960 e 18.116 em 1950, tendo a sua população evoluído 336% no período de 30 anos.

Entre 1970/1980 a sua taxa de incremento demográfico apresentou, no entanto, um elevado índice de 93,2%, demonstrando que o Território já começou a chamar contingentes migratórios de outros Estados, especialmente do Maranhão, de onde provém a maioria dos colonos que se dedicam à cultura do arroz sequeiro, e do Rio Grande do Sul, origem de grande parte dos empresários rurais que se dedicaram à compra de terras e à fundação de estabelecimentos pecuários, tendo em vista a existência de cerca de 4.000.000 de hectares de campos naturais, conhecidos como lavrados.

O último levantamento oficial feito em 1975 informa que o Território possuía apenas 3.019 estabelecimentos rurais, dos quais apenas 150 tinham registro de proprietários, 2.861 registravam ocupantes e 8 mencionavam arrendatários e parceiros. Todos ocupavam 1.836.201 hectares do Território. Possuindo, embora, condições para o desenvolvimento de pecuária em seus campos naturais, a área não chegou a se beneficiar dos incentivos fiscais da SUDAM, pois dos 337 projetos bovinos aprovados até novembro/1978, Roraima não figurava com nenhum na relação. Entretanto, já havia no Território um rebanho bovino de 273.000 cabeças de gado, que ainda responde com parcela ponderável do abastecimento de carne para Manaus.

É importante salientar que, historicamente, a vocação pecuária de Roraima foi identificada ainda no século XVIII, quando o estadista Lobo D'Almada, governador da Capitania de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos, trouxe as primeiras cabeças de

gado português de Marajó e do Baixo Amazonas, e gado espanhol do rio Solimões, para fundar, em 1787, as fazendas nacionais de São Bento, São José e São Marcos nos vales do rio Branco e Catrimani.

A abertura do eixo rodoviário BR-174, ligando Manaus a Caracaraí e Bôa Vista, onde se bifurca para atingir a fronteira da Venezuela, em Santa Helena, e a fronteira da Guiana, em Normandia, bem como a inacabada Perimetral Norte (BR-210), romperam o isolamento de Roraima e de sua capital, dada as dificuldades de navegação fluvial impostas pelas corredeiras de Caracaraí e Baixo rio Branco, durante as épocas de vazantes do rio.

A conexão rodoviária abriu caminho e criou possibilidades para a colonização de Roraima, apesar das dificuldades existentes com relação à titulação de terras e à existência de uma estrutura latifundiária improdutiva. Mesmo assim, os programas de colonização em Mucajaí, rio Apiaú, Boiaçu e Confiança, envolvendo pequenos e médios proprietários, começaram a seduzir grupos migratórios pioneiros, sem esquecer a fascinação das áreas de garimpo de ouro e diamentes no Cotingo, Uraricoera, Tacutú e Tepequém, e cassiterita na Serra do Surucucú, na reserva dos Índios Ianomanis, fronteira da Venezuela.

A expansão demográfica em Roraima tem sido muito lenta, até hoje, dada a sua posição excêntrica, situada na parte mais setentrional do país, circundada pelo maciço das Guianas, e localizada dentro da área do grande inecúmeno do hemisfério norte da calha central do rio Amazonas, notadamente dos vales do rio Negro e rio Branco.

Apesar disso, os dois municípios que integram o Território de Roraima - Bôa Vista e Caracaraí - apresentaram um crescimento populacional de 82,9% e 178,2% no decênio 1970/1980, respectivamente. O município da capital, Bôa Vista, concentra 84,4% da população total do Território, o mais alto índice verificado nos municípios das capitais amazônicas, em grande parte devido à sua extensão territorial, enquanto o município de Caracaraí, no baixo rio Branco, com 12.309 habitantes, apresenta uma expansão excepcional neste decênio, indicando que passou a atrair maiores contin-

gentes populacionais, conforme o quadro seguinte bem demonstra.

rio Solimões, para fundar, em 1787, as fazendas nacionais de São Bento, São José e São Marcos nos vales do rio Branco e Cauricuru.

A abertura do eixo rodoviário BR-174, ligando Manaus a Caracaraí e Boa Vista, onde se bifurca para atingir a fronteira da Venezuela, em Santa Helena, e a fronteira da Guiana, em Normandia, bem como a inacabada Perimetral Norte (BR-210), romperam o isolamento de Roraima e de sua capital, dada as dificuldades de navegação fluvial impostas pelas corredeiras de Caracaraí e Baixo Rio Branco, durante as épocas de vazantes do rio.

A conexão rodoviária abriu caminho e criou possibilidades para a colonização de Roraima, apesar das dificuldades existentes com relação à titulação de terras e à existência de uma estrutura latifundiária improdutiva. Mesmo assim, os programas de colonização em Mucajaí, rio Apiaú, Boiaçu e Confiança, envolvendo pequenos e médios proprietários, começaram a seduzir grupos migratórios pioneiros, sem esquecer a fascinação das áreas de garimpo de ouro e diamantes no Cotingo, Uraricoera, Tacutú e Tepequém, e cassiterita na Serra do Surucucú, na reserva dos Índios Ianomamis, fronteira da Venezuela.

A expansão demográfica em Roraima tem sido muito lenta até hoje, dada a sua posição excêntrica, situada na parte mais setentrional do país, circundada pelo maciço das Guianas, e localizada dentro da área de grande isolamento do hemisfério norte da calha central do rio Amazonas, notadamente dos vales do Rio Negro e rio Branco.

Apesar disso, os dois municípios que integram o Território de Roraima - Boa Vista e Caracaraí - apresentaram um crescimento populacional de 82,9% e 178,2% no decênio 1970/1980, respectivamente. O município da capital, Boa Vista, concentra 84,4% da população total do Território, o mais alto índice verificado nos municípios das capitais amazônicas, em grande parte devido à sua extensão territorial, enquanto o município de Caracaraí, no baixo rio Branco, com 12 309 habitantes, apresenta uma expansão excepcional neste decênio, indicando que passou a atrair maiores contin-

Quadro 21

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA EM RORAIMA
POR MICRO-REGIÕES E MUNICÍPIOS
DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980 %
	1970	1980	
1. RORAIMA (011)			
. BOA VISTA	36.491	66.769	82,9
. CARACARAI	4.424	12.309	178,2
	40.915	79.078	93,2

8.3 ACRE

O Acre foi elevado à categoria de Estado da Federação pela Lei nº 4.069, de 12 de junho de 1962 (Projeto Guiomard dos Santos), após permanecer 58 anos na condição de Território Federal, instituído e organizado conforme Lei nº 1.181, de 25/2/1904, precedida a dissolução do Estado Independente do Acre, criado por Plácido de Castro, e a sua incorporação ao território brasileiro em consequência do Tratado de Petrópolis de 1903.

A economia tradicional acreana, baseada no extrativismo florestal da exploração de borracha, coleta de castanha, extração madeireira e caça de animais silvestres, deu origem a uma estrutura agrária de grandes latifúndios, cuja cadeia dominial de posses e propriedades muitas vezes conflitantes e incertas, emanava de atos cartoriais e escrituras sucessivas ou superpostas. Outorgados pela Bolívia, Estado do Amazonas, Estado Independente do Acre, e, depois, pelo próprio Território Federal, a massa documental gerou as maiores dificuldades para o reconhecimento jurídico, e, agora, para fins de discriminação e arrecadação agrária dos projetos de colonização do INCRA e do próprio Estado.

Ocupado e povoado por imigrantes nordestinos e "cearenses", a partir da grande seca de 1877, o Acre foi o grande cenário do período do <u>rush</u> da borracha, sofrendo, por isso, mais do que qualquer outra unidade da região, as consequências do colapso da sua economia, durante a depressão das décadas dos anos 20 a 40. Neste período, a sua população em 1920 era de 92.379 habitantes, declinando para 79.678 em 1940, havendo perda de 12.701 indivíduos em vinte anos.

Confinado nos vales do Alto Purús e Alto Juruá, somente acessíveis nas estações das cheias desses dois rios, em um breve período de 3 a 4 meses por ano, esta situação de isolamento e enclave criou sérias dificuldades ao Acre para atração de novas correntes populacionais, face às dificuldades de abastecimento e aos altos custos de transferência de sua produção.

Explica-se, por isso, como a sua expansão demográfica, mesmo a partir de 1940, limitou-se ao crescimento vegetativo de sua população, descontando-se, ainda, o esvaziamento causado pelo êxodo dos contingentes humanos que abandonaram os seringais e estabelecimentos extrativos, voltaram para o Nordeste, ou se encaminharam para outros Estados da região ou do sul, preferencialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, de 1920 a 1980, a sua população cresceu 226%, passando de 92.379 para 301.628 habitantes, conforme os dados preliminares do Censo de 80.

Foi somente na década dos anos 60, devido à construção da estrada BR-364, Cuiabá-Porto Velho, e do seu prolongamento no rumo sudoeste, possibilitando a ligação das suas principais cidades, Rio Branco, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, que o Acre teve quebrado o seu isolamento secular entre os vales dos altos rios Juruá e Acre, afluente do rio Purús, há mais de setenta anos preconizado como solução por Euclides da Cunha, quando lá esteve sonhando o seu ambicioso projeto de construção da Transacreana. Hoje, é fundamental para o desenvolvimento do Estado a conexão rodoviária com o Perú, a partir de Assis Brasil, via Cuzco, ou de Cruzeiro do Sul, via Pucalpa, permitindo a ligação com o Pacífico. O traçado e a construção aguardam decisão política dos Governos do Perú e Brasil, integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978, e do recente encontro dos Presidentes Figueirêdo e Belaunde Terry.

As dificuldades ainda persistem. Enquanto o leito da BR-364 não for asfaltado, condições precárias não permitem o tráfego no período das rigorosas chuvas do inverno, quando as suas cidades e populações ficam isoladas do resto do país.

A construção da BR-364 produziu um grande impacto sobre a economia e a sociedade acreana. Fluxos migratórios que já haviam chegado a Rondônia deslocaram-se para o Acre à procura de terras nos antigos seringais ocupados por posseiros, seringueiros, seringalistas, extratores e índios, contribuindo para o agravamento de tensões e conflitos na área.

Seringais, castanhais e grandes propriedades do latifún-

dio extrativista tornaram-se objetos de interêsse de especulação fundiária, vendidos um grande número a fazendeiros do sul o outras regiões do país. Não houve, como em Rondônia, um ordenamento de colonização para distribuição de glebas a pequenos e médios agricultores; a existência das grandes propriedades e latifúndios, consolidados durante o período do extrativismo, criava obstáculos para a realização de um programa desse porte.

A população rural, assim, com a quebra do seu isolamento e o declínio do sistema aviador da economia do extrativismo, passou a migrar para as principais cidades do Estado, notadamente Rio Branco, sua capital, que experimentou um grande incremento populacional de 65% no decênio 1970/1980, quando sua população passou de 70.959 para 117.113 habitantes.

A micro-região do Alto-Purús, onde se situam a capital e os municípios vizinhos mais próximos, Sena Madureira, Xapuri e Brasileia, muito se beneficiou com o êxodo rural, tendo a sua população aumentado 47,5% na última década, passando de 132.630 para 195.745 habitantes, equivalente a cerca de 65% da população de todo o Estado.

A micro-região do Alto Juruá, compreendendo os municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Mancio Lima e Tarauacá, teve apenas um pequeno crescimento de 26,6% no período, indicativo de que os fluxos migratórios lá ainda não chegaram, em virtude de estarem localizados na parte mais setentrional do Estado, mais distantes e de mais difícil acesso. Com exceção de Cruzeiro do Sul, que cresceu 37,4% no período e está se tornando um polo de atração do alto Juruá, os demais municípios tiveram fraco desempenho em termos de expansão populacional como o quadro seguinte demonstra.

O Quadro 22, adiante, mostra os índices populacionais da década 70/80 e os percentuais da variação relativa de crescimento demográfico.

Quadro 22

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO ACRE
POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS
DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980 %
	1970	1980	
1. ALTO JURUÁ (002)			
. CRUZEIRO DO SUL	36.716	50.475	37,4
. FEIJÓ	15.886	19.613	23,4
. MANCIO LIMA	6.952	7.368	5,9
. TARAUACÁ	24.016	28.427	18,3
	83.570	105.883	26,6
2. ALTO PURÚS (003)			
. ASSIS BRASIL	1.098	1.366	24,4
. BRASILÉIA	11.208	13.937	24,3
. MANOEL URBANO	4.406	5.966	35,4
. PLÁCIDO DE CASTRO	5.258	9.342	77,6
. RIO BRANCO	70.959	117.113	65,0
. SENADOR GUIOMARD	8.117	9.728	19,8
. SENA MADUREIRA	18.243	23.592	29,3
. XAPURI	13.341	14.701	10,1
	132.630	195.745	47,5
TOTAIS	216.200	301.628	39,5

O Território Federal de Rondônia, criado pelo Dec-lei nº 5.812, em 1943, com a antiga denominação de Guaporé, juntamente com os demais Territórios Federais de Roraima (ex-Rio Branco) e Amapá, em terras, outrora, pertencentes aos Estados do Amazonas e Mato Grosso, ocupa uma área de 243.044 km2 no vale do Alto Madeira e de seus principais afluentes Mamoré-Guaporé, que fazem divisa com a Bolívia. No passado colonial, este rio teve um importante papel na defesa, conquista e incorporação do sudoeste amazônico, bem simbolizado no Forte Príncipe de Beira, construído em 1776, perto da confluência do rio Mamoré. Era a segunda maior fortaleza da Amazônia, somente superada em tamanho e poder de fogo pelo Forte de Macapá. Marcou a política lusitana do uti-possidetis e deteve o avanço castelhano que se infiltrara na região subindo os rios Paraguai, Beni e Mamoré-Guaporé. Também o rio Madeira serviu como rota, caminho e enlace fluvial de integração entre o Centro-Oeste e a Amazônia no tempo dos bandeirantes paulistas e amazônicos.

No período do rush da borracha, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1910, com 367 km de extensão, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, conforme compromisso assumido pelo Brasil no Tratado de Petrópolis de 1903, permitiu o escoamento da produção de borracha boliviana. Contornando os trechos encachoeirados dos rios Madeira e Mamoré, a chamada Ferrovia do Diabo ajudou a fazer de Porto Velho um centro comercial e um polo da indústria extrativa na região noroeste brasileira e sudoeste amazônica, atraindo não somente trabalhadores estrangeiros contratados para a construção como imigrantes nordestinos, que lá se estabeleceram para a exploração de seringais e castanhais silvestres.

Começou, assim, o povoamento da sub-região do Alto Madeira, Abunã, Mamoré, Guaporé, em íntimo contato e intercâmbio com as populações bolivianas do Beni e Madre de Dios, até que o colapso da economia gomífera atuasse como freio e recesso, que nem a rea-

tivação dos seringais no período da II Grande Guerra, a partir de 1942, conseguiu deter.

A situação de economia periférica, satélite e dependente das praças de Manaus e Belém, à semelhança da do Acre, seria finalmente vencida a partir da construção da rodovia BR-364, na década dos anos 60, devido à interligação da cidade de Porto Velho com as regiões da baixada cuiabana, do pantanal e do planalto central, ficando assim abertas as suas fronteiras para o intercâmbio direto com o Centro-Sul.

Importantes jazimentos de estanho descobertos no início dos anos 60 provocaram um novo rush. Faiscadores e garimpeiros deslocaram-se de todo o país para as áreas dos garimpos dos rios São Lourenço, Marmelos, Castanho, Jari, Machado, Candeias, Massangana e Madeirinha. Essa massa de garimpeiros, que ultrapassavam a 10.000, acabou expulsa das áreas com a mudança da política mineral, que optou pela entrega dessas jazidas de formação aluvial às grandes empresas multinacionais mineradoras - Grupos Mibrasa, Patiño, Lacombe, Brascan, Itau e Best - visando a mecanização intensiva. O pretexto político era de racionalização, evitando-se as perdas da lavra rudimentar, muito embora a cassiterita aluvionar, em quase todo o mundo, seja trabalhada e extraída nas bateias dos faiscadores. O resultado foi negativo, embora toda a mecanização da lavra, a produção do minério de cassiterita, que ao tempo da garimpagem foi da ordem de 4.000 ton/ano no período de 1971/1975, caiu para cerca de 1.000 ton/ano, no início da mudança da política mineral. Depois, lentamente, atingiu a produção de 7.500 ton/ano em 1979, sendo que uma boa parte dela ainda foi extraída pelo processo antigo de lavra rudimentar, com a volta do garimpo.

A descoberta da província estanífera de Rondônia deu impulso à economia e ao povoamento do Território, que se tornou o maior contribuinte do Imposto Único sobre Minerais de toda a região amazônica, com uma arrecadação de Cr$557 milhões, comparada com Cr$174 milhões do manganês do Amapá, e cerca de Cr$150 milhões da bauxita e ouro do Pará.

No entanto, a grande impulsão para o povoamento do Ter-

ritório ocorreria nos anos 70, após a abertura da BR-364 e a descoberta de grandes manchas de terra roxa estruturada e de alfissolos eutróficos às suas margens. Como a estrutura fundiária de Rondônia não tivesse atingido o extremo grau de monopolização e latifundiarização ocorrido no Acre e no Amazonas, foi mais fácil ao poder público estabelecer um programa de colonização. O INCRA pode montá-lo e operacionalizá-lo, assistindo a pressão dos fluxos migratórios que se deslocaram para a área, provenientes, na sua maioria, dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. Voltado para o pequeno e médio produtor, esse programa de colonização foi responsável pelo assentamento de cerca de 27.000 famílias, em lotes de, no máximo, 100 hectares cada, que passaram a ocupar cerca de 280.000 hectares com lavouras perenes e de subsistência.

O impacto produzido pelo povoamento e colonização de Rondônia assume proporções dramáticas, em termos de desafio e resposta agrícola, a nível de mobilidade econômica e social, com todo o seu potencial gerador de conflitos e tensões inevitáveis dessa frente pioneira de expansão econômica e humana.

Em termos econômicos, a colonização gerou a maior área de produção agrícola da Amazônia Clássica, com a implantação de cerca de 108.000 hectares de lavoura de arroz, 62.000 ha de milho, 37.000 ha de feijão, 24.000 ha de café, 21.000 ha de banana, 17.000 ha de mandioca e 7.000 ha de cacau. No ano agrícola de 1979/1980 existiam e operavam 27.431 propriedades cadastradas, estimando-se o valor de produção, se exportada fosse, ao equivalente a cerca de US$300 milhões.

A precariedade da rede vicinal de 5.000 km, construída para atender aos colonos, e da própria BR-364, intransitável durante o período intensivo das chuvas, constituem o maior problema para o escoamento das safras. As perdas daí decorrentes contribuem para o empobrecimento do colono e ameaçam a sua sobrevivência, caso o seu leito não seja asfaltado, conforme projeto cujo financiamento foi assegurado pelo Banco Mundial.

O modelo colonizador, apoiado no sistema agrícola do pe-

queno e médio produtor, em substituição à política da grande empresa latifundiária adotada em outras áreas amazônicas, que resultou em grandes riscos e danos ecológicos, absenteísmo empresarial e insucesso econômico na maioria dos casos, está produzindo os seus frutos em Rondônia. Ajuda a aliviar a tensão populacional do Centro-Sul absorvendo as massas de seus desempregados rurais, liberados pela mecanização agrícola, e promovendo o desenvolvimento econômico e a expansão populacional no Território.

O crescimento, a expansão demográfica e a concentração e nucleação urbana ao longo da BR-364 e estradas vicinais até Vilhena, na extrema com Matro Grosso, causaram o surgimento de novas cidades, como Ariquemes, Jarú, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presidente Médice, Alvorada D'Oeste, Melgaço, Espigão D'Oeste, Cacoal e Pimenta Bueno.

O Censo de 1980 registrou, preliminarmente, nos cinco municípios da nova fronteira agrícola, dramáticos índices de crescimento como o verificado em Cacoal, com 5.536% de aumento populacional entre 1970/80; 1.271% em Ji-Paraná; 1.046% em Pimenta Bueno; 996% em Vilhena e 606% em Ariquemes, perfazendo um total de 323.309 habitantes na área de influência cortada pela BR-364, contra 24.890 habitantes recenseados em 1970. As áreas de povoamento antigo e tradicional dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim tiveram crescimento apenas de 108,6% e 43,5% no decênio.

Como um todo, o Território de Rondônia teve um incremento populacional de 933% nos períodos intercensitários de 1950 a 1980, sendo que 333,5% correspondem ao decênio 1970/1980, o maior de todos os índices registrados nas demais unidades amazônicas. A sua população, que era de 36.935 habitantes em 1950, evoluiu para 492.744 em 1980.

Pelas tendências atuais, fluxos migratórios deverão continuar se dirigindo para Rondônia nas décadas vindouras. A certeza desta antecipação vai depender do próximo asfaltamento de sua principal estrada, da construção da hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari, da continuidade dos programas de assentamentos e colonização proporcionados pela excelência e disponibilidade de suas terras,

e da transformação iminente do Território em Estado. Esta visão prospectiva transformará Rondônia, a médio prazo, na mais populosa e próspera unidade de toda a Amazônia Legal.

O seguinte Quadro 23 contém números e percentuais demográficos surpreendentes.

[illegible] de Rondônia. Ajuda a alterar a tendência do Centro-Sul absorvendo as levas de novos desempregados rurais, liberados pela modernização agrícola, e promovendo o desenvolvimento econômico e a expansão populacional no Território.

O crescimento, a expansão demográfica e a concentração e nucleação urbana ao longo da BR-364 e estradas vicinais até Vilhena, na divisa com Mato Grosso, causaram o surgimento de novas cidades, como Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presidente Médici, Alvorada D'Oeste, Colorado, Espigão D'Oeste, Cacoal e Pimenta Bueno.

O Censo de 1980 registrou, preliminarmente, nos cinco municípios da nova fronteira agrícola, dramáticos índices de crescimento como o verificado em Cacoal, com 5.535% de aumento populacional entre 1970/80; 1.271% em Ji-Paraná; 3.046% em Pimenta Bueno; 996% em Vilhena e 696% em Ariquemes, perfazendo um total de 323.309 habitantes na área de influência cortada pela BR-364, contra 24.890 habitantes recenseados em 1970. As áreas de povoamento antigo e tradicional dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim tiveram crescimento apenas de 105,6% e 41,5% no decênio.

Como um todo, o Território de Rondônia teve um incremento populacional de 935% nos períodos intercensitários de 1950 a 1980, sendo que 331,5% correspondem ao decênio 1970/1980, o maior de todos os índices registrados nas demais unidades amazônicas. A sua população, que era de 36.935 habitantes em 1950, evoluiu para 492.744 em 1980.

Pelas tendências atuais, fluxos migratórios deverão continuar se dirigindo para Rondônia nas décadas vindouras. A certeza desta antecipação vai depender do próximo asfaltamento de sua principal estrada, da construção da hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari, da continuidade dos programas de assentamentos e colonização proporcionados pela excelência e disponibilidade de suas terras.

Quadro 23

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA EM RONDÔNIA
POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS

DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980
	1970	1980	%
1. RONDÔNIA (001)			
. ARIQUEMES	7.572	53.489	606,4
. CACOAL	1.193	67.243	5.536,4
. GUAJARÁ-MIRIM	24.247	34.814	43,5
. JI-PARANÁ	8.904	122.124	1.271,5
. PIMENTA BUENO	2.624	30.072	1.046,0
. PORTO VELHO	64.522	134.621	108,6
. VILHENA	4.597	50.381	995,9
	113.659	492.744	333,5

9. POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

A Amazônia Meridional, constituída pelo Estado de Mato Grosso, que teve o seu território dividido com a criação de Mato Grosso do Sul, conforme Lei Complementar nº 31/1977, e pelo Estado de Goiás, cuja parte amazônica está situada ao norte do paralelo 13º, na forma da Lei nº 1.806/1953, que criou a Amazônia Legal, é uma área de transição e contato das bacias hidrográficas do rio Amazonas e do Tocantins-Araguaia, com a bacia dos rios Paraguai e Paraná e da floresta tropical chuvosa com o cerrado do planalto central e o complexo do pantanal.

A sua posição mais próxima das regiões Sudeste-Sul mais desenvolvidas, a transferência da capital federal para Brasília e a construção das estradas BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho, BR-163, entre a capital de Mato Grosso e o porto fluvial de Santarém, no Pará, e BR-153/BR-010, que se extende, na sua maior parte, em território goiano, de Brasília até Belém do Pará, permitiram a abertura de seu território, historicamente enclausurado e de difícil acesso, à expansão da fronteira agrícola e humana do Centro-Sul.

A população da Amazônia Meridional era de 1.985.910 habitantes em 1980, tendo crescido 66,0% na década 1970/1980, com participação de 17,70% do total da Amazônia Legal, conforme o Quadro 24 a seguir demonstra:

Quadro 24

		População Presente Recenseada		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980	População da Amazônia Legal
		1970	1980	%	%
MATO GROSSO	881.001	601.042	1.141.236	89,8	10,17
GOIÁS AMAZÔNICO	285.793	594.822	844.674	42,0	7,53
TOTAIS	1.166.794	1.195.864	1.985.910	66,0	17,70

9.1 MATO GROSSO

Desdobrado da antiga Capitania de São Paulo em 1748, Mato Grosso teve um importante papel no processo de expansão da fronteira oeste, detendo o avanço espanhol no rio Paraguai. Semelhante papel seria desempenhado pela Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755, ao tampo do Marquês de Pombal, na parte setentrional e ocidental da bacia amazônica, cuja fundação, segundo os termos da Carta Régia de 17 de maio de 1775, de Sebastião José de Carvalho e Melo, tinha por objetivo a "indispensável necessidade de se povoar essa fronteira ocidental e de assegurarmos com ela a navegação do rio Madeira para o Mato Grosso e a passagem para a Minas de Cuiabá".

O período da mineração do ouro assegurou a Mato Grosso uma breve prosperidade. Seus primeiros arraiais e vilas foram produtos do ciclo aurífero, até que a pecuária bovina instalada no complexo do pantanal promoveu, nos rastros do boi, a efetiva ocupação e povoamento na parte meridional do Estado. Enquanto isso, a região norte-amazônica, de secular dificuldade de acesso, permanecia um grande inecúmeno, com esparsos núcleos de população dispersa sob o regime de economia extrativa em grandes latifúndios.

Este quadro começou a ser alterado na medida em que a expansão da fronteira sul atingiu primeiramente a cidade de Campo Grande, caracterizada como extensão econômica do oeste paulista, e depois desdobrou-se na ocupação da região pantaneira da baixada paraguaia, enquanto outra frente se desenvolvia a partir do planalto, como efeito social da mudança da capital federal para Brasília. Somente nos anos 60 efetivou-se a integração terrestre do Centro-Oeste com a região Sul e Sudeste e com a região amazônica, através do prolongamento da estrada Campo Grande-Cuiabá a Porto Velho. Partindo de Cuiabá, a BR-163 alcançou o porto fluvial de Santarém, no centro da calha central do rio Amazonas, enquanto as BR-70 e 80 abriram o cerrado e as regiões do Alto Araguaia, Xingú e Juruena à colonização.

Incorporado à Amazônia Legal, ao norte do paralelo de 16º, pela Lei nº 1.806 de 1953, para efeito de planejamento econômico, grande parte do Estado seria beneficiada pelos incentivos fiscais do imposto de renda e colaboração financeira na forma das Leis nº 5.173/4, de 1967, que criou a SUDAM, do Dec-lei nº 756/69, que regulou os referidos incentivos, e do Dec-lei nº 1.376, de 1974, que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

O Estado de Mato Grosso foi a unidade da Amazônia que mais absorveu recursos da SUDAM nos anos 60 e 70. Do total de 337 projetos agropecuários aprovados até novembro de 1978, 192 estavam localizados em seu território recebendo 63% do valor dos incentivos liberados, equivalentes a cerca de US$300 milhões, e 58% do total do investimento previsto no setor, correspondente a US$725 milhões.

Mais recentemente, em 1977, o Estado foi desmembrado, conforme disposições da Lei Complementar nº 31, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, e reduziu sua área de 1.231.549 km2 para 881.001 km2, toda ela integrante da Amazônia Legal, pondo em marcha a urgência da necessidade de reorganização política do espaço amazônico, iniciada em 1943 com a criação dos Territórios Federais e logo interrompida.

Até 1920 a população de Mato Grosso (246.612 habitantes) era muito inferior à do Estado do Amazonas (363.166 habitantes). Em 1940, porém, o Censo registrou 432.265 habitantes, quase igualando a população amazonense (438.008 habitantes). Nas décadas subsequentes, a sua população evoluiria para 522.044 em 1950, 889.539 em 1960 e 1.600.494 em 1970, contando os dois Estados 2.528.039 habitantes em 1980, dos quais 1.141.236 no Estado do Mato Grosso e 1.386.803 no Mato Grosso do Sul, superando, assim, toda a população compreendida na chamada Amazônia Ocidental. Mesmo considerando a divisão ocorrida em 1977, a Amazônia Legal Matogrossense, entre os censos de 1970 e 1980, teve um crescimento demográfico de 89,8%, índice somente ultrapassado por Rondônia (333,5%) e Roraima (93,2%).

A distribuição espacial desse crescimento foi desigual, acompanhando o maior ou menor grau de dinamismo econômico, aden-

sando-se mais naquelas frentes agrícolas de colonização mais recentes. As micro-regiões que mais obtiveram ganhos populacionais foram as do norte-matogrossense com 345% de crescimento no decênio, a da Baixada Cuiabana, devido ao alto poder de atração das cidades gêmeas de Cuiabá e Várzea Grande, com 85,1%, e a micro-região do Alto Guaporé-Jaurú, pertencente à bacia do Paraguai, parte dela inserida no complexo do pantanal.

O fluxo migratório ocorrido no norte-matogrossense não tem paralelo em qualquer outra micro-região amazônica, com exceção de Rondônia. Mesmo assim, os municípios de Colider, Alta Floresta e Sinop, situados nas cabeceiras do rio Teles Pires, afluente do Tapajós, tiveram um crescimento populacional de 26.545%, 9.905% e 548,1%, respectivamente, no decênio; Porto dos Gauchos, no rio Arinos, afluente do Juruena, cresceu 1.155%; e Aripuanã, no rio Aripuanã, afluente do rio Madeira, expandiu-se em 631%, devendo ter absorvido parte da população amazonense do município do mesmo nome, que teve no decênio um descréscimo populacional de 35,4%.

O município de Barra do Garças foi o maior beneficiário dos incentivos agropecuários da SUDAM. Seus 71 projetos absorveram quase 20% do total dos recursos liberados pela SUDAM, apresentando, entretanto, um índice evolutivo de apenas 169%. Seguiu-se-lhe o município de Chapada dos Guimarães, com 26 projetos aprovados e menor índice, somente 107,9%. Estes pequenos crescimentos relativos, quando comparados com as altas taxas de evolução populacional das outras micro-regiões do norte-matogrossense, confirmam a tese de que os empreendimentos das grandes fazendas pecuárias, por terem pequena capacidade de absorção de mão-de-obra (por exemplo: as 71 fazendas de Barra do Garças deveriam ter criado apenas 3.014 empregos, segundo os projetos aprovados pela SUDAM) e serem altamente concentradores, poucos benefícios devem ter gerado para a população local.

Enquanto isso, as regiões de colonização agrícola embasada na pequena e média propriedade, como se verificou em Colider, Alta Floresta, Porto dos Gauchos e Sinop, tiveram um alto poder de irradiação e atração. Na micro-região do Alto Guaporé, as maiores

taxas de expansão foram registradas nos municípios de Pontes e Lacerda (281,9%), Quatro Marcos (275,5%), Mirassol D'Oeste (144,3%), Araputanga (173,8%) e Cáceres (84,2%). Como um todo, essa micro-região alcançou uma taxa decenal de 91,2%.

Em ordem decrescente, a micro-região da Baixada Cuiabana apresentou um incremento demográfico decenal de 85,1%, atribuível à grande urbanização verificada em Cuiabá, que passou de 100.865 para 212.929 habitantes entre 1970 e 1980, com uma taxa incremental de 111,1%, e no município gêmeo de Várzea Grande, cuja população satélite de Cuiabá, passou de 18.146 para 77.053 habitantes em 1980, evoluindo 324,6% no período.

Acorizal, Barão de Melgaço, Livramento e S. Antonio do Leverger, pertencentes à Baixada Cuiabana, tiveram perdas populacionais, possivelmente devido ao êxodo rural e poder de atração de Cuiabá e Várzea Grande, enquanto a área sudeste do Estado, na micro-região de Garças, teve um insignificante crescimento populacional de 4,1% no decênio, Rondonópolis crescia 63,5%. Os pequenos ganhos populacionais registrados no Alto Araguaia, Torixoréu, General Carneiro e Alto Garças não foram suficientes para compensar os déficites demográficos observados em Araguainha, Tesouro e Guiratinga.

Neste balanço de lucros e perdas populacionais do Censo de 1980, o que mais importa é saber se as populações, ao se transferirem de áreas mais carentes e pobres, sem perspectivas e horizontes, para os municípios mais dinâmicos e prósperos, passaram a produzir mais, incorporando-se ao mercado de trabalho e contribuindo para o maior crescimento e melhor distribuição do Produto Interno.

É o que parece se ter verificado no Estado de Mato Grosso neste decênio, porque a economia do Estado apresentava fortes indicadores de expansão no setor pecuário e agrícola, como bem demonstram o efetivo do seu rebanho bovino, de aproximadamente 4.000.000 de cabeças, e a sua grande produção de cerca de 1.000.000 ton de arroz, que fizeram com que Mato Grosso se transformasse num grande centro de produção rural, em substituição ao antigo símbolo cu-

iabano de centro geodésico da América do Sul.

O Quadro 25 que se segue é bem demonstrativo.

Quadro 25

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA EM MATO GROSSO

POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS

DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980 %
	1970	1980	
1. NORTE MATO-GROSSENSE (332)			
. ÁGUA BOA	872	4.079	367,7
. ALTA FLORESTA	231	23.113	9.905,6
. ARIPUANÃ	1.911	13.985	631,8
. BARRA DO GARÇAS	16.223	43.690	169,3
. CANARANA	1.382	8.778	535,1
. CHAPADA DOS GUIMARÃES	4.499	9.355	107,9
. COLIDER	130	34.638	26.545,0
. DIAMANTINO	3.746	14.153	277,8
. LUCIARA	3.032	8.181	169,8
. NOBRES	5.697	13.522	137,3
. NOVA BRASILANDIA	2.841	11.503	307,1
. NOVA XAVANTINA	3.944	20.502	419,8
. PARANATINGA	5.911	11.813	99,8
. PORTO DOS GAUCHOS	1.202	15.095	1.155,8
. RIO CLARO	1.143	7.233	532,8
. SANTA TEREZINHA	2.132	6.032	182,9
. S. FELIX DO ARAGUAIA	4.186	11.071	164,4
. SINOP	3.068	19.886	548,1
	62.150	276.629	345,0

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980
	1970	1980	%
2. ALTO GUAPORÉ-JAURÚ (333)			
. ARAPUTANGA	6.267	17.161	173,8
. CÁCERES	32.106	59.142	84,2
. JAURÚ	8.761	16.715	90,7
. VILA BELA DA S. TRINDADE	5.693	8.988	57,8
. MIRASSOL D'OESTE	7.599	18.566	144,3
. PONTES E LACERDA	3.803	14.527	281,9
. QUATRO MARCOS	4.839	18.175	275,5
. RIO BRANCO	11.802	17.670	49,7
. SALTO DO CEU	14.409	11.268	-(21,8)
	95.279	182.212	91,2
3. ALTO PARAGUAI (334)			
. ALTO PARAGUAI	11.394	10.703	-(6,1)
. ARENAPOLIS	10.611	13.504	27,2
. BARRA DOS BUGRES	11.846	23.609	99,2
. NORTELANDIA	6.015	10.461	73,9
. TANGARÁ DA SERRA	10.649	31.367	194,5
	50.515	89.644	77,4
4. BAIXADA CUIABANA (335)			
. ACORIZAL	8.855	8.732	-(1,4)
. BARÃO DE MELGAÇO	9.874	8.321	-(15,8)
. CUIABÁ	100.865	212.929	111,1
. N.S. DO LIVRAMENTO	11.747	10.229	-(13,0)
. POCONÉ	18.934	23.314	23,1
. ROSÁRIO OESTE	18.060	19.847	9,8
. S. ANTONIO DO LEVERGER	14.582	11.745	-(19,5)
. VÁRZEA GRANDE	18.146	77.053	324,6
	201.063	372.170	85,1

	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA DO CRESCIMENTO 1970/1980
	1970	1980	%
5. RONDONÓPOLIS (336)			
. DOM AQUINO	16.469	11.743	-(28,7)
. ITIQUIRA	3.887	7.108	82,8
. JACIARA	12.388	14.384	16,1
. JUSCIMEIRA	19.669	12.727	-(35,3)
. PEDRA PRETA	12.396	12.358	-(0,4)
. RONDONÓPOLIS	50.155	82.023	63,5
	114.964	140.343	22,0
6. GARÇAS (337)			
. ALTO ARAGUAIA	7.546	11.268	49,3
. ALTO GARÇAS	5.959	6.627	11,2
. ARAGUAINHA	1.733	1.407	-(18,9)
. GENERAL CARNEIRO	3.518	3.986	13,3
. GUIRATINGA	15.255	13.635	-(10,7)
. PONTE BRANCA	3.443	3.475	0,9
. POXOREU	27.552	28.039	1,7
. TESOURO	5.836	3.705	-(36,6)
. TORIXOREU	6.229	8.096	29,9
	77.071	80.238	4,1
TOTAIS	601.042	1.141.236	89,9

9.2 GOIÁS AMAZÔNICO

Originado da antiga Superintendência das Minas de Goiás, fundada entre os anos 1728/31 e consolidada como Capitania, desdobrada da Capitania de São Paulo no período 1744/48, com a nomeação do seu capitão-mor Marcos de Noronha, futuro Conde dos Arcos, o Estado de Goiás teve um grande desempenho no período colonial dos ciclos das bandeiras, da mineração e do gado.

Situado na confluência das três grandes bacias sulamericanas e brasileira, a do Tocantins-Araguaia, que compreende 494.675 km2 de seu território; a do rio Paraná, com 144.838 km2; e a do rio São Francisco, com 2.779 km2, o Estado foi parcialmente integrado à área da Amazônia Legal, ao norte do paralelo 13º, na forma da Lei nº 1.806 de 1953. Dos seus 642.036 km2, somente 285.793 km2, ou seja 44,51%, ficaram incluídos nessa área de desenvolvimento regional privilegiada pelos incentivos fiscais e financeiros da SUDAM. O critério do paralelo 13º foi inteiramente arbitrário, pois o vizinho Estado de Mato Grosso teve a sua geodésica amazônica inicialmente estendida ao paralelo 16º e posteriormente a todo o território do Estado, na forma da Lei Complementar nº 31/1977, o que levou o Estado a reivindicar uma maior participação territorial face às desvantagens fiscais que essa diferença de paralelos causava ao Estado, sobretudo aos empreendimentos localizados na região do Araguaia, abaixo dessa linha, nos limites com Mato Grosso.

Do ponto de vista geo-botânico, no entanto, o Estado de Goiás teve a quase-totalidade do seu território compreendido na grande área do planalto central dominado pela vegetação do cerrado, cerradão e campos, que abrangem 541.547 kms (84,3%) comparado com 31.916 km2 de floresta tropical chuvosa da Amazônia, e 68.573 km2 de floresta sub-úmida do interior. Por este motivo o Estado possue nítida vocação pecuária, expressa pelo efetivo do seu rebanho bovino de 15.000.000 de cabeças, o segundo maior do país, somente ultrapassado por Minas Gerais. É, também, o sexto produtor de milho, com uma produção anual de cerca de 1.800.000 toneladas,

e o segundo produtor nacional de arroz, com uma safra colhida de aproximadamente 1.200.000 toneladas em 1979.

A condição mediterrânea de Goiás, que durante séculos a isolou no planalto e no centro-oeste, foi vencida a partir da transferência da capital federal para Brasília, localizada dentro do território goiano, e da construção da rede viária de integração. Notadamente a BR-153/010, que ligou o Estado a Belém, no seu trecho ascendente, e à região sul, na parte descendente; a BR-20, que possibilitou a ligação com o nordeste; a BR-070, que estabeleceu o contato com Cuiabá; e a BR-40, com Belo Horizonte e Rio. Essa rede viária, ao integrar o planalto goiano com o restante do Centro-Oeste, a região Sul e Sudeste a a Amazônia propriamente dita, concorreu para a abertura do seu território às correntes de povoamento que passaram a afluir de São Paulo, Minas, Bahia, Piauí, Maranhão. Mais recentemente, a descoberta de que o cerrado pode ser transformado em terras agricultur áveis para as culturas de arroz, milho, trigo e soja, e não apenas para gado, mediante a correção da acidês do solo e a irrigação, abriu novas perspectivas para o Estado de Goiás. A localização de Brasília, no planalto, passou também a exercer forte sedução social, provocando o êxodo rural das populações goianas e de outros Estados, que contribuiram para que a população do Distrito Federal crescesse 919% em vinte anos, evoluindo de 140.164 habitantes em 1960 para 1.176.748 habitantes no Censo de 1980.

Como área de ocupação humana na região do Centro-Oeste, o Estado de Goiás, pela sua maior proximidade dos grandes centros demográficos, apresentou um maior nível de densidade populacional. A sua população, a partir do Censo de 1872, teve um lento crescimento até 1940, quando passou de 160.395 para 826.919 habitantes. A transferência de sua capital para Goiânia e a descoberta de que o planalto central se adaptava bem à cultura do arroz e à criação do gado promoveram o rápido crescimento do sul-goiano, como área de expansão da população mineira, enquanto a região ao norte do paralelo 13º atraía empresários do Centro-Sul e servia de refúgio para as populações do oeste baiano, do Piauí, Ceará e Maranhão que

buscavam trabalho nos vales úmidos do Tocantins-Araguaia.

No decênio 1940/1950, a população ganhou 388.507 habitantes, ou seja, 47%, ultrapassando a barreira do crescimento vegetativo, e já no Censo de 60 o número de habitantes subia para 1.913.289, subindo ainda mais em 1970, com um ganho de mais de um milhão, com exclusão de Brasília. Em 1980 a população do Estado atingiu 3.864.881 habitantes.

A análise da expansão e evolução demográfica das sete micro-regiões do Goiás amazônico, indica que a que mais cresceu foi a do Baixo Araguaia Goiano, com um incremento populacional de 131,8% no decênio 70/80, com preponderância dos municípios de Arapoema, Colinas, Couto de Magalhães e Colmea (Pequizeiro), todos apresentando taxas superiores a 100%. Em seguida, a do Médio Tocantins-Araguaia, na qual se destacam os municípios de Presidente Kennedy (133,8%), Paraiso do Norte de Goiás (122,9%) e Miranorte (122,6%), em função do gado e da produção de arroz, atraentes das populações dos vizinhos municípios de Cristalândia, Duere, Miracema e Pium, que, em consequência, tiveram ganhos unitários insignificantes e fizeram com que a micro-região apresentasse crescimento global de apenas 48,4% no período.

No extremo norte-goiano, a micro-região do Bico de Papagaio, assim chamado devido à conformação geográfica de afunilamento na área de confluência do Araguaia com o Tocantins, que no passado foi a região mais isolada e pobre do Estado, experimentou no decênio um crescimento de 40,1%. Liderando esse crescimento e polarizando as populações dessa micro-região, S. Sebastião do Tocantins (90,2%) e Araguaina (90,2%) apresentaram os maiores incrementos, enquanto que os municípios de Ananás (3,1%), Axixa (7,2%), Nazarē (3,6%), Sítio Novo (-1,7%) e Babaçulândia (8,4%) tiveram perdas relativas, explicada pela atração de Aragaina, às margens da BR-153, da vizinha cidade paraense de Marabá e das áreas de garimpo de ouro de Serra Pelada. A influência da vizinha cidade de Imperatriz, no Maranhão, também funcionou como polo de atração para as populações goianas do extremo norte, devido o seu destaque como centro madeireiro e entreposto comercial para toda a área, co-

mo bem evidencia o seu crescimento de 173,1% no período, no qual a população do seu município passou de 80.772 para 220.469 habitantes.

A micro-região tocantina de Pedro Afonso, situada entre o rio Tocantins e a fronteira da região mais pobre do Maranhão, foi a que apresentou a menor taxa de crescimento (7,7%), o que revela a falta de oportunidade para fixação de suas populações rurais, que tiveram de emigrar para outros centros mais dinâmicos do norte do Estado. Na micro-região de Serra Geral de Goiás, apenas o município de Campos Belos apresentou um alto índice de crescimento (72,5%), enquanto os demais municípios do oeste do Estado tiveram pequenos incrementos populacionais, resultando na média de 34,4% para a micro-região. O mesmo fenômeno foi observado nos municípios de Galheiros e São Domingos, da micro-região do Vão do Paranã, já nos limites ocidentais do paralelo 13º.

Em resumo, a região goiana-amazônica situada nos trechos médio e alto da bacia Araguaia-Tocantins e da floresta tropical chuvosa em zona de transição para o planalto central e para o cerrado, constitue-se numa poderosa frente de expansão humana em direção à região norte amazônica, a partir da construção e do asfaltamento da BR-153 (trecho Anápolis-Estreito da Belém-Brasília), pela possibilidade de acesso ao mediterrâneo oriental paraense e ao inter-flúvio Araguaia-Tocantins.

Deve-se à estrada Belém-Brasília a fixação de numerosas populações às margens desse eixo. Surgiram povoados, vilas e cidades, que passaram a servir de ponto de apoio e de infraestrutura de serviços para as comunidades locais, enquanto os rios Araguaia e Tocantins tiveram as suas margens povoadas por migrantes e ocupadas por empresas agropecuárias e madeireiras. A topografia plana do cerrado goiano facilitou a mecanização da lavoura, e os vales úmidos dos dois rios garantiram a expansão dessa nova fronteira agrícola e humana.

Essa região ao norte do paralelo 13º possuia em 1960 uma população de 392.164 habitantes. Atraindo ondas de contingentes humanos, evoluiu para 594.822 habitantes em 1970 e para 844.674 em

1980, somando, afinal, um crescimento de 115% na duodécada. Em função desse potencial humano e da sua crescente importância econômica já oferece condições para a sua transformação em Estado, segundo os defensores da necessidade de reorganização do espaço político da Amazônia brasileira.

Quadro 26

EXPANSÃO E CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO GOIÁS AMAZÔNICO (ao norte do paralelo 13º)

POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS

DÉCADA 1970/1980

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
1. EXTREMO NORTE GOIANO (345)			
. ANANÁS	7.940	8.181	3,1
. ARAGUAINA	37.915	72.138	90,2
. ARAGUATINS	12.522	18.272	45,9
. AXIXA DE GOIÁS	7.601	8.149	7,2
. BABAÇULÂNDIA	14.675	15.912	8,4
. FILADELFIA	14.808	19.028	28,4
. ITAGUATINS	11.074	14.160	27,8
. NAZARÉ	8.216	8.519	3,6
. S. SEBASTIÃO DO TOCANTINS	9.475	18.022	90,2
. SÍTIO NOVO DE GOIÁS	7.126	7.009	-(1,7)
. TOCANTINÓPOLIS	23.675	28.059	18,5
. XAMBIOA	8.489	11.670	37,4
	163.516	229.119	40,1
2. BAIXO ARAGUAIA GOIANO (346)			
. ARAGUACEMA	10.447	14.962	43,2
. ARAPOEMA	7.245	15.868	119,0
. COLINAS DE GOIÁS	8.418	18.183	116,0
. COLMEA	–	17.423	100,0
. COUTO DE MAGALHÃES	2.459	5.188	110,9
. DOIS IRMÃOS DE GOIÁS	5.403	8.094	49,8
. ITAPORÃ DE GOIÁS	2.303	4.369	89,7
	36.275	84.087	131,8

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
3. TOCANTINA DE PEDRO AFONSO (347)			
. GOIATINS	14.755	14.982	1,5
. ITACAJA	12.210	13.975	14,4
. LIZARDA	8.398	9.510	13,2
. NOVO ACORDO	5.579	6.138	10,0
. PEDRO AFONSO	10.398	10.053	-(3,4)
. PONTE ALTA DO NORTE	7.320	7.984	9,0
. TOCANTÍNIA	6.495	7.586	16,7
	65.155	70.228	7,7
4. MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA (348)			
. ALVORADA	4.234	7.498	77,0
. BREJINHO DE NAZARÉ	6.174	10.831	75,4
. CRISTALÂNDIA	10.647	11.274	5,8
. DUERE	4.779	4.783	0,08
. FORMOSO DO ARAGUAIA	7.797	11.546	48,0
. GUARAI	11.072	17.819	60,9
. GURUPI	24.575	38.686	57,4
. MIRACEMA DO NORTE	20.105	25.363	26,1
. MIRANORTE	5.052	11.250	122,6
. MONTE DO CARMO	4.151	5.830	40,4
. PARAISO DO NORTE DE GOIÁS	9.304	20.743	122,9
. PEIXE	14.536	22.189	52,6
. PIUM	6.670	7.104	6,5
. PORTO NACIONAL	31.485	39.324	24,8
. PRESIDENTE KENNEDY	4.765	11.142	133,8
	165.346	245.382	48,4

	POPULAÇÃO RESIDENTE		Variação Relativa do Crescimento 1970/1980
	1970	1980	%
5. SERRA GERAL DE GOIÁS (349)			
. ALMAS	5.909	7.861	33,0
. ARRAIAS	11.470	15.781	37,5
. AURORA DO NORTE	3.516	4.563	29,7
. CAMPOS BELOS	5.869	10.125	72,5
. CONCEIÇÃO DO NORTE	2.823	4.124	46,0
. DIANÓPOLIS	9.271	10.769	16,1
. MONTE ALEGRE DE GOIÁS	5.291	7.354	38,9
. NATIVIDADE	11.327	15.876	40,1
. PARANÃ	13.374	18.177	35,9
. PINDORAMA DE GOIÁS	2.994	3.940	31,5
. PONTE ALTA DO BOM JESUS	5.148	5.702	10,7
. TAGUATINGA	8.183	10.282	25,6
	85.175	114.554	34,4
6. ALTO TOCANTINS (350)			
. ARAGUAÇÚ	10.426	14.088	35,1
. FORMOSO	13.067	15.470	18,3
. PORANGATU	25.969	35.014	34,8
. S.MIGUEL DO ARAGUAIA	18.798	22.807	21,3
	68.260	87.379	28,0
7. VÃO DO PARANÃ (352)			
. GALHEIROS	3.151	4.244	34,6
. S. DOMINGOS	7.944	9.681	21,8
	11.095	13.925	25,5
TOTAIS	594.822	844.674	42,0

Obs:- De acordo com a listagem da SUDAM os municípios de Araguaçú, Arraias, Campos Belos, Formoso, Galheiros, Monte Alegre de Goiás, Paranã, Peixe, Pequizeiro, Porangatú, São Domingos e São Miguel do Araguaia, por se situarem no campo do paralelo de 13º, pertencem parcialmente à Amazônia Legal.

A nova dimensão populacional da Amazônia assumida nos últimos trinta anos, quando a sua base demográfica evoluiu de 1.844.655 para 5.866.673 habitantes, acompanhada de intensa desruralização do eleitorado e de crescente taxa de urbanização, trará significativas mudanças e consequências político-eleitorais nos próximos pleitos.

Não se trata apenas do crescimento quantitativo do número de eleitores inscritos, que saltou de 380.767 em 1950 para 1.684.782 nas eleições de 1978, o que já implica mais do que a simples quadruplicação do esforço da classe política para arregimentação, aliciamento e conquista do voto popular. As modificações decorrentes dos fluxos migratórios, da mobilidade horizontal no espaço, do êxodo rural, da concentração urbana e das novas estruturas econômicas, sociais e educacionais, constituem fatores a serem sopesados nos prélios eleitorais que se avizinham, a partir de 1982.

Nossa primeira reflexão é a de que, se a concentração dos eleitores nos grandes colégios urbanos das capitais, e também nas sedes dos municípios das micro-regiões mais populosas, facilitou a logística dos candidatos, a estratégia promocional de candidaturas tornar-se-á cada vez mais difícil, complexa e acirrada. A complexidade será ainda maior tendo em vista os vetores qualitativos que mudaram a composição e correlação de forças emergentes, como a estrutura etária do eleitorado, na qual há preponderância da população jovem, a valorização do voto feminino, a formação profissional e sindical dos grupos de influência e o nível de consciência das massas eleitorais, que tendem a se tornar mais exigentes na medida em que o processo político democrático ganha abertura e participação.

A desruralização resultará, inevitavelmente, na perda de parte do peso político geral do meio rural, e, especialmente, das pequenas comunidades interioranas e de suas tradicionais lideranças e clientelas, habituadas ao paternalismo, à disputa entre as

famílias mais influentes e à fidelidade do voto partidário. Mudar de filiação partidária no interior significa, na maioria das vezes, marginalização do processo político, pois, se de um lado as represálias são certas e frequentemente mortais, de outro a mudança de bandeira não importa aceitação tácita e tranquila do trânsfuga. Forma-se, assim, um círculo fechado de interesses estabelecidos, enraizados e vinculados entre o patrão e o empregado, o coronel de barranco e o caboclo, o prefeito e o município, o vigário e o fiel, o exator e o contribuinte, o banco e o solicitante de crédito, o delegado de polícia e a ordem pública. Tudo isso permeia as estruturas do poder e regula as relações pessoais e íntimas entre o partido, o candidato e o eleitor interiorano.

A conquista do voto rural é operação política das mais simples, comparada com a do voto urbano. Suas exigências são bem menores e os graus de subordinação e dependência mais elevados. Comumente, os termos das plataformas e campanhas políticas nos redutos rurais giram em torno de preços mínimos para produtos agrícolas, de crédito rural subsidiado para plantios e safras, de construção e asfaltamento de estradas, de programas de colonização e distribuição de terras, e, ultimamente e agora, dos conflitos e tensões nas frentes pioneiras e no beiradão de toda a Amazônia, a exemplo da "guerra do peixe" entre os barcos pesqueiros, os frigoríficos, os atravessadores e a população cabocla, que sente e vê a sua subsistência ameaçada pelos custos finais e escassez do pescado.

Com a urbanização, sobretudo aquela ao nível da cidade grande, alimentada pelos migrantes do campo, das roças, dos seringais e de outras procedências extra-regionais, os problemas mudam de composição e sugerem outros enfoques. Ao romper-se o antigo elo do relacionamento da sua identificação e fidelidade, o eleitor da cidade torna-se menos sujeito a pressões e mais ladino, entendendo que outros valores e atitudes conduzem-no à liberação dos compromissos que antes o prendiam na sua vivência rural.

Os traumas do seu anonimato pela perda da identidade original fazem com que, durante algum tempo, mesmo morando na cidade,

o eleitor rurícola continue adotando padrões e valores culturais de sua origem. Esta situação, porém, tende a reduzir-se e a desaparecer na medida em que vai se incorporando à impessoalidade da massa citadina, através do emprego, do novo círculo familiar, das amizades e da vizinhança do seu bairro.

Parece-nos, assim, que os problemas mais afetantes que o eleitor urbano quer discutir estão estritamente ligados à sua sobrevivência, mais difícil e onerosa. Centram-se na procura do emprego, da casa para morar, do custo de vida, da escola para os filhos, do asfalto e do ônibus para a rua, da água encanada e da energia elétrica, da assistência médica, da segurança policial contra o crime e a violência, e do lazer. São estas, inegavelmente, as principais peças para o novo discurso político urbano.

Todas essas aspirações, somadas e exponenciadas, constituem complexos quadros de necessidades e postulações individuais e sociais, cujo atendimento é muito difícil, dificílimo, ou quase impossível pelo vulto dos investimentos nos grandes aglomerados urbanos que implodiram na periferia de todas as cidades, resultando em favelas, baixadas, mocambos e alagados, onde passaram a viver as famílias que somam a maioria da população e que absorvem os novos contingentes de eleitores.

Ganhar a preferência e a escolha do voto citadino significa possibilidade de atender a esses reclamos, pelo menos vocalizá-los prometendo soluções para todos os males e azares. Não é, pois, de estranhar que o novo eleitorado urbano se torne revoltado e mais exigente, e tente, através da incerta adesão e promessa do voto, fazer alguma barganha que possa melhorar a sua condição pessoal, ou a do grupo a que pertença.

Os problemas emergentes colocados entre o eleitor urbano, o candidato e o partido aspirante ou já no poder, revelam em análise transacional uma teia de frágeis interesses e de lealdades fugazes, e mostram uma nova configuração no quadro político emergente. A complexidade dessas relações peculiares ao meio urbano e às condições precárias do estágio do nosso desenvolvimento econômico e social, vem facilmente à tona, estimulada pelos meios de co-

municação de massa, mormente imprensa e televisão, nos períodos pre-eleitorais, dando margem ao surgimento de novas lideranças carismáticas, algumas demagógicas, capazes de atrair e seduzir o eleitorado pela demonstração legítima ou simulada da sinceridade de propósitos e coragem de assumir riscos e desafios.

Supomos que muitas surpresas e "dark-horses" serão revelados pelas urnas no futuro, pois conquistar o voto do assalariado das fábricas e escritórios, dos desempregados, das donas-de-casa, dos funcionários públicos, dos empresários, dos intelectuais e profissionais liberais, dos estudantes, e, globalmente, da classe média, impõe uma nova mixagem de estratégias e discursos. Parece-nos claro que os diferentes segmentos sociais do eleitorado passaram a ter interesses diferenciados, se não conflitantes, exigindo posicionamentos e compromissos ideológicos e pragmáticos dos candidatos, muitas vezes incompatíveis e inexequíveis. Como no cenário político-partidário o mais importante é vencer o jogo eleitoral, mesmo os candidatos mais bem intencionados são induzidos à tática demagógica de eleger-se com os seus ostensivos defeitos, para depois governar ou exercer o mandato com as suas virtudes.

Embora ainda não definidas as regras do jogo político, a reforma eleitoral a ser enviada ao Congresso certamente refletirá todas as contradições, incertezas e perplexidades desta fase de transição política em que o país se encontra: pluripartidarismo com ou sem coligações, sub-legendas, voto distrital amplo ou restrito, eleições indiretas, municípios de segurança nacional, fidelidade partidária, voto vinculado, voto facultativo, voto do analfabeto, prazos de desincompatibilização. Ademais, o tempo, uso e acesso aos meios de comunicação, com ênfase no rádio e na televisão, que substituem o comício da praça pública e levam para dentro do lar de cada um o debate partidário e a presença dos candidatos para o esclarecimento e o julgamento do eleitorado.

Algumas dessas regras, expedientes ou casuismos, poderão diminuir ou desagravar o impacto produzido pela nova realidade social e econômica. No entanto, por mais rigorosas que sejam, serão incapazes de produzir resultados duradouros, e muitas delas

poderão atuar como faca de dois gumes para todos os partidos envolvidos e interessados em obter a maioria, ou a maior representação possível, no Congresso Nacional, Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores, e, afinal, obter a chefia do poder executivo estadual.

À nível estadual, a volta às eleições diretas para governador, há dezoito anos interrompidas, vai concorrer não somente para aumentar consideravelmente o número de eleitores inscritos como motivar o maior comparecimento às urnas, considerando que essas eleições sempre despertaram maior entusiasmo e rivalidades resultantes da tendência histórica de bipolarização política, mesmo dentro de um quadro multipartidário.

Dois outros fatores merecem prévia análise no campo da geografia humana eleitoral, especialmente na Amazônia. Referem-se ao número de eleitores inscritos e o grau de comparecimento às eleições. O Quadro 27 demonstra que na Amazônia da Região Norte o eleitorado cresceu 342%, passando de 380.767 em 1950 para 1.684.782 eleitores inscritos em 1978, enquanto o comparecimento às urnas subia de 263.882 para 1.272.326 nesse mesmo período, com um nível de absenteísmo médio de 24,5% nas eleições de 1978. Nesse quadro, o maior percentual absenteísta cabe a Roraima, com 31,6%, seguido do Amazonas, com 27,8%, enquanto nos demais Estados e Territórios o não comparecimento variou entre 21,3% (Rondônia), 24,3% (Acre) e 23,6% (Pará). Nos pleitos anteriores, no entanto, mesmo antes da Revolução de 1964, o absenteísmo médio registrado foi muito maior: 28,4% em 1960 e 31,7% em 1950.

Em termos sociológicos, deduz-se que o interesse do eleitor aumentou consideravelmente nas eleições de 1978, eis que nas de 1970 o absenteísmo registrado foi elevadíssimo, representando 41,8% do total dos inscritos.

O número de eleitores inscritos em 1978 (1.684.782) representava cerca de 60% da população total suscetível de alistamento, no entanto, levando em conta os inalistáveis pela condição de analfabetismo, esse percentual deve subir para cerca de 75% do total. Se continuar o atual sistema do voto obrigatório nas elei-

ções de 1982, e considerando que a população amazônica na região Norte deverá ser da ordem de 6.600.000 habitantes, a população alistável se aproximará de 2.000.000 eleitores, mantidas as mesmas proporções, isto é, considerando a população acima de 18 anos (3.300.000). Esse incremento de mais de 300.000 eleitores alterará os quocientes eleitorais em diversas unidades amazônicas, sobretudo em Rondônia, onde ocorreu o maior índice de crescimento demográfico.

O Quadro 27 registra o número de eleitores no Estado do Amazonas, que foi o que menos cresceu entre 1970 (265.281) e 1978 (389.325), com um aumento de apenas 51% no período. No Pará, o número de eleitores inscritos aumentou 73%, no Amapá 106%, em Roraima 252%, no Acre 131% e em Rondônia 88%. O caso de Rondônia explica-se pelas dificuldades naturais de transferência do domicílio eleitoral dos migrantes provenientes do sul do país, enquanto o do Amazonas, que apresentou o mais pobre desempenho de crescimento de eleitores inscritos em toda Amazônia (51%), deve ser atribuído ao êxodo rural dos eleitores para a cidade de Manaus. Tendo a população de Manaus crescido 103% entre 1970 e 1980, o fato somente se justifica pela incorporação de massa rural, talvez em grande parte constituída de analfabetos, ou porque os eleitores do interior não conseguiram transferir o seu domicílio, ou simplesmente não se interessaram em fazer o seu alistamento.

Como a correlação geral entre o total da população absoluta e o número de eleitores inscritos é da ordem de 30% na caso da Amazônia da Região Norte, o colégio eleitoral de 1982 deverá ser elevado para 2.000.000, dos quais 1.150.000 no Pará, 57.000 no Amapá, 462.000 no Amazonas, 29.000 em Roraima, 108.000 no Acre e 192.000 em Rondônia. Ao que se presume, Rondônia deverá apresentar maior número de inscrições de eleitores, caso seja regularizada a transferência do domicílio eleitoral de sua grande população migrante.

Restará aos analistas políticos saber qual o percentual do absenteísmo dessa massa de quase 2.000.000 de eleitores que comparecerão às urnas em 1982. Dado o interêsse que essas eleições irão despertar, com o retorno da normalização democrática e as eleições diretas para governador, é calculável uma percentagem de

20% de abstenção, o que assinalará o comparecimento de 1.600.000 eleitores.

Nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão os eleitores inscritos em 1978 somavam 3.024.965. Comparecendo às urnas 2.199.247, registrou-se uma abstenção média de 27,5%, maior do que a média dos Estados e Territórios da Região Norte (24,5%). A mais alta abstenção ocorreu no Maranhão, 29,7%, e a menor em Goiás, 25,9%, taxa que pode ser atribuída à maior conscientização do eleitorado e à influência da proximidade do centro gerador político de Brasília.

Os próximos pleitos eleitorais serão tanto afetados pelo aumento considerável da população amazônica como pelas altas taxas de urbanização e mudanças sociais e econômicas ocorridas nos municípios das capitais dos Estados e Territórios. Por ordem decrescente, a população urbana desses municípios-sedes, pelo Censo de 1980, era de 84,4% em Boa Vista (RR), 78,4% em Macapá (AP), 45,1% em Manaus (AM), 38,8% em Rio Branco (AC), 27,3% em Belém (PA) e Porto Velho (RO), 18,6% em Cuiabá (MT) e 11,2% em São Luis (MA), que apresentava a menor taxa de urbanização, e, por isso, a decisão das eleições maranhenses terá que ser resolvida junto aos eleitores dos colégios eleitorais rurais e de povoados dos municípios do interior.

10.1 PARÁ

Uma análise setorial-geográfica dos futuros pleitos, inclusive nas eleições de 1982, na Amazônia Legal, começa a delinear-se quando se interpreta os efeitos espaciais de aglomeração e concentração urbana dos colégios eleitores dos Estados e Territórios amazônicos. Assim, no Estado do Pará, que possuía em 1978 o maior número de eleitores inscritos na Amazônia, 1.037.099, e teve um comparecimento de 792.758 eleitores às urnas, a luta políti-

ca será travada decisivamente na micro-região de Belém (Belém, Ananindeua e Benevides), que detém 30% da população de Estado (1.022.669), e, em escala decrescente, na micro-região do Médio Amazonas Paraense, que detem 11% da população (377.736), com ênfase especial no eleitorado de Santarém, Alenquer, Óbidos e Oriximinã. Seguem-se a micro-região bragantina, com população de 334.208 habitantes (9,8% do Estado), com preponderância nos municípios de Bragança, Castanhal, Capanema, Santa Isabel e S. Miguel do Guamá; a micro-região tocantina, com 306.399 habitantes (9%), onde a disputa será travada em Cametá, Abaetetuba, Igarapé-Mirim, Mojú e Barcarena; a micro-região guajarina, com 254.672 habitantes (7,5%), sendo os núcleos principais S. Domingos do Capim, Paragominas, Iritua e Capitão Poço; e a micro-região de Marabá, com 187.477 habitantes nos núcleos mais populosos de Marabá, Tucuruí e S. João do Araguaia. Também no Araguaia-Paraense, onde se conta 125.075 habitantes no município mais populoso de Conceição do Araguaia; na região de Furos, compreendendo os núcleos e cidades de Breves, Portel e Afuá; no Baixo Amazonas, em Prainha e Almerim; no Xingú, em Altamira; no Tapajós, em Itaituba; e na micro-região de Salgado, em Vigia, Primavera, Curuçá e Maracanã.

Resumindo, o grande eleitorado paraense está concentrado na região metropolitana de Belém e nas micro-regiões vizinhas das zonas guajarina, bragantina, Tomé-Açú, Salgado, Viseu, Baixo Tocantins, Furos e Campos de Marajó, nas quais vivem 2.205.766 habitantes, correspondente a 65% da população do Estado. Somando-os com os 468.396 habitantes da micro-região do Baixo e Médio Amazonas temos uma representação de 78,6% da população paraense, com maioria absoluta dos eleitores inscritos.

No Estado do Amazonas o marketing eleitoral se concentrará, sem dúvida, na micro-região 10, que possue uma população de 955.774 habitantes, equivalente a 66,6% do total do Estado. Somente Manaus participa com 66,4% dessa população, sendo que seus 634.759 habitantes representam 44,2% da população de todo o Estado. Ainda nesta micro-região 10, os principais colégios eleitorais são os de Manacapurú, Parintins, Itacoatiara, Careiro, Maués e Autazes.

Nas demais micro-regiões do Estado os centros populosos mais importantes são os de Manicoré, Humaitá e Borba, no Madeira; Boca do Acre, Lábrea e Tapauá, no Purus; Carauari, Ipixuna e Eirunepé, no Juruá; Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Fonte Bôa, no Alto Solimões; Japurá, Coari e Tefé, no Solimões; São Gabriel e Barcelos, no Rio Negro.

Dado o menor peso relativo dessas seis micro-regiões, e devido às distâncias, as eleições poderão ser decididas na micro-região do Médio Amazonas, e, sobretudo, em Manaus. Elas serão predominantemente urbanas, como resultado óbvio da concentração populacional. Assim, o discurso político terá que ser adaptado para refletir a gama de expectativa desse eleitorado, considerando os políticos que Manaus tornou-se o maior centro de indústrias de toda a região, com cerca de 40.000 operários no pleno gozo do direito de ter vez, voz e voto nas decisões eleitorais, ao contrário das eleições anteriores, quando a massa eleitoral predominante provinha do funcionalismo público, dos empregados em escritório e do interior. As próximas eleições em Manaus serão, também, marcadas pela presença preponderante do operariado industrial e do setor empresarial da indústria que deslocaram o centro tradicional do poder local para os interesses dos grandes grupos industriais do sul e do exterior já instalados.

10.3 ACRE

No Estado do Acre, a região do Alto Purus, mais desenvolvida, concentrando a maioria da população com 195.745 habitantes, será decisiva em termos de geografia eleitoral. Nela se situa a capital do Estado, cujo município Rio Branco, com 117.113 habitantes, representa 60% da micro-região e 38% de todo o Estado.

Depois de Rio Branco, ainda na micro-região do Alto Purús, os núcleos mais populosos de Sena Madureira, Xapuri e Brasiléia serão mais intensamente procurados pelas caravanas políticas. Na micro-região do Alto Juruá, o maior centro eleitoral é o de Cruzeiro do Sul, seguido de Tarauacá e Feijó.

10.4 TERRITÓRIOS

Nos Territórios de Amapá, Roraima e Rondônia, a grande expectativa é interrogativa: se a próxima elevação de Rondônia à categoria de Estado da Federação (projeto já encaminhado ao Congresso e transformação esperada para o próximo dia 13 de setembro/81) será igualmente extendida aos outros dois. Se isto ocorrer, as eleições nesses Territórios adquirirão uma nova dimensão, pois, ao invés de dois deputados federais atualmente eleitos nesses Territórios, o predicamento de Estado lhes dará direito a eleger seis deputados federais e três senadores da República, acrescendo à bancada amazônica mais 12 deputados e 9 senadores, que contribuirão para aumentar o peso político nas decisões que afetam o futuro da região e do país. No caso específico do Senado Federal, os nove novos senadores amazônicos serão os fiéis da balança para consolidar ou não a escassa maioria do governo na Câmara Alta do país.

10.5 AMAPÁ E RORAIMA

No Território do Amapá, o eleitorado praticamente se resume aos centros populacionais de Macapá, capital do Território, e Mazagão, que concentram 90% da população dessa unidade, eis que a micro-região 028 de Amapá e Oiapoque, que perderam população no Censo de 1980, oferece interêsse apenas residual. No Território de Roraima, a sorte dos candidatos será decidida nas urnas do município de Boa Vista, sua capital, que concentra 84% da população do Território, seguido de Caracaraí. Muito embora esta última cidade tenha tido uma expansão populacional de 178% no decênio 1970/1980, a sua população em termos absolutos era ainda pequena, 12.309 habitantes; seu colégio eleitoral não deve ultrapassar a 3.600 eleitores.

10.6 RONDÔNIA

No atual Território e futuro Estado de Rondônia, a partir de 13 de setembro próximo, se se confirmar o calendário político de sua emancipação, as futuras eleições serão bastante concorridas e acirradas, envolvendo uma nova realidade eleitoral, produzida pelos migrantes, e uma nova configuração política a ser institucionalizada com a sua transformação em Estado da Federação. As últimas eleições verificadas em 1978 não servem de parâmetro para avaliar os eventos futuros, pois naquele ano existia uma frágil base eleitoral de 93.920 inscritos para uma população que já se aproximava de 450.000 pessoas. Em 1982, Rondônia deverá ter a sua população de 492.744 habitantes, registrada no Censo de 1980, elevada para cerca de 650.000, caso se mantenha o rítmo de incremento observado na década anterior, o mais alto de toda a Amazônia. Para um contingente populacional desse porte calcula-se que o po-

tencial humano alistável seja da ordem de 200.000 eleitores inscritos, dependendo da maior ou menor atividade e catequese eleitoral e partidária.

Rondônia apresenta, assim, um quadro político-eleitoral inteiramente novo e diferenciado, em muitos aspectos, do resto da Amazônia Clássica. De um lado, uma população tradicional que ficou enraizada nos rios de ocupação mais antiga, às margens do Alto Madeira, Mamoré e rio Abunã, dedicada às atividades extrativas de borracha e castanha, ao comércio e função pública, residentes, em sua maioria, nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim; estes dois municípios somam apenas 169.435 habitantes (34% da população) e provavelmente constituiam a maioria do eleitorado de 93.920 inscritos nas eleições de 1978. De outro lado, a nova população que ocupou as margens da rodovia BR-364 e os ramais vicinais nos novos municípios de Ji-Paraná (122.124 hbs.), Cacoal (67.243 hbs.), Ariquemes (53.489 hbs.), Vilhena (50.381 hbs.) e Pimenta Bueno (30.072 hbs.), na sua maioria agricultores catarinenses, gauchos, paranaenses, capixabas e gente do nordeste e de outras regiões brasileiras. Esse migrantes, que fizeram a revolução agrícola de Rondônia e correspondem, hoje, a mais de 50% da população do Território, devem ter a sua própria identidade político-partidária trazida de seus locais de origem, cuja fidelidade procurarão manter, ou adaptá-la às condições locais, através do voto. Provavelmente passarão a constituir, também, a força majoritária nas próximas e futuras eleições, que contarão com a sua participação ostensiva dado o poder econômico que já conseguiram no Território, e deverão significar fator preponderante e decisivo nos resultados eleitorais. Aliás, em muitos desses novos núcleos populacionais da BR-364 observa-se uma rivalidade latente ou emergente em face das populações tradicionais de Porto Velho e Guajará-Mirim. Sendo os autores da mudança e agentes de transformação em Rondônia, consideram que sua ascensão econômica não foi acompanhada do necessário reconhecimento do seu peso político. Nos próximos pleitos certamente procurarão ter os seus próprios candidatos e representantes para a vocalização dos seus interesses.

10.7 MATO GROSSO

Situação similar à de Rondônia deve estar se processando no Estado de Mato Grosso desde a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, e instalação em 1979, ficando a parte amazônica legal inteiramente compreendida no antigo Estado. Pensava-se que a divisão seria fatal para o Estado de Mato Grosso, pois a parte sul do Estado há muito constituia a área mais rica do Estado, face à sua proximidade do Estado de São Paulo, do qual, em parte, é extênsão da fronteira agrícola, e graças aos bons solos agrícolas da região de Dourados, do complexo do pantanal, bem como dos benefícios do intercâmbio com a região vizinha do Paraguai. No entanto, a divisão política ensejou ao antigo Estado forças e recursos para levar em frente um programa agropecuário e de colonização, passando a atrair um grande número de projetos com apoio da SUDAM e grupos numerosos de migrantes de outros Estados, propiciados pela BR-364, BR-163 e BR-70.

Sua população cresceu de 601.042 para 1.141.236 habitantes entre 1970 e 1980. Em 1978 o colégio eleitoral era de 370.843 inscritos, tendo votado nas eleições desse ano apenas 273.931, havendo abstenção de 26,5%. Das micro-regiões mais populosas, a da Baixada Cuiabana (372.170 hbs.) concentra a maioria de seus eleitores nos seus dois mais importantes municípios, Cuiabá, a capital, com 212.929 habitantes, e o vizinho gêmeo Várzea Grande, com 77.053, seguidos de Poconé e Rosário Oeste. A região do norte matogrossense é a área pioneira e de recente penetração e povoamento, em função da BR-364, que a conecta com Porto Velho, e da BR-163, que a liga com Santarém, no Pará, e do rio Araguaia.

Nessa área o crescimento tem sido dramático, como o verificado nos municípios de Colider, Alta Floresta, Porto dos Gauchos e Sinop, que cresceram no decênio 26.545%, 9.905%, 1.155% e 548%, respectivamente. Esta sub-região, com cerca de 276.629 habitantes, representa, hoje, 24% da população do Estado, e lá o fato demográfico fará deslocar a geografia eleitoral do Estado para

fins de arregimentação, alistamento e catequese político-partidária, à semelhança de Rondônia, abrigando uma população migrante dos Estados do Sul e Sudeste. Provavelmente se não conseguirem se identificar com as lideranças tradicionais matogrossenses procurarão se expressar através do surgimento de seus próprios representantes. O centro da disputa política será travada em Barra do Garças, Colider, Alta Floresta, Nova Xavantina e Sinop.

Na micro-região Guaporé-Jaurú, o interêsse político-eleitoral centraliza-se em torno do município de Cáceres, centro dinâmico do Estado com uma população de 59.142 habitantes, que cresceu 84% no decênio, seguido de Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste e Rio Branco. Segue-se em termos políticos a micro-região de Rondonópolis, com 140.343 habitantes, dos quais 82.023 vivem no próprio município de Rondonópolis, que cresceu 63,5% no decênio e passou a concentrar a maioria da população. As micro-regiões do Alto Paraguai e de Garças, por terem pequena expressão populacional e eleitoral, não terão muita influência nos resultados eleitorais.

10.8 GOIÁS

No Estado de Goiás não existe ainda elementos para quantificar a sua força eleitoral da parte amazônica, ao norte do paralelo 13º. Os dados dos movimentos eleitorais referem-se a todo o Estado. Considerando, no entanto, que, em 1978, os eleitores inscritos em todo o Estado eram 1.574.718, numa população global de cerca de 3.800.000 habitantes, e que a população da parte amazônica - 844.674 habitantes - representava 22% do total, podemos estimar a sua força eleitoral em aproximadamente 250.000 eleitores.

O maior centro eleitoral está situado na micro-região do Médio Tocantins-Araguaia, em torno de Porto Nacional, Gurupi, Miracema do Norte, Peixe e Paraíso de Goiás, seguido da micro-região do Norte Goiano, com 229.119 habitantes, no qual Araguaina despon-

ta como mais importante, com 72.138 habitantes, seguida de Tocantinópolis, Filadélfia, Babaçulândia e S. Sebastião. Na micro-região do Araguaia-Goiano, Tocantins de Pedro Afonso, Alto Tocantins, Vão do Paraná e Serra Geral de Goiás, parte deles integrantes da Amazônia Legal. A sua pouca expressão eleitoral é decorrente da escassa base demográfica.

10.9 MARANHÃO

No Estado do Maranhão, o menos urbanizado de toda a Amazônia Legal, a população rural representava 69% de todos os seus habitantes, ou seja, 2.745.000 habitantes contra 1.257.109 habitantes urbanizados, detendo São Luis, capital do Estado, apenas 11,2% da população maranhense, o mais baixo índice de concentração nas capitais de todos os Estados e Territórios amazônicos. Sob enfoque político este é um dado importante, sabendo-se que o eleitorado rural é mais tradicional, conservador e dependente, tendendo a seguir e rotinizar as velhas práticas eleitorais, arraigadas na sua cultura e no seu círculo de interesses recíprocos.

Deste modo, as lideranças consolidadas no passado continuarão a ter influência predominante sobre os resultados eleitorais. As áreas de povoamento mais antigo, onde os vínculos familiares tendem a decidir em que partido e em que nome se deve votar, continuarão, por certo, a ter o maior peso eleitoral, sobretudo nos municípios de São Luis, com 527.925 habitantes, nas duas Baixadas Maranhenses (Oriental e Ocidental), com 587.288 hbs., no Mearim, com 398.688 hbs., e em Itapecurú, com 415.393 hbs., que devem representar 50% de todo o eleitorado inscrito em 1978: 1.077.915. As regiões de Pindaré e Gurupí, de colonização nordestina mais recente, com 479.979 habitantes, seguem-se em importância, lá estando implantados os projetos de colonização dirigida da SUDENE.

Caso à parte é o de Imperatriz. Despontou como zona de

atração e forte influência em virtude da estrada BR-153/BR-10, Belém-Brasília, que atravessa o seu território e serve de ponto de apoio para as populações localizadas às margens das rodovias e dos municípios mais próximos do Alto Itapecurú e Pastos Bons, que tiveram pouco crescimento na década e tendem a gravitar em torno da influência da região de Imperatriz, que cresceu 112,9% no decênio, com uma população de 318.390 habitantes em 1980. É bem possível que esta parte do Maranhão, que tem vida independente e desconhece o Maranhão atlântico e os velhos rios de povoamento antigo, como zona pioneira venha a produzir muitas surpresas político-eleitorais e novas lideranças.

10.10 CENÁRIOS E TEMÁRIOS

É importante salientar a importância da localização e distribuição espacial do eleitorado, pois o eleitor, individualmente ou como integrante de sua comunidade, tende a responder no plano político-partidário-eleitoral em função dos problemas pessoais, locais e estaduais que mais o afetam, sobretudo nas eleições para governador e deputados estaduais, enquanto nas eleições para o Senado e Câmara Federal afloram mais os problemas nacionais. Assim, é de prever-se que, a nível estadual, os grandes temas e teses a emergirem nas próximas campanhas políticas abranjam um leque muito grande com escalas diferenciadas de reivindicações e atitudes.

Apenas a título ilustrativo, pensamos que tais teses e questionamentos se orientarão, no Pará, por exemplo, para os grandes programas de investimentos do Governo Federal em Tucuruí, Carajás, Barcarena e Trombetas, para os problemas gerados pela explosão demográfica da região metropolitana de Belém, e, também, para os decorrentes da desaceleração do projeto Jari, conflitos de terras e êxodo rural. As próximas eleições paraenses serão também

marcadas pela disputa e hegemonia política em consequência da cisão e discórdia entre os dois principais líderes políticos do Estado.

No Amapá, a grande discussão será em torno da próxima exaustão do manganês da Serra do Navio, sobre as terras de Ludwig no município de Mazagão, e viabilidade econômica dos programas de silvicultura e agropecuária da savana amapaense.

No Amazonas, a Zona Franca de Manaus continuará sendo o grande tema e a tábua da "salvação" para a manutenção do emprego e continuidade do desenvolvimento industrial e urbano de Manaus, bem como a sua interiorização. A necessidade de construção da hidrelétrica de Balbina, os programas alternativos da heveicultura e plantação de dendê, o êxodo rural e o consequente esvaziamento do interior, o temor ecológico proveniente do desmatamento florestal, a "guerra do peixe" e o alto custo de vida, serão, igualmente, objetos de intensa exploração por todos os candidatos e partidos. Tanto no Amazonas como no Pará serão, também, questionadas as ações e a operacionalização da SUDAM, SUFRAMA e BASA.

Em Roraima, terão prioridades a hidrelétrica do Cotingo, os programas de colonização agrícola, a pecuária extensiva e o asfaltamento da BR-174 até à fronteira da Venezuela e Guiana.

No Acre, o elenco de teses para os discursos político-eleitorais enfeixará o despovoamento dos seringais, o péssimo estado de conservação da BR-364, o isolamento de seus principais centros urbanos no período do inverno, que torna a estrada intransitável, as dificuldades de navegação fluvial durante o período da seca dos rios, a interconexão viária com o Perú, para o alcance dos portos do Pacífico através das duas alternativas propostas: 1) a do prolongamento da BR-317, que liga Boca do Acre a Rio Branco, Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, partindo desse ponto da fronteira para a vizinha cidade peruana de Iñapari, continuando o seu traçado e passando por Iberia, Porto Maldonado, Cuzco, Lima, Callao, ou Cuzco, Porto Matarani no Pacífico, conforme é da preferência do governo peruano, discutido no recente encontro entre os Presidentes Figueiredo e Belaunde Terry; ou 2) a extensão da BR-364, par-

tindo de Cruzeiro do Sul, no rio Juruá, via Boqueirão da Esperança, e daí à cidade peruana de Pucalpa para alcançar a Carretera Central, que atravessa a cordilheira até a capital, Lima, e o porto de Callao.

A primeira rota privilegia o vale do rio Purús e Acre e os sítios arqueológicos de Cuzco e Machu Pichu, abrindo uma via turística de grande atração; a segunda dinamizará o vale distante do Juruá e os centros isolados de Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Mâncio Lima, que passarão a interconectar-se com Pucalpa, no rio Ucaiali, a segunda cidade mais importante da Amazônia peruana, depois de Iquitos. Os partidos e candidatos terão que se posicionar e tomar partido por uma dessas alternativas que atendem diferentes objetivos.

No Território de Rondônia, face à iminente transformação em Estado, talvez a partir de setembro deste ano de 1981, o movimento político-eleitoral começará a adquirir maior dimensão a partir da escolha dos candidatos aos seis mandatos de deputado federal e aos três de Senador da República, e da forma e recursos necessários para a instalação e funcionamento do novo Estado. Dispensando "bola de cristal", os principais temas eleitorais-populares serão vocalizados e liderados pelas populações que habitam o eixo e as vicinais da BR-364, funcionando Ji-Paraná, que tenta disputar com Porto Velho o privilégio de ser a capital do novo Estado, como o grande centro da conquista do voto. Na área econômica-social, debater-se-á, especialmente, o asfaltamento da BR-364, fundamental para os grandes núcleos de Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, a titulação das terras nos programas de colonização, reivindicações dos preços mínimos agrícolas, valor básico de custeio (VBC), empréstimos do governo federal (EGF) para o financiamento da lavoura a juros subsidiados, projeto de construção da hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari, e concessão das lavras de cassiterita e dos garimpos.

No Estado de Mato Grosso, sobretudo na micro-região do norte matogrossense, os questionamentos serão feitos sobre os programas de colonização e assentamento dos colonos ao longo da BR-163,

Cuiabá-Santarém, e a necessidade do seu asfaltamento a fim de permitir mais fácel acesso ao porto amazônico de Santarém. Em Cuiabá e Várzea Grande os problemas serão mais de natureza urbana, dado o crescimento explosivo de 111% da população cuiabana e de 324% da vizinha Várzea Grande, que provocou o êxodo de grande parte da população rural da baixada. Nesta área, um dos problemas em evidencia é o da construção da hidrelétrica do rio Manso. Na parte mais meridional do Estado, os três colégios eleitorais mais importantes, o de Rondonópolis - no centro; o de Cáceres - a oeste; e o de Barra do Garças - a leste, no Alto Araguaia, terão suas reivindicações centradas na pecuária, orizocultura, preços mínimos, valores de custeio, sobre o que fazer com a supersafra de mais de um milhão de toneladas de arroz, e como cobrir os custos da arroba do boi de sua população pecuária, superior a quatro milhões de cabeças. Adicionalmente, serão também levantados questões a respeito da ação dos órgãos regionais de desenvolvimento - Banco da Amazônia, SUDAM e SUDECO.

No Goiás amazônico, favorecido pela proximidade do poder político de Brasília, as questões políticas-eleitorais a serem suscitadas refletirão o atual estágio de desenvolvimento da região do cerrado, que começa a ser intensamente ocupada e procurada pelas grandes e pequenas empresas, e por fazendeiros e colonos. Como as micro-regiões mais povoadas estão situadas no extremo norte-goiano, com 229.119 habitantes, e no médio Tocantins-Araguaia, com 245.382 habitantes - somando mais da metade da população amazônica goiana - é de notar-se que, devido à não existência de grandes concentrações urbanas ao norte do paralelo 13º, a paisagem eleitoral será predominantemente rural. As disputas eleitorais alcançarão pequenas vilas, povoados e cidades ao longo da BR-153 e dos vales do Tocantins e Araguaia. O único município que apresenta maior concentração populacional, o de Araguaina, possuía em 1980 apenas 72.138 habitantes.

Deste modo, as questões políticas a serem enfocadas privilegiarão os interesses da agricultura do arroz, pela sua condição de segundo maior produtor do país, com cerca de 1.200.000 ton/ano,

da pecuária bovina, na qual detém idêntico "ranking" com um efetivo da ordem de 15.000.000 de cabeças, e os da construção da hidrelétrica de Couto de Magalhães.

Os termos políticos, assim, estarão concentrados em redor da política de preços mínimos, valores básicos de custeio, mecanização agrícola, financiamento rural a juros subsidiados, programas de colonização nas zonas de recente ocupação pioneira, e nos novos projetos do rio Formoso, Alto Paraíso e rio do Sono. Como a parte mais influente e populosa se encontra ao sul do paralelo 13º, o Goiás amazônico terá valor apenas residual, dominado pelos políticos e lideranças originárias da sua capital Goiânia, de Anápolis e outros centros dominantes. Continuará, também, como tema político-eleitoral a luta pela extensão dos incentivos fiscais e financeiros da SUDAM para além do paralelo 13º, cujo projeto recente não conseguiu aprovação do Congresso, bem como a mobilização política para a criação do novo Estado do Araguaia, conforme projeto em tramitação na Comissão de Política Demográfica e Redivisão Territorial da Câmara dos Deputados.

No Maranhão, os pleitos eleitorais darão oportunidades às suas lideranças atuais e àquelas que as desafiam e procuram ocupar os seus espaços, para que discutam as grandes questões do Estado relativas à penúria e pobreza rural, que levaram as suas populações a se deslocarem para os centros mais desenvolvidos do Estado, Imperatriz na parte oeste, e São Luis no lado atlântico, das duas baixadas. A capital, apesar de apresentar a menor taxa relativa de urbanização em relação à população total do Estado - apenas 11,2% - mesmo assim registrou na última década o mais alto crescimento populacional na Amazônia Oriental, 69,3%, elevando a sua população de 265.595 para 449.877 habitantes em 1980.

O discurso político maranhense, famoso no passado pela sua retórica literária, e, atualmente, em vias de adaptação a novos estilos, menos puristas e mais populares, sofrerá também as injunções circunstanciais apontadas nos Estados já analisados. Seu crescente eleitorado urbano, embora ainda tentando manter os velhos chavões eleitorais e paternalísticos usados nas regiões ru-

rais de maior tradição e, por isso, menos suscetíveis às mudanças (representam a maioria do eleitorado) pode significar um "passeio" tranquilo para as lideranças consolidadas e prestigiadas pelos partidos de maior apelo popular. Os problemas suscitados, comuns às áreas rurais que apresentam o mesmo grau relativo de homogeneidade cultural e sociológica, e os interesses dos grupos mais influentes tentarão traduzir e vocalizar, gritantemente, as aspirações nascidas do inconformismo de segmentos sociais outrora adormecidos.

Se assim ocorrer, o comportamento do eleitorado rural poderá não corresponder às expectativas do comandamento político, sobretudo nas áreas pioneiras de recente conquista e povoamento, como Imperatriz e vales do Gurupi e Pindaré, que poderão ameaçar o "establishment" em face da liberação de grande massa de mão-de-obra decorrente da mecanização da cultura do arroz, introduzida pelos "gauchos". Neste caso, serão intensamente questionadas as ações ou omissões da SUDAM e SUDENE, que respondem igualmente pelos programas de desenvolvimento da área comum a essas duas agências governamentais.

Parece-nos óbvio, no entanto, que os temas mais questionados e referenciados serão, sem dúvida, os referentes aos grandes impactos que o Estado receberá em decorrência da hidrelétrica de Tucuruí, do Projeto Carajás, da construção da estrada de ferro até Ponta da Madeira, e do polo mínero-metalúrgico para produção de alumínio, a ser localizado na área do porto de Itaqui, da micro-região de São Luis. Neste particular, as lideranças procurarão expressar a sua grande conquista, em relação ao Pará, pelo fato de haverem conseguido convencer a União da maior viabilidade da solução ferroviária para o escoamento do minério de Carajás, em detrimento da alternativa ferro-hidroviária do Tocantins, sustentada pelas lideranças e pela opinião pública generalizada do Pará.

Este amplo espectro de cenários e antecipações sugeridas pela nova sociologia e geografia humana eleitoral na Amazônia Legal, analisadas a nível estadual e paroquial, será, ainda, acompanhado em toda a região por questões suscitadas pela atual con-

juntura do país, a nível federal e nacional. Inevitavelmente, intensas projeções, justificativas, exposições, dúvidas, inquietações e contestações decorrerão do posicionamento oficial e das oposições políticas quanto aos mais graves problemas do país, cujo elenco é numeroso: déficites do balanço de pagamentos, excessivo endividamento externo, inflação tridigital, desequilíbrios regionais e setoriais, desaquecimento ou recessão econômica, desemprego, habitação, educação, saúde, reivindicações salariais, sindicais e empresariais, empresas estatais e multinacionais, empobrecimento da classe média, miséria absoluta e relativa, distribuição de renda, repartição fiscal dos ônus tributários, enfraquecimento do poder dos Estados e Municípios. Como sobrecarga, problemas energéticos e nucleares, autonomia e co-gestão universitária, educação universal e gratuita, habitação, saúde, assistência médica, previdência social e questões ligadas à agricultura comercial e alimentar, subsídios, incentivos fiscais e financeiros, inter-alia.

Os governos atuais, se eficientes, tenderão a ser contestados e julgados menos pelo muito do que já conseguiram fazer para a transformação e mudança do país, e mais pelo que deixaram de, ou não puderam fazer. Muitos deles, e seus candidatos poderão passar e sair vitoriosos do teste, enquanto outros serão apeados do poder.

Ao refletirem todas essas inquietações latentes ou ostensivas, os partidos políticos, os candidatos e os eleitores irão passar por uma grande prova, empenhados no exercício de resistência, eloquência e inteligência de decisão, na medida em que a cidadania mais numerosa se torne mais atuante pela ascenção do nível de sua consciência e participação no processo político. Que aqueles que têm vocação política melhor se preparem para o desempenho da função pública e da representação popular, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e das estruturas democráticas do poder.

Quadro 27

GEOGRAFIA ELEITORAL DA AMAZÔNIA (REGIÃO NORTE)

	ELEITORES INSCRITOS NAS ELEIÇÕES				COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES				Absenteísmo nas eleições 1978 - %
	1950	1960	1970	1978	1950	1960	1970	1978	
PARÁ	277.692	324.511	596.838	1.037.099	194.987	232.632	370.753	792.758	23,6
AMAPÁ	6.737	7.875	21.423	44.229	5.169	7.279	15.246	33.941	23,3
AMAZONAS	75.367	91.929	265.281	389.325	47.964	63.462	122.162	281.399	27,8
RORAIMA	3.506	5.696	7.788	27.414	2.684	4.301	4.907	19.030	31,6
ACRE	12.284	14.941	40.104	92.795	9.264	11.357	29.713	70.270	24,3
RONDÔNIA	5.181	8.339	15.734	93.920	3.814	5.595	8.744	74.928	21,3
TOTAIS	380.767	453.291	947.168	1.684.782	263.882	324.626	551.525	1.272.326	24,5
MATO GROSSO	132.037	203.984	370.843	372.332	87.194	156.077	271.835	273.931	26,5
GOIÁS	217.812	407.667	890.022	1.574.718	151.072	318.280	642.006	1.167.010	25,9
MARANHÃO	262.295	384.327	470.731	1.077.915	158.690	235.049	351.850	758.306	29,7
TOTAIS	612.144	995.978	1.731.596	3.024.965	396.956	709.406	1.265.691	2.199.247	27,5

Fonte: IBGE

Obs: 1. Eleições realizadas em 3/10/1950 - 3/10/1960 - 15/11/1970 - 15/11/1978.
2. O movimento eleitoral nos Estados de Goiás e Maranhão abrange a totalidade do Estado, incluindo os eleitores da parte não amazônica.

ÍNDICE DOS QUADROS



IMPRESSO NO
SETOR GRÁFICO UNIVERSITÁRIO
Rua Leovegildo Coelho, 460
Manaus — Amazonas
1981

Samuel Benchimol

Trabalhos publicados: Roteiros da Amazônia, 1942; O Cearense na Amazônia - Inquérito Antropogeográfico (Prêmio José Boiteux do X Congresso Brasileiro de Geografia), 1944; O Bacharel no Brasil, 1946; O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo (Bol.Geo. do CNG nº 42), 1946; Manaus - The Growth of a City in the Amazon Valley (Tese de Master Degree em Economia e Sociologia, Miami University, Oxford, Ohio, USA), 1947; Sociology in Brazil - Sociology and Social Research (vol.32, nº2, Los Angeles, California, USA), 1947; Ciclos de Negócios e Estabilidade Econômica (Tese de Doutorado), 1954; Relação entre a Economia e o Direito, 1955; Inflação e Desenvolvimento Econômico, 1956; Problemas do Desenvolvimento Econômico, 1957; O Banco do Brasil na Economia do Amazonas, 1958; Investimento e Poupança, 1960; Polos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico, 1965; Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia (2 vls.), 1966, Política e Estratégia na Grande Amazônia Brasileira, 1968; A Planetarização da Amazônia, 1972; Amazônia: Mensagem a um Desafio, 1972; A Pecuniarização da Amazônia: a Ameaça e o Desafio do Mega-Boi, 1974; Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois, 1977; Projeto Geo-Político Brasileiro, 1977; Política Fiscal, 1978; O Pacto Amazônico e a Amazônia Brasileira, 1978; Petróleo na Selva do Juruá - O Rio dos Índios-Macacos, 1979; A Duodécada 80/90 - Reflexões e Cenários Amazônicos, 1979; Uma Oikopolítica para a Amazônia, 1979; O Curumim na Amazônia, 1980; O Desenvolvimento do Médio e Baixo Amazonas: Uma Prioridade Regional, 1980; Tendências, Perspectivas e Mudanças na Economia e na Sociedade Amazônicas, 1980; Amazônia: Andanças e Mudanças, 1981 (Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso - no prelo).



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura

